



Universidade Federal da Grande Dourados
Programa de Pós-Graduação em

HISTÓRIA

**TRABALHO TAMBÉM É FESTA: HISTÓRIA(S) E MEMÓRIA(S)
DE ANTIGOS POSSEIROS DA REGIÃO OESTE
DO ESTADO DO PARANÁ (1930 - 1970)**

ANDERSON ARILSON DE FREITAS



ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO APRESENTADA PELO ALUNO ANDERSON ARILSON DE FREITAS, DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM HISTÓRIA, ÁREA DE CONCENTRAÇÃO "HISTÓRIA, REGIÃO E IDENTIDADES".

Aos dezoito dias do mês de agosto de dois mil e quatorze, as oito horas, em sessão pública, realizou-se, no prédio da Faculdade de Ciências Humanas, Unidade II, da Universidade Federal da Grande Dourados, a Defesa de Dissertação intitulada **Trabalho também é festa: História(s) e memória(s) de antigos posseiros da Região Oeste do estado do Paraná (1930-1970)**, apresentada pelo mestrando ANDERSON ARILSON DE FREITAS, do curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação em História, à Banca Examinadora constituída pelos professores Dr. PROTASIO PAULO LANGER, da UFGD, (presidente/orientador), Dr. THIAGO LEANDRO VIEIRA CAVALCANTE, da UFGD, (membro titular) e Dr. VALDIR GREGORY, da UNIESTE, (membro titular). Iniciados os trabalhos, a presidência deu a conhecer ao candidato e aos integrantes da Banca as normas a serem observadas na apresentação da Dissertação. Após o candidato ter apresentado a sua Dissertação, os componentes da Banca Examinadora fizeram suas arguições, que foram intercaladas pela defesa do candidato. Terminadas as arguições, a Banca Examinadora, em sessão secreta, passou aos trabalhos de julgamento, tendo sido o candidato considerado aprovado, fazendo *jus* ao título de **MESTRE EM HISTÓRIA**. Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata, que vai assinada pelos membros da Banca Examinadora.

Dourados, 18 de agosto de 2014.

Prof. Dr. PROTASIO PAULO LANGER

Prof. Dr. THIAGO LEANDRO VIEIRA CAVALCANTE

Prof. Dr. VALDIR GREGORY

ATA HOMOLOGADA EM: 18/08/2014, PELA PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA/UFGD.

ANDERSON ARILSON DE FREITAS

**TRABALHO TAMBÉM É FESTA: HISTÓRIA(S) E MEMÓRIA(S)
DE ANTIGOS POSSEIROS NA REGIÃO OESTE DO ESTADO DO
PARANÁ (1930 - 1970)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em História.

Área de concentração: *História, Região e Identidades*.

Orientador: Prof. Dr. **Protasio Paulo Langer**.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

F866t	Freitas, Anderson Arilson de. Trabalho também é festa : história(s) e memória(s) de antigos posseiros na região Oeste do Estado do Paraná (1930-1970), MS. / Anderson Arilson de Freitas. – Dourados, MS : UFGD, 2014. 118f. Orientador: Prof. Dr. Protasio Paulo Langer. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados. 1. História. 2. Memória. 3. Posseiros. 4. Oeste do Paraná. 5. Puxirão. I. Título. CDD – 981.6
-------	---

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central – UFGD.

©Todos os direitos reservados. Permitido a publicação parcial desde que citada a fonte.

ANDERSON ARILSON DE FREITAS

**TRABALHO TAMBÉM É FESTA: HISTÓRIA(S) E MEMÓRIA(S)
DE ANTIGOS POSSEIROS NA REGIÃO OESTE DO ESTADO DO
PARANÁ (1930-1970)**

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH/UFGD

Aprovada em _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA:

Presidente e orientador:

Protasio Paulo Langer (Dr., UFGD) _____

2º Examinador:

Thiago Leandro Vieira Cavalcante (Dr., UFGD) _____

3º Examinador:

Valdir Gregory (Dr., UNIOESTE) _____

Este trabalho é dedicado à família:
pai Arildo (in memórian) e irmão Alison (in memórian),
que já estão do outro lado do caminho.

mãe Rita, irmão Aramis e esposa Janyeli,
que continuam vivendo comigo neste lado do caminho.

AGRADECIMENTOS

Grato a Deus pela vida, saúde, disposição, suporte material e espiritual, e tudo o mais que venha a acrescentar na experiência e manutenção dessa existência.

Agradeço o apoio da família: o carinho da amada esposa Janyeli, que com muita dedicação e resignação me acompanha nas lutas pela concretização dos nossos sonhos. O incentivo do pai Arildo, que transitou para a querência eterna em meio ao período de realização desse mestrado, fazendo companhia ao irmão Alison. As orações da mãe Rita, intercedendo constantemente para que eu estivesse em segurança nos caminhos percorridos. A parceria do irmão Aramis, pelos encontros e reencontros nos diálogos, gaita e violão. E, a torcida da Tina e do Lauri para a realização do trabalho. Qualidades aqui significadas individualmente, compartilhadas por todos.

Em Dourados/Ms: aos amigos Haroldo (primo), Isaque (in memórian) e galera da república do Carlão pela hospedagem, alimentação, conversas e tereres. Aos professores da Universidade Federal da Grande Dourados/UFGD: Eudes, Antônio, Eliasar; secretário Cleber; e colegas da Pós-Graduação em História (mestrado e doutorado) pelas contribuições dedicadas para este trabalho de pesquisa, nas críticas, nos trâmites burocráticos e debates do ofício.

Em Assis/Sp: a professora Fabiana, aos professores Áureo e Carlos Eduardo e, aos colegas da Pós-Graduação em História (mestrado e doutorado) da Universidade Estadual Paulista/UNESP pela acolhida no intercâmbio proporcionado pelo convênio do Programa de Capacitação Acadêmica/PROCAD. O apoio do amigo Júnior, pelas conversas semanais traçadas nas caronas até meio caminho de casa.

Em Umuarama/Pr: o auxílio psicológico de Vanete. As amigas conquistadas no Grupo de Jovens Reflexo de Deus da paróquia Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, representadas pelo diretor espiritual Pe. Pintinho. Os colegas e amigos do Coro Cênico da Universidade Paranaense/UNIPAR e do Coral Municipal, representadas pelo regente Marco Aurélio. A Edilayne da Fundação de Cultura e Turismo, aos professores Eduardo e Shesmann do Colégio Alfa e Rayne e Nanci do Colégio Prisma, que na reta final deste me confiaram a responsabilidade do trabalho como gestor cultural e professor.

Faço um agradecimento especial ao orientador Protasio pelo empenho com o objeto de pesquisa, paciência e direcionamento acadêmico na análise das fontes e estágio de docência, discussão teórica e correções do texto até chegar neste que apresento. À banca de qualificação Lúcio Tadeu Mota e Marcos Leandro Mondardo pelas observações, críticas e sugestões.

Aproveito o espaço para reforçar a significativa relevância da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/CAPES por acreditar neste trabalho e proporcionar o recurso financeiro necessário com a bolsa de pesquisa. Sem a mesma o percurso tornar-se-ia acentuadamente mais complexo.

Agradeço também ao amigo e professor Robson, pela motivação e incentivo em trilhar os caminhos na Pós-Graduação. Para Geni, Paulo e Nilceu, professores da antiga casa Universidade Estadual do Oeste do Paraná/UNIOESTE, e aos colegas do Universidade Sem Fronteiras expresse o impacto que nossas pesquisas tiveram em minha trajetória acadêmica com a confecção deste trabalho.

“(...) para grande desespero dos historiadores,
os homens não tem o hábito de mudar o vocabulário
à cada vez que mudam os costumes.”

(Marc Bloch)

RESUMO

A dissertação em História propõe discussões quanto às relações socioculturais nos trabalhos coletivos/festas, denominados *puxirão*, na região Oeste do Estado do Paraná – Brasil, no período que vai da década de 1930 até meados da década de 1970. Relacionado às migrações e à exploração da terra, por meio da abertura de posses realizada por trabalhadores rurais em parte do que atualmente corresponde ao Território do Cantuquiriguaçu/Pr, o *puxirão* constituiu-se como uma prática de auxílio mútuo entre os posseiros do interior do Estado. A partir da realização de uma pesquisa baseada no método de História Oral na região, tal prática pôde ser percebida em alguns dos relatos de memórias dos moradores locais. Além das peculiaridades dos costumes e das práticas culturais interpretadas à luz da *micro-história*, propomos observar também a relação particular com outras dinâmicas de ordem *macro* (econômicas, políticas e sociais) que marcaram as vivências dos sujeitos históricos praticantes dos *puxirões* na referida região. Na economia, observa-se as mobilizações dos posseiros, nas relações de trocas e comercialização das suas produções, para a aquisição de itens que não eram produzidos nas localidades camponesas. Na política, a região esteve inserida numa lógica de frequentes disputas de terra entre posseiros, jagunços e grileiros. As ações promovidas pelo governo do estado entre 1950 e 1970 para a *regularização* das posses, a cargo das Companhias Colonizadoras, desencadearam na especulação das terras que contribuíram direta e indiretamente para o fim das organizações voluntárias. Quanto às questões sociais se, por um lado, o *puxirão* foi corrente no período de 1930 a 1970, por outro lado, as práticas também sofreram resistências e negação por migrantes que vieram em diferentes processos de deslocamento para a região. Este trabalho propõe compreender e problematizar como os sujeitos históricos representavam empiricamente e representam nas memórias tais práticas socioculturais.

Palavras-chave: História, Memória, Oeste do Paraná, posseiros, Puxirão.

ABSTRACT

The essay in History aims discussions such as the socio-cultural relations in collective work / party , called *puxirão*, in the western region of Paraná State - Brazil, in the period from the 1930s to mid-1970s. Related to migration and exploitation of the land, through the opening possessions held by rural workers in part of what now comprises the Territory Cantuquiriguaçu / Pr, *puxirão* was established as a practice of mutual aid among the settlers in countryside of the state. From performing a search based on the method of Oral History in the region, such a practice could be observed in some of the reports of memories of the locals. Beyond the peculiarities of customs and cultural practices interpreted in the light of *micro-history*, It's also proposed to observe the particular relationship with other *macro* order dynamics (economic, political and social) that marked the experiences of historical subjects practitioners of *puxirões* in that region. In economics, there is the mobilizations of squatters, in terms of exchanges and commercialization of their products, to purchase items that were not produced in rural localities. In politics, the region was inserted in a logic of frequent land disputes between squatters, gunmen and grabbers. Actions promoted by the state government between 1950 and 1970 for the "regularization" of possessions, Companies in charge of colonizing, unleashed in the land speculation that contributed directly and indirectly to the end of voluntary organizations. Regarding social issues, if on the one hand, *puxirão* was a trend in the period of 1930 to 1970, on the other hand, the practical also suffered resistance and negation from migrants who came in different processes of moving to the region. This work proposes understand and problematize how historical subjects represented empirically and represent in the memories such socio-cultural practices.

Keyword: History, Memory, western Parana, Squatters, Puxirao.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Região onde foram desenvolvidos os trabalhos de campo	14
Figura 2 – Representação da organização social da mão-de-obra para os trabalhos de abertura de posses no sistema de <i>puxirão</i>	49
Figura 3 – Posseiros serrando tábuas dos troncos das árvores de suas posses.....	53
Figura 4 – Retrato do <i>Puxirão</i>	65
Figura 5 – Criação de suínos no sistema de <i>saфра de porco</i>	71
Figura 6 – Representação do Estado do Paraná, 1934	101
Figura 7 – Representação político-administrativa do Estado do Paraná, 1950.....	101
Figura 8 – Representação político-administrativa do Estado do Paraná, 1970.....	102

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Calendário Agrícola nos campos de Lages/Santa Catarina	58
Tabela 2 – Contingente de pessoas envolvidas no <i>puxirão</i> 1	67
Tabela 3 – Contingente de pessoas envolvidas no <i>puxirão</i> 2	67
Tabela 4 – Regularização dos títulos de propriedades no Estado do Paraná	103

SUMÁRIO

Lista de ilustrações	9
Lista de tabelas	10
Introdução	12
Capítulo 1	
RECURSOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS PARA A ANÁLISE DAS FONTES	22
1.1 A Nova História Cultural e a Micro-História	23
1.2 Etimologia e semântica cabocla na construção do <i>Puxirão</i>	32
Capítulo 2	
RELAÇÕES SOCIOCULTURAIS NOS TRABALHOS COLETIVOS: O PUXIRÃO DOS CABOCLOS NA REGIÃO OESTE DO PARANÁ	46
2.1. Mobilizações para a abertura de posses	48
2.2. Os dias e o calendário agrícola	56
2.3. As condições socioeconômicas e o contingente de parceiros	58
2.4. <i>Safra de porcos</i> : produção extensiva de suínos nas posses	70
2.5 A culinária como diferenciador econômico: posseiro <i>forte</i> (caboclo <i>arranjado</i>) x posseiro <i>fraco</i> (caboclo <i>pobre</i>)	72
Capítulo 3	
AS FESTAS DO PUXIRÃO: ENTRE VERSOS E DANÇAS, RELIGIOSIDADES E SURPRESAS	78
3.1. Recepção: as casas e os balaio de armas	79
3.2. Músicas e danças: interações, brincadeiras e regras sociais	86
3.3. <i>Surpresas</i> : das idas ao comércio às comemorações e culinárias improvisadas	92
Epílogo	
A REGULARIZAÇÃO DAS TERRAS E AS TRANSFORMAÇÕES NAS RELAÇÕES DA COLETIVIDADE DO PUXIRÃO	98
Conclusão	106
Fontes e Bibliografia	110

INTRODUÇÃO

Esta dissertação consiste numa investigação histórica, com base nos relatos de memória, referente ao trabalho coletivo *puxirão*, que ocorria entre as décadas de 1930 a 1970, bem como a sua (re)existência atual nas memórias de antigos posseiros da região Oeste do Estado do Paraná.

Entre os anos de 2007 e 2010, nos municípios de Três Barras do Paraná, Catanduvas, Campo Bonito, Ibema, Guaraniaçu e Diamante do Sul e alguns dos seus distritos – pertencentes à região compreendida atualmente como Território do Cantuquiriguaçu¹ – foram desenvolvidos trabalhos de pesquisa por historiadores e acadêmicos. A partir da metodologia da História Oral, investigamos as memórias de moradores das localidades citadas e algumas questões foram apresentadas à equipe, entre elas o sistema de trabalho coletivo e lazer denominado *puxirão*.

Através do Programa de Extensão Universitária *Universidade Sem Fronteiras* – financiado pela Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior SETI/PR – e sob a orientação dos docentes Dr.^a Geni Rosa Duarte, Dr. Nilceu Jacob Deitos e Dr. Paulo José Koling, foi possível desenvolver, juntamente com algumas escolas e comunidades da região do Cantuquiriguaçu, dois projetos do subprograma *Apoio às Licenciaturas*.

O primeiro: *Intervenções na relação universidade / educação básica: tempo passado, desafio do presente*², realizado entre novembro de 2007 e novembro de 2009 nos municípios e distritos de Catanduvas (São Marcos, Santa Cruz e Ibiracema); Campo Bonito (Sertãozinho);

¹ Denomina-se Cantuquiriguaçu a região, constituída de vinte municípios, localizada no Centro Oeste do Estado do Paraná. Tal região recebeu esta definição pela delimitação hidrográfica do território pelos rios Cantu (ao Oeste), Piquiri (ao norte) e Iguaçu (ao Sul). Segundo a página eletrônica do Sistema de Informação Territorial: “O Território da Cidadania Cantuquiriguaçu - PR abrange uma área de 13.986,40 Km² e é composto por 20 municípios: Pinhão, Campo Bonito, Cândói, Cantagalo, Catanduvas, Diamante do Sul, Espigão Alto do Iguaçu, Foz do Jordão, Goioxim, Guaraniaçu, Ibema, Laranjeiras do Sul, Marquinho, Nova Laranjeiras, Porto Barreiro, Quedas do Iguaçu, Reserva do Iguaçu, Rio Bonito do Iguaçu, Virmond e Três Barras do Paraná. A população total do território é de 233.643 habitantes, dos quais 111.073 vivem na área rural, o que corresponde a 47,54% do total. Possui 21.184 agricultores familiares, 4.264 famílias assentadas, 3 comunidades quilombolas e 2 terras indígenas. Seu IDH médio é 0,72.” Fonte: Sistema de Informações Territoriais (<http://sit.mda.gov.br>). Consultado dia 7/01/2011.

² DUARTE, G. R.; DEITOS, N. J.; KOLING, P. J. *Intervenções na relação universidade / educação básica: tempo passado, desafio do presente*. Plano de trabalho: Programa de Extensão Universitária Universidade Sem Fronteiras – SETI/PR, 2007.

e Guaraniaçu (Bormann, Planaltina, Bela Vista e Guaporé). O segundo: *Intervenções na relação universidade / escola básica: memória das lutas pela terra em pequenas comunidades do oeste paranaense*³, realizado entre dezembro de 2009 e dezembro de 2010 nos municípios e distritos: Ibema; Diamante do Sul (Pinhalito); Três Barras do Paraná (Alto Alegre, Santo Izidoro e Barra Bonita).

Na página seguinte podemos visualizar uma representação gráfica do país Brasil em referência ao espaço geográfico do Estado do Paraná; em seguida, destacando os limites dos municípios da região Oeste do Estado onde foram executados os projetos de extensão.

O trabalho consistiu na produção de entrevistas e levantamento de fontes (documentos, fotografias, figuras, vídeos, etc.)⁴ com moradores dos municípios e distritos envolvidos. Quanto às fontes orais, em ambos os projetos foram produzidas entrevistas em áudio, no formato de arquivo digital, com relatos de memória de moradores das comunidades pesquisadas. No projeto *Intervenções na relação universidade / escola básica: memória das lutas pela terra em pequenas comunidades paranaenses*, uma parte foi gravada também com o auxílio de uma câmera digital para que fossem percebidas, além da fala, as expressões corporais.

Estes entrevistados foram indicados, inicialmente, pelos professores e coordenação pedagógica das escolas estaduais. A partir dessas indicações a equipe realizou visitas nas residências e nos locais de trabalho dos moradores para fazer o levantamento de fontes (fotografias, vídeos, documentos, etc.). Para os pesquisadores as referências das pessoas a serem entrevistadas, concedidas pela equipe de profissionais da educação das localidades visitadas, constituíram uma forma significativa de aproximação com as populações locais, de minimização do estranhamento e de favorecimento de diálogos entre pesquisadores e entrevistados. Seguindo essa estratégia, também foi solicitado que os entrevistados indicassem outros moradores que pudessem contribuir com os referidos projetos.

³ DUARTE, G. R.; DEITOS, N. J.; KOLING, P. J. *Intervenção na relação universidade / escola básica: memórias das lutas pela terra em pequenas comunidades paranaenses*. Plano de trabalho: Programa de Extensão Universitária Universidade Sem Fronteiras – SETI/PR, 2009.

⁴ Tendo em vista a distância e a impossibilidade de retornar para a devolução de documentos, foi utilizada a técnica de tirar fotos, com uma câmera digital, dos documentos e fotografias pessoais.

Figura 1 – Região atual dos municípios do Oeste do Paraná onde foram desenvolvidos os trabalhos de campo.



Fonte: <http://www.iapar.br/arquivos/File/zip_pdf/cantuquiriguacu.pdf> Com adaptações do autor.
Acesso em Julho de 2012.

Os critérios para a escolha dos moradores não se limitaram à idade ou ao grau de formação escolar, tendo em vista que foram entrevistados desde estudantes do ensino fundamental, senhores e senhoras idosas; professores e funcionários de escolas, e até pessoas que se autocalificavam como “sem estudo”. A prioridade esteve situada na possibilidade do

registro das memórias dos processos e dinâmicas do passado e do presente da localidade, a partir das recordações sobre as experiências individuais e a relação com as experiências coletivas. Embora o presente texto concentre-se nas práticas rurais produzidas por antigos posseiros, com características da cultura cabocla, foram entrevistadas pessoas de diferentes origens, produção econômica, identificação política, identidade étnica e cultural.

A metodologia aplicada na realização das entrevistas consistiu em estimular os entrevistados a discorrerem sobre assuntos que considerassem significativos em suas vidas e os vínculos que estabeleceram com o lugar.

As fontes orais são o resultado de uma pesquisa nos moldes etnográficos, na medida em que a equipe foi a campo e obteve os relatos nos locais e circunstâncias onde os interlocutores se encontravam. Segundo Haviland (et. al.), na definição de etnografia para a ciência da Antropologia:

Tradicionalmente, a pesquisa etnográfica é uma descrição minuciosa que documenta a cultura investigada segundo a pergunta de pesquisa estabelecida. O etnógrafo pode se concentrar em tópicos como o local da pesquisa e as circunstâncias que o envolvem; a história, a comunidade e o grupo atualmente; o meio ambiente natural; os padrões de colonização; as práticas de subsistência; as redes de relações familiares e outras formas de organização social; casamento e sexualidade; trocas econômicas; instituições políticas; mitos, crenças e cerimônias sagradas; desenvolvimentos correntes. Tudo pode ser ilustrado por fotografias e acompanhado de mapas, diagramas de parentescos e figuras que mostram as estruturas de organização política e social, plantas do povoado e das casas, ciclos sazonais, e assim por diante.⁵

Trazendo para o campo da História Jacques Le Goff, na sua obra *História e Memória*, referencia o francês Lucien Febvre tecendo observações quanto às fontes e os métodos possíveis para a construção da ciência:

Os fundadores da revista “Annales d’histoire économique et sociale” (1929), pioneiros de uma história nova, insistiram sobre a necessidade de ampliar a noção de documento: “A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando estes existem. Mas pode fazer-se, deve fazer-se sem documentos escritos, quando não existem. Com tudo o que a habilidade do historiador lhe permite utilizar para fabricar seu mel, na falta das flores habituais. (...) Numa palavra, com tudo o que, pertencendo ao homem, depende do homem, serve ao homem, exprime ao homem, demonstra a presença, a atividade, os gostos e as maneiras do ser do homem. (...)”⁶

Assim, nas gravações foi priorizada a abordagem técnica (aberta), concentrada mais no relato de memória do que no número exato e definido de interrogações, prezando em

⁵ HAVILAND, W. A.; PRINS, H. E. L.; WALRATH, D.; McBRIDE, B. *Princípios de antropologia*. São Paulo: Cengage Learning, 2011. p.27.

⁶ LE GOFF, J. *História e Memória*. Campinas: Edunicamp, 1992. p. 540.

perceber as ações que ainda não passaram por um processo de documentação ou pouco exploradas pela ciência. O local de nascimento, lembranças da infância e/ou do lugar de origem, quem foram os pais e com o que trabalhavam, como foi a migração para a região e como a encontraram, foram algumas das questões iniciais que se desdobraram em outras na medida em que os assuntos eram mencionados. As entrevistas estiveram ancoradas na relevância da memória dos sujeitos históricos, aliando as versões dos acontecimentos com as informações concedidas. Compactuando dos procedimentos adotados pelo historiador e teórico da História Oral, Alessandro Portelli, entendemos que:

O respeito pelo valor e pela importância de cada indivíduo é, portanto, uma das primeiras lições de ética sobre a experiência com o trabalho de campo na História Oral. Não são exclusivamente os santos, os heróis, os tiranos – ou as vítimas, os transgressores, os artistas – que produzem impacto. Cada pessoa é um amálgama de grande número de histórias *em potencial*, de possibilidades imaginadas e não escolhidas, de perigos eminentes, contornados e por pouco evitados. Como historiadores orais, nossa arte de ouvir baseia-se na consciência de que praticamente todas as pessoas com quem conversamos enriquecem nossa experiência. (...) Cada entrevista é importante, por ser *diferente* de todas as outras.⁷

Como as produções de história e memória são escassas na região, ou até mesmo inexistentes em alguns lugares, o propósito com os relatos consistiu em fazer conhecer a história a partir das experiências de vida e as impressões que os entrevistados tinham sobre os acontecimentos por eles considerados como significativos. A concentração dos esforços esteve mais direcionada para a função dos pesquisadores como escutas, registrando os assuntos em meio ao ato dos sujeitos históricos rememorarem o passado. Com esse processo alguns acontecimentos da história e da memória, que são poucos referenciados (ou nulos) nos livros de história, nos trabalhos acadêmicos e de memorialistas sobre a região, foram sendo apresentados à equipe pelas pessoas com quem conversamos.

Após o trabalho de campo, seguiu-se a realização das transcrições, da análise e da compilação dos materiais. As opções para codificar as falas para o texto esteve centrada na compreensão de que o relato tem a pretensão de apresentar significados “corretos” que em uma norma escrita poderiam soar como “incorretos”.

Os vícios de linguagem, a troca da letra “l” pela letra “r”, algumas palavras que são equivocadas na maneira de pronunciar, etc., são alguns exemplos que estimularam a utilização de pequenas correções, evitando alterar o sentido da fala, na tradução da sonoridade para o suporte visual. Como habitualmente não escrevemos da mesma forma que falamos, essa

escolha metodológica no procedimento técnico tem a função de minimizar a exposição das pessoas que cederam suas versões – evitando assim a existência de possíveis constrangimentos: “(...) tenho um compromisso *comigo mesmo* de não usar o material da entrevista de forma que possam prejudicar a pessoa de quem o obtive, nem de a ela desagradar.”⁸

Portelli, desenvolvendo teorias para a subjetividade do relato, cita uma experiência pessoal, diante da análise de uma transcrição que considero oportuno, para refletir as opções pela técnica:

Em um erudito periódico sobre história, na Itália, li algo que parecia ser a transcrição muito objetiva e científica de uma entrevista com um operário de fábrica. A certa altura, as palavras do narrador foram intercaladas – em itálico e entre colchetes – por uma informação [*colpo di tosse*] (“tosse”) e, ao vê-la, não pude deixar de me perguntar seu significado: estaria o narrador limpando a garganta? Seria sua tosse intencional ou irônica? Teria ele engasgado? Seria tuberculoso? E a tosse, seria um sintoma ou um sinal? A postura “objetiva” do encarregado da transcrição impossibilitava a inclusão dessa informação, porque implicaria o risco da compreensão intelectual, em vez da neutralidade da transcrição (teoricamente) “mecânica”. Na verdade, em lugar de um discurso objetivo sobre a fonte, o texto transformou-se em um discurso subjetivo sobre o historiador: a única informação transmitida era que a entrevista fora transcrita por um estudioso muito objetivo - que acredita ser científico dar nome aos dados, mas não se arriscar a nos dizer o que, segundo acredita, esses dados são.⁹

As interrogações que o autor traz para a pesquisa realçam a existência da subjetividade, independente das operações técnicas serem objetivas com as fontes. O que não quer dizer que a transcrição com a pretensão de ser fidedigna seja inviável. Apenas remete para as intenções dos pesquisadores com as fontes. Nesse caso o olhar esteve mais voltado para a organização dos acontecimentos no processo narrativo, justamente por reconhecer que o texto também carrega as impressões de estranhamentos individuais de quem realizou a transposição da sensibilidade auditiva para a visual. Operar com a essência aumentaria na conjugação de múltiplas subjetividades: a da fonte, da pessoa que transcreveu a entrevista, do pesquisador que analisa o relato e do leitor final.

Por outro lado, quando citada várias vezes, a palavra *puxirão* que a princípio aparentava ser uma equívoco, despertou a atenção nos trabalhos de campo e nas transcrições. Quando mencionada em diferentes momentos, lugares e por pessoas distintas, passou-se a entender o termo como a nomenclatura usual para uma definição particular a ponto de tornar-se

⁷ PORTELLI, A. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral. *Projeto História*. São Paulo, PUC/SP, n°15, 1997.p.17. (grifos do autor).

⁸ Idem. PORTELLI, A. p.14. (grifos do autor).

o objeto deste estudo justamente pela forma com que era empregada na oralidade. Assim, substitui-se o olhar do aparentemente “incorreto” na ordem gramatical para o convencionalmente aplicado como possibilidade de ser “correto” na forma de definir o lazer – antes nas falas, agora na escrita.

A etapa seguinte ocorreu com o retorno da equipe para as salas de aula do ensino fundamental das comunidades para dialogar com os alunos acerca de questões históricas, das suas relações com o presente e a apresentação de oficinas com slides, figuras, relatos de memória, fotografias, dados estatísticos, vídeos, entre outros materiais.

O objetivo da atividade consistiu em compartilhar conhecimentos com os alunos valorizando o que já sabiam e oferecendo novas informações e análises sobre a formação histórica das localidades pesquisadas. A proposta final das oficinas foi a de ampliar os saberes, estimulando os alunos ao diálogo sobre as memórias junto aos pais, familiares, professores e vizinhos – uma das maneiras de se perpetuar o estudo da história e fazer educação.

O primeiro projeto, *Intervenções na relação universidade / educação básica: tempo passado, desafio do presente*, rendeu no período de vinte e quatro meses de trabalho, noventa e cinco unidades de arquivo digital de áudios de entrevistas de História Oral. O segundo, *Intervenções na relação universidade / escola básica: memória das lutas pela terra em pequenas comunidades do oeste paranaense*, em doze meses, sessenta e três unidades em áudio, entre as quais trinta e seis entrevistas em arquivo digital de vídeo.¹⁰

Devido ao acúmulo de fontes encontradas e entrevistas produzidas, algumas abordagens mais específicas não foram possíveis de serem trabalhadas com mais ênfase durante os projetos de extensão. Um dos temas pouco explorados é justamente o objetivo central do presente trabalho, qual seja: problematizar as práticas socioculturais em torno das relações dos trabalhos coletivos *puxirão* que, embora não mais se constituam efetivamente no cotidiano atual das pessoas, ainda permanece no presente dos sujeitos históricos que rememoram as experiências vividas.

As fontes resultaram também na elaboração de um acervo, disponibilizado para as escolas e arquivado no Núcleo de Pesquisa e Documentação sobre o Oeste do

⁹ Idem. PORTELLI, A.. p. 26-27.

¹⁰ O que perfaz um total de cento e cinquenta e oito entrevistas realizadas no percurso de três anos de pesquisa.

Paraná/CEPEDAL da Universidade Estadual do Oeste do Paraná/UNIOESTE, Campus de Marechal Cândido Rondon/PR – para consultas e pesquisas posteriores.¹¹

Para a construção da dissertação, foram selecionadas como fontes as entrevistas (áudios, vídeos, transcrições) e fotografias que mencionam e ilustram as atividades de trabalho e lazer dos grupos de posseiros que praticavam a exploração coletiva da terra em troca de festa – mencionado como *puxirão*. Os capítulos que compõem a pesquisa visam abranger as escolhas teóricas, o recorte de tempo e espaço (contexto) e as relações entre os participantes da atividade sociocultural. Somam-se também os interesses de teor econômico que motivavam as mobilizações para a criação e manutenção do grupo.

Em relação aos procedimentos teórico-metodológicos, o primeiro capítulo centra-se sobre os recursos epistemológicos, para a análise das fontes, no âmbito da chamada *Nova História Cultural*. Para o presente trabalho merece destaque a historiadora norte-americana Lynn Hunt, quanto aos métodos e observações da *cultura* no estudo da História. O italiano Carlo Ginzburg, com os conceitos de *cultura popular*, *circularidade cultural*, o método dos *paradigmas do saber indiciários*. E por fim, o francês Roger Chartier com as noções de *prática*, *apropriação* e *representação*.

O tópico que segue o capítulo está situado no propósito de conhecer os trabalhos de pesquisas desenvolvidos por autores que se dedicaram à região e proximidades (Oeste e Sudoeste do Paraná, Oeste de Santa Catarina, por exemplo) e como os mesmos conduziram nas suas reflexões as ações coletivas de trabalho/festa no meio rural. De modo a complementar na construção da reflexão, destaca-se para as diferenciações dos termos, desde os Jesuítas do período colonial até as abordagens mais recentes da presente pesquisa, e as designações observando como as práticas se manifestam de forma semelhante nas múltiplas representações concedidas.

Nesse espaço propõe-se visitar bibliograficamente produções de *história*¹² e de *memória*¹³ no contexto, e/ou sobre o contexto, da realização dos trabalhos coletivos em pauta.

¹¹ Diante das opções metodológicas no processo de transcrição, a produção e disponibilização de áudios no acervo do CEPEDAL/UNIOESTE, Campus de Mal C. Rondon/PR, contribuem para a possibilidade de outros estudos que se pretendem dedicar-se sobre os sotaques, a linguagem popular, filologia, linguística, etc.

¹² Parafraçando o historiador March Bloch, entende-se por *história* as produções científicas voltadas para o estudo da atuação dos homens e mulheres na sucessão dos acontecimentos: “Ciência dos homens, dissemos nós. É ainda muito vago. Temos de acrescentar: “dos homens no tempo”. O historiador não pensa apenas o humano. A atmosfera em que o seu pensamento respira naturalmente é a categoria de duração.” BLOCH, M. *Introdução à História*. Portugal: Europa-América, 1997. p.89.

¹³ Entendemos as *memórias* como os acontecimentos do passado e do presente descritos ou falados como anedotas do cotidiano, substratos na construção e análise da História. Para Jacques Le Goff: “(...) é também um instrumento e um objeto de poder. São as sociedades cuja memória social é sobretudo oral ou que estão em vias

A discussão norteia as contribuições da historiografia para a compreensão do processo histórico transcorrido na região Oeste, nos locais em que os trabalhos e festas dos puxirões foram por nós analisados.

O segundo capítulo *Relações socioculturais nos trabalhos coletivos: o puxirão dos caboclos na região Oeste do Paraná* caracteriza-se como uma abordagem de teor analítico-descritivo da prática que reunia trabalho, lazer, identidade e interação social de homens e mulheres do interior do estado em uma manifestação de uma só vez socioeconômica e cultural. Embora discorrendo sobre o assunto, a partir das análises dos depoimentos orais – que ora se complementam, ora se contradizem, compondo assim um mosaico formado de cacos uniformes e disformes, onde é possível identificar imagens do passado – acrescentamos nessa etapa as relações dos *puxirões*, interpretadas à luz da *micro-história*, com questões mais amplas da História do Paraná, pertencentes à *macro-história*.

As atenções estão voltadas para a organização de posseiros no entorno do trabalho voluntário em auxílio a um vizinho (recém-chegado ou não). A abertura de uma nova área, com o desmatamento ou extração de vegetação rasteiras, de uma posse já em atividade e em contrapartida a troca pela alimentação. Aborda-se desde a mobilização do contingente de trabalhadores, passando pela organização do tempo dedicado para o coletivo, até as condições econômicas refletidas na culinária ofertada.

O último capítulo, intitulado *As festas do puxirão: entre versos e danças, religiosidade e surpresas*, concentramos esforços nas comemorações que eram realizadas ao final da empreita. Promovida pela família que encomendava o serviço, a prática do lazer continha elementos significativos para a elucidação do contexto da época em que tais ações se davam. Os caminhos percorridos partem da recepção dos convidados nos *ranchos* (casas) e os cuidados tomados para a segurança dos participantes; as interações e regras estabelecidas pelo grupo e; as brincadeiras, que juntamente com a música, complementavam na animação e organização de novos encontros.

O *Epílogo* trata-se de uma etapa conclusiva do trabalho que discute as transformações políticas e econômicas que ocorreram na região, a partir da segunda metade da década de 1940, e que colocaram em crise as ações coletivas dos posseiros levando ao declínio do *puxirão*. A atuação do Governo do Estado no mapeamento e regulamentação da propriedade sobre a posse; as migrações de colonos dos Estados do Sul, motivados pelas propagandas migratórias das empresas de colonização; a mecanização da agricultura; a transição da

de constituir uma memória coletiva escrita que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória. (...)”LE GOFF, J. Op.cit. p.476.

suinocultura extensiva, fundada nas *safras de porcos*, para um modelo intensivo, pautado no confinamento dos animais; as migrações dos posseiros para outros estados do Oeste e Noroeste do país, em busca de terras, ou para cidades próximas, em contraposição com os familiares que permaneceram na região; são alguns dos temas abordados nessa etapa.

1 RECURSOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS PARA A ANÁLISE DAS FONTES

No presente capítulo iremos apresentar e discutir os suportes teóricos e metodológicos que auxiliarão na análise das fontes sobre os grupos de posseiros, praticantes do *puxirão*, no interior do Paraná, em meados da primeira metade do século XX.

Partindo para uma abordagem referente à cultura, tomaremos como base interpretativa a corrente denominada *Nova História Cultural*. Acompanharemos as contribuições das teorias e métodos de pesquisa elaborados e adotados pelos autores Carlos Ginzburg e Roger Chartier, que se dedicaram a abordagem da cultura na ciência da História. Destacaremos a significativa relevância da *micro-história* para o presente estudo, no sentido de adentrar nos detalhes e minuciosidades das relações entre os sujeitos históricos que praticavam o *puxirão*, e o diálogo com acontecimentos de ordem *macro*, relacionando as particularidades com as estruturas daquele contexto.

Utilizando também as contribuições teóricas de autores que problematizam a *História Oral*, priorizaremos a utilização de fontes orais – bem como as guarnições sobre a memória e a sua relação com a História.

O tópico que segue aborda as contribuições de autores acerca da etimologia e dos significados do termo *puxirão*, e suas variantes. Buscamos, nesse sentido, traçar um paralelo entre o que relatam as fontes e o que sugerem as produções bibliográficas no intuito de propor um diálogo entre o senso comum e o conhecimento acadêmico. O caminho a ser percorrido nessa etapa convém perceber desde as abordagens, descrições e nomações das práticas coletivas entre os indígenas do Novo Mundo, registradas por autores do período colonial, até as investigações e observações próximas do contexto atual, entre as organizações coletivas de caboclos no Estado do Paraná.

1.1 A Nova História Cultural e a Micro-História

Desde o início do século XIX, com a corrente dos historiadores positivistas, até o surgimento da Escola dos Annales de 1929 que, na historiografia, a cultura era frequentemente percebida e rotulada superficialmente no meio acadêmico apenas como uma vitrine com a função de escamotear as contradições sociais. Na historiografia brasileira de meados do século XX, predominantemente a marxista, a política situava-se em primeiro plano, seguido pela abordagem econômica, efetivando-se como a base e a estrutura da própria História.

A relevância da *Nova História Cultural*, para dissertar sobre as vivências e convivências no *puxirão* é marcada pela explanação dos costumes caboclos para além das concepções tradicionais de cultura. Difundida a partir do final da década de 1980, com a historiadora norte-americana Lynn Hunt, a coletânea de artigos *Nova História Cultural*, priorizou a abordagem da História e dos historiadores, antropólogos, críticos literários, filósofos que compartilhavam das relações econômicas e sociais como processos de produções culturais. Nas palavras de Hunt:

As relações econômicas e sociais não são anteriores às culturais, nem as determinam; elas próprias são campos de prática cultural e produção cultural – o que não pode ser dedutivamente explicado por referência a uma dimensão extracultural da experiência.¹⁴

Leva-se em consideração o caráter simbólico dos sujeitos históricos que produziram os documentos, pesquisadores que passam a inserir a cultura na historiografia.¹⁵ Dessa forma, Hunt contextualiza a concepção historiográfica e os seus problemas:

(...) uma vez que a ascensão da nova história cultural foi marcada por um declínio dos intensos debates acerca do papel da teoria sociológica no âmbito da história (...). Em lugar da sociologia, as disciplinas influentes hoje em dia são a antropologia e a teoria da literatura, campos nos quais a explicação social não é tratada como ponto pacífico; não obstante, a história cultural deve defrontar-se com novas tensões não só dentro dos modelos que oferece, mas também entre eles.¹⁶

Devido às limitações encontradas nas ciências sociais com relação à cultura, passaram a ser valorizados trabalhos com incursões (ou diálogos) na antropologia. De modo semelhante

¹⁴ HUNT, L. *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1995. p.9.

¹⁵ LANGER, J. *A Nova História Cultural: Origens, Conceitos e Críticas*. *história e-história*. UNICAMP. 02 de fevereiro de 2012. ISSN 1807-1783 Disponível em: <http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=artigos&id=186> Consultado dia 15/04/2013.

a Nova História Cultural despontou nesse cenário de vertentes historiográficas que até então era composta de correntes que priorizavam as investigações políticas e sociais, chamando atenção para a relevância que as ações humanas, influenciadas mas não determinadas pela economia, tem para a compreensão dos sujeitos e a construção da História.

Na perspectiva da Nova História Cultural, para o estudo dos caboclos do Paraná, a diversão e o entretenimento existem também como instâncias culturais, mas atreladas ao campo econômico e político, social e simbólico; sobretudo nos eventos de trabalho/festa *puxirão*. Ou seja, ampliam-se nessas manifestações culturais de grupos as outras dinâmicas que perpassam o cotidiano, refletindo significativamente esses vínculos no processo histórico.

Para estabelecer esse diálogo entre historiografia e cultura emprega-se aqui, como principais autores, os historiadores Carlos Ginzburg e Roger Chartier.

Do italiano Carlo Ginzburg objetiva-se captar a noção do autor frente à *cultura popular* e à *circularidade cultural*, o método investigativo do *paradigma do saber indiciário* e da *micro-história*.

Na sua obra intitulada *O queijo e os vermes*, Ginzburg desenvolve de forma metodológica a abordagem denominada *cultura popular*. No prefácio à edição italiana do livro, o autor expressa a questão da cultura popular e seus propósitos:

A escassez de testemunhos sobre o comportamento e as atitudes das classes subalternas do passado é com certeza o primeiro – mas não o único – obstáculo contra o qual as pesquisas históricas do gênero se chocam. Porém, é uma regra que admite exceções. (...) o que temos em mãos já nos permite reconstruir um fragmento do que se costuma denominar “cultura das classes subalternas” ou ainda “cultura popular”.¹⁷

Para o objeto desta dissertação, as relações com a *cultura popular* tornam-se um pouco distintas do que os trabalhos de Ginzburg com os sujeitos históricos da Europa no período moderno. No Paraná tem-se a possibilidade do contato, no presente, com os sujeitos históricos que vivenciaram o contexto de meados do século XX no interior do estado. Porém, esse acesso supostamente “direto” não diminui a responsabilidade de se tentar perceber, na subjetividade dos depoimentos orais, a cultura que lhes é particular.

Para Ginzburg uma das limitações de fontes em sua pesquisa foi a de não encontrar documentos produzidos por agentes históricos das classes populares do século XVI, e a decorrente impossibilidade do contato com os mesmos. Considera-se, nesta dissertação, que o acesso aos antigos posseiros e caboclos constitui-se como um dos problemas desta

¹⁶ HUNT, L. Op. cit. p.14.

¹⁷ GINZBURG, C. *O queijo e os vermes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p.11.

investigação. Isso porque o trabalho com as memórias das pessoas que vivenciam o presente, também carece de cautela na análise das suas formas de representações.

Se para Ginzburg a ausência é o problema, aqui, a presença não é menos complexa, já que os coadjuvantes continuam atuando ativamente na sociedade e construindo em vida as suas histórias. O que queremos esclarecer é que, aos homens e mulheres do passado, os historiadores partem em defesa das problematizações textuais, sujeito às críticas (construtivas ou desconstrutivas) dos outros pesquisadores sobre as produções historiográficas. Quanto aos sujeitos históricos do presente, além das críticas acadêmicas, podem surgir também sentimentos favoráveis ou contrários às análises construídas, partindo dos próprios entrevistados. Isso, porém, deve ser considerado como algo positivo, demonstrando preocupação, da parte dos entrevistados, com a composição da História.

Não significa que o historiador deva agradar seus interlocutores e satisfazer as expectativas dos colegas de ofício trabalhando de modo com que passem a consentir com tudo o que está escrito – algo praticamente impossível, já que a História, como todas as outras ciências, está em constante construção. Atenta-se em observar que o trabalho exige simultaneamente a responsabilidade do pesquisador com o passado e com o presente dos entrevistados. A teoria de Ginzburg vem acrescentar elementos nessa observação que permite o acesso às pessoas sem as limitações documentais, oportunizando conhecer essas expressões da cultura popular.

A formulação que Ginzburg encontrou para contrabalançar as dicotomias numa mesma investigação, para melhor visualizar os sujeitos históricos, reflete na organização do conceito de *circularidade cultural*, assim definida:

(...) é possível resumir no termo ‘circularidade’: entre a cultura de classes dominantes e a das classes subalternas existiu, na Europa pré-industrial, um relacionamento circular feito de influências recíprocas, que se movia de baixo pra cima, bem como de cima pra baixo (...) ¹⁸

Ou seja, o autor estabelece que a relação entre as classes não existe apenas como dominação das elites. O que ocorre são relações permeadas ora por coerções das pressões promovidas pela manifestação popular e/ou a subjugação das camadas mais abastadas; ora pelas formas legitimadas de repressão das elites, e as concessões às reivindicações das massas para a manutenção do poder. “Portanto, temos a dicotomia cultural, e a circularidade, influxo recíproco entre cultura subalterna e cultura hegemônica (...)” ¹⁹.

¹⁸ Idem. p.10.

¹⁹ Idem. p.15.

A relevância do conceito de *circularidade cultural* para a pesquisa está presente na compreensão de que há outras relações peculiares entre as elites e as classes subalternas, além da dicotomia “dominante” e “dominada”. No nosso caso buscamos perceber a *circularidade cultural* nas práticas culturais, o que possibilita perceber que as relações entre posseiros, proprietários e migrantes não se davam somente através de trabalhos pautados por meios comerciais, de exploração e de disputa de terras, mas também de relações sociais que influenciavam reciprocamente um grupo e outro.

As definições de quem é elite e quem é classe popular são arriscadas na medida em que, na suposta segregação social, havia variantes que, muitas vezes, misturavam um extremo e outro a ponto de gerar confusão nos parâmetros. Por exemplo: seria o posseiro que encomendava o *puxirão* o patrão, pelo fato de o serviço de roça estar sendo realizado na sua propriedade ou posse? Ou estava subordinado à solidariedade do grupo, já que a empreita é retribuída com alimentação e festa e não com a remuneração em dinheiro? Nem uma coisa nem outra, pois, o posseiro tanto dependia dos vizinhos para atingir seus objetivos, quando contribuía para a perpetuação da unidade do grupo.

Objetivando perceber a atuação das classes populares no período moderno, o autor perscruta nos detalhes pormenorizados dos registros as pequenas fendas que podem ampliar o campo de visão do universo dos camponeses daquele momento. Pautado numa metodologia de pesquisa a partir de vestígios, definida pelo autor como *paradigma do saber indiciário*, que essa relação investigador/sujeitos históricos faz-se possível.

Em suma, pode-se falar de paradigma indiciário ou divinatório, dirigido, segundo as formas de saber, para o passado, o presente e o futuro. Para o futuro – e tinha-se a arte divinatória em sentido próprio -; para o passado, o presente e o futuro - e tinha-se a semiótica médica na sua dupla face, diagnóstica e prognóstica -; para o passado – e tinha-se a jurisprudência. Mas, por detrás desse paradigma indiciário ou divinatório, entrevê-se o gesto talvez mais antigo da história intelectual do gênero humano: o do caçador agachado na lama, que escruta as pistas da presa.²⁰

Aliado aos anseios metodológicos, Ginzburg apoia-se nessa teoria em defesa da própria cientificidade da História. Para o autor, o *paradigma indiciário* eleva ao grau de ciência às modalidades de pesquisa impossibilitadas de serem testadas sempre que se queira confirmar ou formular uma hipótese. Na impossibilidade de repetir as experiências da história, se chega aos acontecimentos por meio das provas – indícios. Num momento temos os *sintomas* observados no contexto presente, seja pela interferência do passado na vida atual, ou

²⁰ GINZBURG, C. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. 2ª ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p.154.

seja, pelo encontro presente com as fontes e a formulação de questões ainda não elucidadas. Em seguida busca conhecer e entender as *enfermidades* dos acontecimentos ao longo do tempo por meio dos indícios e, por fim, *prescrever* abordagens de observação e de críticas que proporcionem caminhos de convivência dos homens e dos contextos históricos.

Dessa forma, as experiências adquiridas por meio das técnicas para apreender a caçar; os saberes místicos e especulações futuras, decorrentes da observação dos acontecimentos do passado; a percepção de pistas; as provas, na junção das peças do quebra-cabeça investigativo e; os valores agregados aos materiais na composição e transformação de símbolos; formam essa constelação das disciplinas.

Frente à utilização dos pormenores nas ciências humanas, percebe-se que os métodos indiciários não tem a pretensão de serem exatos. Já que cada pesquisa persegue os acontecimentos e as fontes, que podem ser reproduzidas por outros meios, e são constituídas como únicas e exclusivas na sua composição, necessitando assim de um tratamento diferenciado – sem deixar de ser ciência. Na contramão, as ciências exatas assemelham-se às humanas a partir dos pressupostos já conhecidos anteriormente, pela observação e por fenômenos subjetivos.

Ninguém aprende o ofício de conhecedor ou de diagnosticador limitando-se a pôr em prática regras preexistentes. Nesse tipo de conhecimento entram em jogo (diz-se normalmente) elementos imponderáveis: faro, golpe de vista, intuição.²¹

Diante do *puxirão*, o *paradigma do saber indiciário* contribui para a elucidação das questões apresentadas pelos entrevistados partindo de indícios presentes nas memórias e nos materiais encontrados. Os paradigmas, estando em constante desenvolvimento, refletem na análise das fontes, diante da subjetividade do depoimento oral e, apreende-se na própria realização do trabalho de pesquisa. Ou seja, o exercício do olhar dá-se no processo. Frente às memórias, fotografias, vídeos, documentos, etc., esse conceito é perceptível nos materiais como fragmentos do tempo – seja do passado ou do presente – que, embora não é o passado enquanto tal, passa a ser utilizado como vértices de ligação pelos quais é possível visualizar os acontecimentos.

Para empregar os *saberes indiciários* na pesquisa Ginzburg pondera a concentração e delimitação do recorte espaço-temporal. Pautado numa metodologia que prioriza o detalhe, aparentemente imperceptível na apresentação de um todo, o autor adentra numa abordagem bastante peculiar e amplamente discutida na *micro-história*:

²¹ Idem. p.179.

A análise micro-histórica é portanto bifronte. Por um lado, movendo-se numa escala reduzida, permite em muitos casos uma reconstituição do vivido impensável noutros tipos de historiografia. Por outro lado, propões-se indagar as estruturas invisíveis dentro das quais aquele vivido se articula. (...) Entre a forma e a substância há um hiato, que compete à ciência preencher. (Se a realidade fosse transparente, e portanto imediatamente cognoscível, dizia Marx, a análise crítica seria supérflua.) Por isto propomos definir a micro-história, e a história em geral, *ciência do vivido*: uma definição que procura compreender as razões tanto dos adeptos como dos adversários da integração da história nas ciências sociais – e assim irá desagradar a ambos.²²

Diferentemente da História das mentalidades, que priorizava a longa duração e as concepções que aderiram às estruturas, Ginzburg marca nas suas pesquisas as delimitações de espaço e tempo. Busca perceber no singular as eminências que podem passar despercebidas na compreensão mais abrangente. Porém, tais eminências são influenciadas e influem simultaneamente na abordagem macro. Em uma observação superficial, poderíamos supor que a *micro-história* limita-se apenas ao específico, ao particular; porém, é necessário esclarecer o diálogo, desta abordagem, com as referências da *macro-história* complementando, dessa forma, as pesquisas de escala reduzida com a contribuição para compreender as estruturas.

Em nenhum caso a micro-história poderá limitar-se a verificar, na escala que lhe é própria, regras macro-históricas (ou macroantropológicas) elaboradas noutro campo. Uma das primeiras experiências do estudioso da micro-história diz realmente respeito à escassa e por vezes nula relevância das mutações de ritmo (a começar pela cronológica) elaboradas em escala macro-histórica. Daí a importância decisiva que assume a comparação.²³

Assim, com o método da *micro-história* acrescenta-se o infinitesimal na composição da história macro, dialogando também com os outros campos disciplinares. Atuando no peculiar, intervém sob os segmentos da cronologia na ânsia de preencher as lacunas que as abordagens estruturais não conseguiram ou não deram conta de alcançar.

O *puxirão*, na periodização das décadas de 1930 até 1970 no oeste do Paraná, presta-se aqui à abordagem da *micro-história*, debatida por Ginzburg. Tanto o recorte temporal como as atividades particulares do homem rural consolidam-se numa visualização mais específica da História regional. Porém, esta pesquisa tem como mote acompanhar outras dinâmicas mais abrangentes de modo a complementar a discussão com o que se tem propalado sobre a

²² GINZBURG, C. *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. p.177-178. (destaques do autor).

²³ Idem. p. 178.

História do Paraná do século XX e as memórias, e simultaneamente perscrutar e problematizar as ausências de tais abordagens.

Ainda nos recursos teóricos consideramos em seguir as ponderações do historiador Roger Chartier. Frente à *História Cultural*, o diálogo desse autor destaca-se nas *práticas* e nos conceitos de: *representação* e *apropriação*.

Chartier sintetiza sua concepção teórica da cultura na História ao escrever que: “A história cultural tal como a entendemos, tem por principal objetivo identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada dada a ler.”²⁴

O autor expõe a história cultural como a preocupação em compreender como os sujeitos históricos em diferentes contextos (tempo e espaço) compõem, refletem e exteriorizam o universo em que vivem. Essa exteriorização diz respeito às representações realizadas pelos homens na história, que acarretam em disputas pela imposição das formas de representação sobre as outras para consolidar as mesmas em legitimação. Por outro lado, Chartier adverte cautela aos historiadores para que haja uma distinção clara entre história cultural e o conceito de representação.

Chartier conceitua as dimensões da representação a partir de Louis Marin, os deslocamentos da teoria que acabaram por priorizar a cultura, sua função para a pesquisa e definição particular:

(...) retornar ao conceito de representação de dupla dimensão tal como expresso por Louis Marin: “dimensão ‘transitiva’ ou transparência de enunciado, toda representação *representa* alguma coisa; dimensão ‘reflexiva’ ou opacidade enunciativa, toda representação se *apresenta* representando alguma coisa”. Ao longo dos anos e dos trabalhos, a noção de representação quase chegou a identificar-se com o procedimento de história cultural (...). A constatação é pertinente, mas ela deve evitar mal-entendidos. Tal como a entendo, a noção não distancia nem do real nem do social. Ela ajuda os historiadores a se desligarem de sua “bem fraca ideia do real” como escrevia Foucault, colocando em destaque a força das representações, sejam elas interiorizadas ou objetivas. Elas não são simples imagens, verídicas ou enganosas de uma realidade que lhe seria exterior. Possuem uma energia própria que convence que o mundo, ou o passado, é realmente o que elas dizem que é. Produzidas em suas diferenças pelas desigualdades que fraturam as sociedades, as representações, por sua vez, as produzem ou as reproduzem.²⁵

²⁴ CHARTIER, R. *A história Cultural: entre práticas e representações*. 2ª ed. Algés – Portugal. Difel, 2002. p. 16-17.

²⁵ ROCHA, J. C. de C. (org.) *Roger Chartier; a força das representações: história e ficção*. Chapecó: Artigos, 2011. p.281.

Diante das pesquisas históricas que trabalham com a cultura, a noção representação assume a inclusão de outros valores além da materialidade, o campo discursivo e simbólico, que influenciam diretamente no real.

Objetivando inserir a ciência da História no rol das disciplinas que passaram a desenvolver trabalhos, sem se limitar às abordagens mais estruturais da economia e da sociedade – porém sem abandoná-las de todo –, a noção de representação é uma das alternativas empregadas para assumir essa função. A exploração do conceito nas investigações históricas, ao abordar o específico, apresenta-se como possível complemento na compreensão da constituição das estruturas.

A relevância das teorias de Chartier, para as práticas coletivas de trabalho e de lazer dos posseiros do interior do Paraná em meados da primeira metade do século XX, pauta-se nas *representações* expressas pela comunidade rural nesse contexto. Visualizando as relações sociais, essas particularidades não se eximem das estruturas, pois são influenciadas pelos acontecimentos da política nacional e estadual e pelas dinâmicas da economia da época.

O que pretendemos acrescentar é que tais mobilizações culturais contêm especificidades que não se limitam exclusivamente às questões políticas e econômicas. De modo diverso, promovem rearranjos para superar as lacunas das estruturas, influenciando-as.

Outro conceito que complementa os usos da cultura, característico de Chartier, diz respeito às apropriações, assim apresentado:

Esta noção parece central para a história cultural, desde que seja reformulada. Esta reformulação, que enfatiza a pluralidade dos empregos e das compreensões e a liberdade criadora – mesmo regulada – dos agentes que não obrigam nem os textos nem as normas (...). A apropriação, a nosso ver, visa uma história social dos usos e das interpretações, referidas e suas determinações fundamentais e inscritas nas práticas específicas que as produzem.²⁶

As reformulações necessárias para que o conceito tenha significado à história cultural, para Chartier, competem em entender *apropriação* de modo diferente do que a imposição de uma dada cultura concedida pelas elites às classes subalternas. O conceito descaracteriza como o favorecimento das elites retendo e explorando das classes subalternas apenas aquilo que lhes cabem. *Apropriação* dá-se também no sentido inverso, quando as classes populares utilizam-se das suas próprias criações e/ou das criações das elites como recurso para reivindicar direitos e favorecer os seus interesses.

²⁶ CHARTIER, R. O mundo como representação. In: *Estudos Avançados* 11(5), 1991. p. 179.

Nota-se na *apropriação*, a influência recíproca entre os sujeitos históricos do contexto em pauta no Paraná com os acontecimentos da época. Por exemplo, a configuração da Marcha para o Oeste promovendo a ampliação e manutenção das fronteiras do estado do Paraná com estratégias de povoamento da região na concessão de terras e a abertura de posses.

Se por um lado havia a política nacional e estadual apropriando-se dos posseiros e migrantes para atingir seus propósitos, por outro lado, a população rural encontrava formas de se organizar dentro dessa conjuntura. De modo semelhante, os posseiros também se muniam de estratégias para apropriar-se das decisões de uma minoria elitizada. Aproveitavam-se das brechas percebidas no sistema, que aparentemente se apresentaria apenas como uma relação de “cima” para “baixo”.

A abertura de posses feita de forma coletiva em prol de um vizinho, a derrubada da mata, a extração e a comercialização de madeira, a produção extensiva de suínos, entre outras, são maneiras encontradas para a manutenção da existência na utilização de caminhos que não estão de todo sob o “controle social”.

Conectando a *representação* aos conceitos *prática e apropriação*, Chartier resume em uma mesma explanação ao citar que:

(...) inicialmente, o conceito de *representação*, que possibilita articular, de acordo com a sociologia de Durkheim e Mauss, as representações coletivas e as formas de exibição da identidade social ou os signos do poder (o que Pascal chama de *montre* – “mostra”); em seguida a categoria de *prática*, que designa a irredutibilidade das maneiras de fazer aos discursos que as prescrevem ou as proscovem, as descrevem ou as organizam; enfim, o conceito de *apropriação*, entendida ao mesmo tempo como controle e uso, como vontade de posse exclusiva pelas autoridades e como invenção pelos consumidores comuns.²⁷

Ou seja, pode-se atribuir analogicamente que: a prática é a forma material, que não se limita à ordem já configurada; a representação o sentido e; a apropriação, o que se retém do outro para construir e/ou fortalecer suas próprias questões. Nesse caso, a *prática* dos caboclos no *puxirão* escapa nas suas particularidades aos atributos convencionais, transforma-se nas relações que engendra. Embora indo ao encontro das pretensões do Estado quanto à exploração e povoamento territorial no interior do Paraná, os grupos criavam e mantinham suas próprias “normas” de condutas sociais.

²⁷ ROCHA, J. C. de C. (org.), op. cit. p.26 (grifos do autor)

1.2 Etimologia e semântica cabocla na construção do *Puxirão*²⁸

Este tópico versará sobre alguns estudos de caráter, histórico, etimológico e etnológico acerca dos trabalhos coletivos no desmatamento, plantio, colheita e da subsequente realização de festas. O propósito é apresentar e discutir as diferentes abordagens a respeito das múltiplas maneiras de nominar as ações de trabalho coletivo que, todavia, manifestam características semelhantes, demonstrando a indissolubilidade do lazer nas atividades de roça.

Desde os primeiros contatos entre os europeus com os habitantes do Novo Mundo, nos séculos XV e XVI, as vivências e o cotidiano dos naturais eram observados e registrados pelos recém-chegados. A documentação colonial – crônicas, cartas, etc. – muitas vezes motivada pelo estranhamento em relação aos costumes indígenas, registrou importantes aspectos sobre as formas de trabalho praticadas na América naquele contexto. Charles Gibson em *As relações de trabalho no México durante o domínio espanhol* destaca:

O que impressionou o ouvidor espanhol, Alonso de Zorita, sobre o trabalho indígena em princípios do século XVI foi o sentido de contribuição, a *alegria* e o *grande júbilo* que os acompanhava. (...) Acostumados a prover seu próprio sustento e aos serviços locais e distantes sem pagamento algum, os indígenas pareciam dispostos a realizar e inclusive a encontrar satisfação em ocupações que eram monótonas ou degradantes para os europeus. Na Europa, o trabalho coletivo não qualificado tinha implicações de coação ou escravidão. Na tradição indígena, o mesmo trabalho de massas, se não fosse demasiado oneroso, podia ser considerado gratificante, como experiência compartilhada e agradável.²⁹

Revisando a bibliografia, de autores que em distintos momentos desenvolveram trabalhos entre grupos indígenas guarani falantes (que falavam o guarani) da América do Sul, frequentemente encontramos termos semelhantes atribuídos às práticas de trabalho/festa. Durante o período colonial, os jesuítas que atuavam em missões religiosas no Paraguai (Guayrá, Itatin e Tape) registraram algumas descrições envolvendo a realização de trabalhos/festas.

²⁸ São inúmeros os termos derivados desse étimo oriundo do tupi-guarani. De acordo com o dicionário Eletrônico Houaiss, a palavra puxirão encontra-se entre os múltiplos sinônimos e/ou variações linguísticas da definição básica do mutirão: “(...) muquirão, muxirã, muxirão, muxirom, pixurum, ponxirão, punxirão, putirão, putirom, putirum, **puxirão**, puxirum.” HOUAISS, A. *Dicionário da Língua Portuguesa*: dicionário eletrônico Houaiss. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000. Consultado dia 11/09/2013. (grifos meus).

²⁹ GIBSON, C. *As relações de trabalho no México durante o domínio espanhol*. In: CORRÊA, A. M.; BELLOTTO, M. L. *A América Latina de colonização espanhola: antologia de textos históricos*. São Paulo: HUCITEC: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979. p.39.

O antropólogo e etnolinguísta Bartomeu Meliá pesquisando grupos indígenas guarani falantes do Paraguai e do Sul do Brasil, dentre as muitas formas de conceituar o trabalho/lazer, cita também a palavra *potyró*:

La etnografía actual del *potyró* y del *pepy* tal como se da en sociedades guaraní contemporáneas y en sociedades rurales paraguayas y brasileñas, por ejemplo, viene a confirmar y revivir la generalidad de las locuciones del diccionario. “La institución del trabajo coletivo y festivo no remunerado, *mba’e pepy*, es expresión de la solidaridad comunal y se basa en el principio de reciprocidad. Su equivalente criollo de origen guaraní es la minga (denominación quechua); en el Brasil conocido como *puxirão* o *mutirão*, *puxiro*.³⁰

A citação de Meliá traz para a reflexão as características de união, entre os integrantes de determinados convívios sociais, para fins de trabalho. Os encontros eram mediados pelo *convite* – o ato de chamar alguém para estar presente na realização de um evento.

En estrecha relación con esta forma de cooperación, que es mucho más que una conjunción de fuerzas físicas, está la noción de convite, designado con la palabra *pepy*. (...) Algunos hechos registrados en las crónicas jesuíticas aluden directamente a esta relación entre trabajo en común y convite.³¹

Nesse caso, o chamado é para promover a participação de pessoas conhecidas, ou com identidades em comum, para atuarem numa ação coletiva de auxílio, a um dos componentes do grupo, e, simultaneamente, de confraternização. O autor cita também a obra *Tesoro de la lengua Guarani*, desenvolvida durante o período colonial (1639) pelo padre jesuíta Antonio Ruiz de Montoya. A partir dessa obra Meliá estabelece vínculos dos costumes guarani ancestrais com dados linguísticos e etnológicos contemporâneos.

La descripción de los trabajos del Guaraní resultaría parcial e incoherente si se dejara de lado las formas de cooperación con que son realizados la mayoría de estos trabajos. Para el Guaraní ciertas actividades son casi impensables si no es en la forma de colaboración común. Montoya rescata, con importantes detalles, la palabra que significa esta forma: *potyró*, poner manos a la obra. Derivado de *po*, su etimología sería “todas las manos”.³²

³⁰ MELIÁ, B. Potyró: la cuestión del trabajo indígena guarani. *Missões: Trabalho e Evangelização*. Anais do VIII Simpósio Nacional de Estudos Missionários. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Dom Bosco. Santa Rosa – RS. p.319-320 (grifos meus). “A etnografía atual do *potyró* e do *pepy* [convite] tal como se dá em sociedades guarani contemporâneas e em sociedades rurais paraguaias e brasileiras, por exemplo, vem a confirmar e reviver a generalidade das locuções do dicionário. “A instituição do trabalho coletivo e festivo não remunerado, *mba’e pepy*, é expressão da solidariedade comunal e se passa no princípio de reciprocidade. Sua equivalente crioula de origem guarani é a minga (denominação quechua); no Brasil conhecido como *puxirão* ou *mutirão*, *puxiro*.” (tradução livre).

³¹ Idem. p.319. “Em estreita relação com esta forma de cooperação, que é muito mais que uma conjunção de forças físicas, está a noção de convite, designado com a palavra *pepy*. (...) Alguns trechos registrados nas crônicas jesuíticas aludem diretamente a esta relação entre trabalho em comum e convite.” (tradução livre).

³² Idem. p. 319. “A descrição dos trabalhos do Guaraní resultaria parcial e incoerente se se deixar de lado as formas de cooperação com que são realizados a maioria destes trabalhos. Para o Guaraní certas atividades são quase impensáveis se não é na forma de colaboração comum. Montoya resgata, com importantes detalhes, a

Além da elucidação dos significados encontrados por Montoya, para a construção da palavra *potyrõ*, Meliá acrescenta que o trabalho dos indígenas guarani era comumente realizado em caráter coletivo. Assim, estabelecia-se como uma relação presente no cotidiano dos grupos. Já o trabalho individual existia como uma rara exceção.

Meliá, agregando elementos à raiz etimológica do trabalho em grupo dos guarani, destaca ainda outra palavra, também registrada por Montoya: “Hay que notar que en Montoya el rozar se designa también como *apotyrõ*, que significa una forma de colaboración de varios hombres que se juntaban para trabajar en común, forma habitual con que se hacía las rozas (...).”³³

A partir disso, podemos notar que as variações das palavras que definiam trabalho/festa remetem a um período pré-colonial, e foram percebidas e registradas já no século XVII. Embora se referindo às mesmas práticas, ao longo dos séculos, a começar por Montoya, surgiram nomenclaturas distintas que, todavia, remetem a um mesmo fenômeno.

Nas regiões Oeste e Sudoeste do estado do Paraná, no período que corresponde à primeira metade do século XX, as ações coletivas de roça também foram investigadas e conceituadas de modo distinto. A seguir serão problematizadas tanto as pesquisas que discorrem sobre algumas práticas similares (organizar os vizinhos para roçar e festejar), expressas de forma distinta, quanto as investigações que apresentam outras ações com denominações aproximadas ao *puxirão*.

As confluências entre os costumes indígenas com os dos europeus deram sequência nas transformações dos significados concedidos às práticas. O General José Candido da Silva Muricy, no seu trabalho intitulado *Viagem ao País dos Jesuítas*, relata suas experiências vividas durante as incursões na Vila Rica de 1896, atual Estado do Paraná, em uma festividade noturna realizada após um dia de trabalho:

Passamos somente uma noite nos domínios do Batista. Uma noite cheia e inesquecível... Um *picherum* para um serviço qualquer, reunia senão a totalidade, pelo menos a maioria dos vizinhos e, assim, o sítio estava bastante animado. O dia fôra longo todo êle dedicado ao trabalho e, por ter sido o último, todos, – homens, crianças e mulheres, – queriam folgar naquela noite. Cada um concorria com broinhas, sequilhos, pinhões, batatas doces, aipins, pipocas ou qualquer outra coisa comestível. Haveria também

palavra que significa esta forma: *potyrõ*, por mãos a obra. Derivado de *po*, sua etimologia seria “todas as mãos”. (tradução livre).

³³ Idem. p.316. “Há que notar que em Montoya o roçar se designa também como *apotyrõ*, que significa uma forma de colaboração de vários homens que se juntavam para trabalhar em comum, forma habitual com que se fazia as roças (...).” (tradução livre).

fervida, cerveja, café e mate chimarrão. Mas a dúvida estava na escolha do divertimento que seria um baile à gaita de fole ou um fandango à viola.³⁴

Da experiência vivenciada por Muricy já podemos tratar aquele momento como de uma atividade cabocla. Apesar da ancestralidade indígena dessa prática, a mesma passa a tornar-se também cabocla pelos novos elementos que ela comporta. Podemos notar nas descrições do autor a influência indígena, mas também as interfaces com os neo-brasileiros.³⁵

Independente se as práticas são indígenas ou caboclas, permanecem algumas semelhanças subsistindo tanto as expressões etimológicas quanto simbólicas dos trabalhos coletivos ao longo da história. Tanto o *potyrõ* e *apotyrõ* de 1639 (indígena guarani), quanto o *picherum* e o *puxirão* (caboclo), lembrado pelos informantes que entrevistamos para o presente trabalho, são manifestações desprovidas de retribuição financeira e que associam trabalho e festa. A ação era motivada para o estabelecimento de uma atividade em conjunto que não está restrita ao ato em si, mas vinculada às *representações mentais* que ela agrega à prática. Para o sociólogo Pierre Bourdieu:

Mas, mais profundamente a procura dos critérios *objetivos* de identidade *regional* ou *étnica* não deve fazer esquecer que, na prática social, estes critérios (por exemplo, a língua, o dialecto ou o sotaque) são objecto de *representações mentais*, quer dizer, de actos de percepção e de apreciação, de conhecimento e de reconhecimento em que os agentes investem os seus interesses e os seus pressupostos, e de *representações objectais*, em coisas (emblemas, bandeiras, insígnias, etc.) ou em actos, estratégias interessadas de manipulação simbólica que têm em vista determinar a representação mental que os outros podem ter destas propriedades e dos seus portadores.³⁶

Ou seja, assim como a união estava presente no propósito de acrescentar braços para a ação, a festividade tinha a função de consolidar a estrutura que sustentava e perpetuava o trabalho em momentos subsequentes, contemplando os seus participantes em diferentes tempos. Esse binômio trabalho/festa Meliá denomina de *solidariedade comunal* e *princípio de reciprocidade*.

Se o autor caracteriza o *potyrõ* como pertencente às sociedades guarani contemporâneas e às rurais do Paraguai e do Brasil, as diferentes denominações caboclas,

³⁴ MURICY, Gen. J. C. da S. *Viagem ao País dos Jesuítas*. Curitiba: Imprensa oficial do Estado do Paraná. 1975. p.132.

³⁵ “Por longo tempo, contudo, a população básica desses núcleos coloniais neobrasileiros exibiria uma aparência muito mais indígena que negra e européia, pelo modo como moravam, pelo que comiam, por sua visão de mundo e pelo idioma que falavam. Tal indianidade era, sem dúvida, mais aparente que real, por que o apelo às formas indígenas de adaptação à natureza, a sobrevivência das antigas tradições, o próprio uso da língua indígena, estavam postos agora, a serviço de uma entidade nova, muito mais capaz de crescer e expandir-se.” RIBEIRO, D. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p.109.

³⁶ BOURDIEU, P. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Difel, 1989. p.112.

dentre elas o *puxirão*, remetem ao conceito de *apropriação* dessa prática pela sociedade neobrasileira. Entendemos a abordagem teórica da *apropriação*, nos termos de Chartier, como a captação de elementos presentes no grupo alheio, adaptados aos próprios interesses, independente da condição simbólica de “dominado” – rotulação impressa pelos europeus que se colocavam na posição de “dominadores”. Simultaneamente podemos reafirmar, também pelas práticas de trabalho, a existência de contatos e relacionamentos entre as sociedades indígenas e europeias. As atividades dos indígenas homogeneizavam-se (direta ou indiretamente) com os empreendimentos das populações que vieram da Europa. Apesar do propósito dos europeus de engendram a implantação de projetos de conquista, essa apropriação do trabalho guarani nos permite estimular reflexões sobre as contradições da propalada “dominação” europeia sobre os naturais da América.

Sergio Buarque de Holanda, na sua obra *Caminhos e Fronteiras*, retrata os contatos e *colaborações* entre indígenas e bandeirantes ao longo dos séculos que seguiram a chegada dos portugueses na América. O objetivo do autor foi o de apresentar de forma crítica as trocas que ocorreram entre os naturais do Novo Mundo e os europeus. A contribuição maior da pesquisa foi o rompimento de uma visão simplificada, há muito tempo propalada nas ciências humanas, de que houve apenas a “dominação” unilateral dos estrangeiros sobre os gentílicos. Ao contrário, o autor reforça que a cooperação entre os diferentes foi um dos fatores, se não o mais significativo, para a continuidade no processo de conquista.

O que ocorreu foi um jogo de interesses: europeus nas explorações territoriais em busca de riqueza e poder, recorrendo aos conhecimentos dos indígenas e à adoção de práticas de sobrevivência na natureza e; os indígenas prezando por somar aliados com a finalidade de se protegerem e reforçarem seus aparatos tecnológicos nas disputas com inimigos nativos: “Para o sertanista, branco ou mamaluco, o incipiente sistema de viação que aqui encontrou foi um auxiliar tão prestimoso e necessário quanto foi para o indígena.”³⁷

Os termos demonstram que as sociedades compartilhavam de práticas culturais umas das outras. Em determinados momentos as formas alheias passavam a ser integradas às suas próprias maneiras de organização até não mais conseguirem distinguir exatamente o que foi e o que é de um ou de outro. Assim, os participantes passam a reforçar os elementos que caracterizam o passado de interesse do grupo. Se não, no decorrer do tempo, aos poucos vão elaborando um novo modo de denominar as práticas quando as misturas se fazem irreversíveis.

³⁷ HOLANDA, S. B. de. *Caminhos e Fronteiras*. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p.19.

De um lado temos os indígenas guarani falantes, que se tornaram contemporâneos em virtude do processo histórico. De outro lado temos os europeus e seus descendentes na América, que também passaram por transformações com as diversidades do Novo Mundo, mas que reforçam algumas das características dos modos como viviam do outro lado do Atlântico.

Devem-se acrescentar ainda os que vagavam e ainda vagueiam no *hibridismo cultural*³⁸, nos meandros das proximidades e das distâncias entre os dois primeiros grupos. Esses últimos desencontram-se pulverizados a ponto de assumirem na indefinição as categorias dos antepassados, estipulando para si apenas o que lhes convém e quando lhes convém. Padecem e resistem às generalizações estigmatizantes pelas características que eles não mais possuem, ou dizem não possuírem. São definidos pela sua indefinição como mestiços, mamelucos, sertanejos, caipiras, caboclos, bugres, paraguaios (pelo duro), jeca, etc.

Realizando a cobertura jornalística da Campanha de Canudos de 1897 na Bahia, que resultou na obra ao mesmo tempo histórica, literária e antropológica intitulada *Os Sertões* (1ª edição lançada em 1902), Euclides da Cunha aponta a complexidade de se estabelecer uma definição das populações do interior:

Os elementos iniciais não se resumem, não se unificam; desdobram-se pelos derivados, sem redução alguma, numa mestiçagem embaralhada onde se destacam como produto mais característico o *mulato*, o *mamaluco* ou *curiboca*, e o *cafuz*. * As sedes iniciais das indagações deslocam-se apenas mais perturbadas, graças a reações que não exprimem uma redução, mas um desdobramento. O estudo destas subcategorias substitui o das raças elementares, agravando-o e dificultando-o, desde que se considere que aquelas comportam, por sua vez, inúmeras modalidades consoantes as dosagens variáveis do sangue.³⁹

Paralelo às confluências culturais e étnicas, a relevância de Meliá ao fazer referência ao *potyró* está prioritariamente na percepção do trabalho como um momento de diversão em comunidade. Essa característica se aproxima com o *puxirão* dos caboclos do *sertão* do Paraná.

O geógrafo Marcos Leandro Mondardo, em *Territórios Migrantes*, trabalha o conceito de *sertão* como uma construção promovida pelas elites governamentais e por intelectuais para imprimirem os discursos de progresso. Primeiro, os locais denominados *sertão inóspito* são

³⁸ HALL, S. *Identidades culturais na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

³⁹ Na edição consultada a citação é acrescida de uma nota do autor, considerada relevante para o momento, afim de compreender o significado das palavras: * Respectivamente, produtos do negro e do branco; do branco e do tupi (cari-boc, que procede do branco; do tupi e do negro. Abrange-os, como termo genérico, embora de preferência aplicado ao segundo, a palavra mamaluco. Mamã-ruca, tirado da mistura: mamã – misturar e ruca – tirar. (N. do A.). CUNHA, E. da. *Os Sertões*. 4ª ed., São Paulo: Martin Claret, 2012. p.102.

criados como algo marginal, inacessível, onde nada existe. Esses “vazios demográficos” – e tudo o que estava nesse nada: indígenas, caboclos, natureza, etc. – devem assim passar por um *processo civilizador* para deixarem de ser *sertão*. Em outras palavras, deviam ser superados e esquecidos por serem incompatíveis com os ideais desenvolvimentistas promovidos pelo Estado. Nas críticas do autor:

Assim, quando afirmamos que o sertão é uma invenção enquanto representação do espaço no Sudoeste do Paraná, não estamos considerando nem falsa nem verdadeira sua condição. O que consideramos é a sua construção política através de enunciados, através de discursos, através de “falas” que foram sendo construídas, dotando significados e, portanto, qualidades “negativas” e ou “positivas” à região; a representação da região tem a *função* de construir a necessidade de ocupar, com outras pessoas, aquela parcela do espaço.⁴⁰

Nessa construção espacial Ricardo Abramovay, em *Transformações na Vida Camponesa: O Sudoeste Paranaense*, faz uma referência à Barbosa Lessa sobre fim da jornada de trabalho coletivo dos caboclos:

Ao pôr do sol, concluem com o *puxirão* e se dirigem ao paiol, onde os espera uma lauta ceia com bebidas alcoólicas e um caramanchão ornado de muitas moças para o fandango, acompanhado do canto em dueto de melodias melancólicas usadas pelos sertanejos... Findo este puxirão outro ervateiro fará o chamado geral, para que os companheiros venham auxiliá-lo no arroteamento do solo.⁴¹

Nessa citação Lessa caracteriza de *puxirão* a recompensa, com a noite de festa regada à comida, bebida, músicas e interação de gênero, denominada também de *fandango*, realizada na residência do beneficiado. O detalhe em chamar os participantes de ervateiros denota o cultivo da erva-mate como uma das atividades que empenhavam com a finalidade de perpetuar a sobrevivência.

Abramovay apresenta no seu trabalho outras práticas e termos semelhantes ao *puxirão* do Oeste do Paraná. Citando a referência *História do Paraná* de Rocha Pombo:

Havia, escreveu Rocha Pombo em 1929, e parece que subsiste em algumas zonas rurais, uma festa muito curiosa que se chamava muxirão ou pixirão. Tinha lugar quando um lavrador do bairro precisava de um serviço que era preciso atacar e concluir no mesmo dia. Bastava que fizesse correr na redondeza um aviso marcando o dia. Nesse dia juntava-se ali a população do bairro, e em poucas horas fazia-se a derrubada (roçado da área que vai ser

⁴⁰ MONDARDO, M. L. *Territórios migrantes: transterritorialização e identidades em Francisco Beltrão/PR*. Dourados, MS: Editora da UFGD, 2012. p.65-66.

⁴¹ LESSA, B. *História de Chimarrão*. 2ª ed. Livraria Sulina, Porto Alegre s/d. p.41 (grifos meus).

semeada, depois de preparado o terreno). A função acabava com grandes comidas e festas.⁴²

Nessa referência Rocha Pombo destaca o *pixirão* e o *muxirão*⁴³ que se assemelha e complementa com as demais expressões, inclusive a do *puxirão*. A curiosidade do autor está tanto na utilização dos termos, quanto na ação concentrada e no caráter da prestatividade entre os lavradores que residem em uma unidade rural, por ele chamada de *bairro*. O sociólogo e literato Antonio Candido de Mello e Souza, ao analisar uma comunidade de caipiras, no interior do Estado de São Paulo no final da década de 1940 e início da de 1950, denomina e caracteriza o *bairro* como uma unidade rural da comunidade de parceiros do grupo de caipiras:

(...) os grupos rurais de vizinhança, que na área paulista se chamou sempre *bairro*. Este é uma estrutura fundamental da sociabilidade caipira, consistindo no agrupamento de algumas ou muitas famílias, mais ou menos vinculadas pelo sentimento de localidade, pela convivência, pelas práticas de auxílio mútuo e pelas atividades lúdico-religiosas.⁴⁴

A comunicação que fluía entre os vizinhos e os esforços para concluírem as atividades da derrubada da roça no mesmo dia somadas à disposição para festejarem também compõe o quadro que despertou as atenções de Rocha Pombo. A seguir Abramovay observa que, no entendimento dos caboclos por ele entrevistados, haveria as distinções fonéticas de acordo com a origem cultural dos grupos:

O “**pixirão**” – expressão mais usada (“pixirão: mutirão, já é enfeitado com estrangeiro. E o caboclo da língua direita é pixirão e o mutirão já é de origem italiana”) pelos caboclos do Sudoeste Paranaense – é uma relação de troca que aparece como uma relação de ajuda mútua manifestação de

⁴² POMBO, R. *História do Paraná*. Melhoramentos, Cayeiras, São Paulo, Rio de Janeiro. 1929. p.104. (grifos do autor).

⁴³ Em outras bases também foi possível a localização da palavra *muxirão*, apresentada de duas formas: “Auxílio mútuo que prestam os lavradores entre si, muito comum no interior do Brasil. Quando um trabalhador rural precisa de um serviço grande que não pode fazer sozinho por exemplo, construir sua casa, fazer a colheita ou o plantio, convida todos os vizinhos para um **muxirão**. No dia marcado, todos chegam com seus instrumentos de trabalho, e o serviço é feito coletivamente. O trabalho é feito gratuitamente, mas o camponês beneficiado com o serviço deve garantir a comida e a bebida. (A palavra tem numerosos sinônimos e variantes regionais: mutirão, putirão, ademão, adjutório.)” Fonte: <http://www.dicionarioweb.com.br/muxir%C3%A3o.html> Consultado dia 7/01/2011. (grifos meus).

Na definição abaixo, a partir de um dicionário dedicado às definições de palavras e conceitos do universo cultural tradicionalista gaúcho (característico do sul do Brasil, principalmente no Estado do Rio Grande do Sul), o termo *muxirão* é caracterizado como:

“Auxílio mútuo que se dão aos vizinhos para as lides da roça, ou derrubadas de matos, colheita, raspagem da mandioca para o fabrico da farinha. O *muxirão* é uma reunião alegre, em que cada um leva os instrumentos que lhe pertencem para auxiliar o seu vizinho, que retribui tal auxílio com festas, bailes, comidas fartas, etc. é um procedimento que está na índole do povo.” Fonte: <http://dicionario.babylon.com/muxir%C3%A3o/> Consultado dia 7/01/2011.

⁴⁴ CANDIDO, A. *Os parceiros do Rio Bonito*: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 5ª ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1979. p.62.

solidariedade de unidade e de comunhão do grupo, que repousa sobre a troca simples de trabalho, sobre o princípio da reciprocidade. Ele é um atributo dos “pobres”, dos “iguais”.⁴⁵

Quando o autor afirma que *pixirão* era a expressão mais utilizada no Sudoeste do Paraná, fica subentendido que havia variações na sonoridade do termo que expressava os trabalhos com festas. Marcando as diferenças com a palavra *mutirão* acentua as distâncias étnicas e culturais entre caboclos e italianos. Entendemos que a citação acima foi fomentada pelo pesquisador ao instigar seus informantes a fazerem distinções em elementos do processo de construção da identidade cabocla. Etimologicamente e simbolicamente ambas as palavras (*mutirão* e *pixirão*) são sinônimas. Mesmo assim, a existência de *enfeites com o estrangeiro*, não exclui os contatos de ambos os lados, até por que o *caboclo* forma-se nesse entroncamento do indígena com as etnias provenientes da Europa.

A preocupação do autor convém para elucidar, através das palavras empregadas na definição da prática, a forma pela qual os caboclos “pobres” definiam suas ações em comum. Quando o autor destaca as diferenças em alguns termos usados por caboclos e *eurobrasileiros* sua intenção é também discorrer sobre as concepções sócio-econômicas contrastantes desses dois grupos.⁴⁶

O autor contrapõe os modos de vida dos caboclos do Sudoeste do Paraná com o modo de vida do migrante camponês que almejava angariar capital com o propósito de perpetuar a sobrevivência individual e da sua prole. Para Abramovay: “O ‘pixirão’ era uma relação social própria dos caboclos. Os imigrantes descendentes de europeus na sua maior parte, não a adotaram”.⁴⁷ Assim, marca as diferenças para desenvolver a crítica ao sistema exploratório:

As formas coletivas de trabalho amplamente difundidas nesta época e excluídas da prática da população migrante que veio a ocupar a região posteriormente, encontra aí sua raiz. Um “pixirão” é uma troca que acontece imediatamente, entre as pessoas, isto é, entre seus trabalhadores. Esta troca

⁴⁵ ABRAMOVAY, R. *Transformações na vida camponesa: o sudoeste paranaense*. 1981. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Universidade de São Paulo, Departamento de Ciências Sociais, São Paulo, 1981. p.29. (grifos meus).

⁴⁶ Quando se afirma que as produções dos autores (independente se historiadores ou não) refletem uma intencionalidade recorre-se à Lucien Febvre. Diante dos métodos aplicados pelos positivistas, que prezavam pela neutralidade na construção da História para que o conhecimento tivesse validade oficial e científica, Febvre exerce a crítica ao escrever: “Mas toda a história é escolha. É-o, até devido ao acaso que aqui destruiu e ali salvou os vestígios do passado. É-o devido ao homem: quando os documentos abundam, ele resume, simplifica, põe em destaque isto, apaga aquilo. É-o, sobretudo, porque o historiador cria os seus materiais, ou se se quiser, recria-os: o historiador que não vagueia ao acaso pelo passado, como um trapeiro à procura de achados, mas parte com uma intenção precisa, um problema a resolver, uma hipótese de trabalho a verificar.” FEBVRE, L. *Combates pela história*. 3ª ed., Lisboa: Editorial Presença, 1989. p.19.

⁴⁷ ABRAMOVAY, op. cit. p.29. (grifos meus).

não é mediatizada pelas coisas. Embora seja uma troca, regulada pelo tempo de trabalho, ela aparece como uma ajuda, como prestação comunitária.⁴⁸

A valorização do autor frente ao sistema de parceria cabocla e a crítica da ausência de uma relação solidária entre os imigrantes são aspectos que podem ser questionados e ponderados. Segundo o historiador Valdir Gregory em *Os eurobrasileiros e o espaço colonial*:

Há, por outro lado, o apego familiar, o desejo de permanecer próximo do reduto da parentela e após a constituição de novas famílias. Isso ajudou para que grupos familiares adquirissem terras nas novas áreas de colonização para se deslocarem em bloco em direção das novas terras. O grupo familiar podia ser substituído e ampliado pelos laços de vizinhança e da comunidade. (...) Aqueles que migravam procuravam convencer os seus familiares e próximos a se juntarem a eles na marcha para as novas terras, onde solidariedade e ajuda mútua eram importantes. Ou seja, a vontade de manter a proximidade com os seus se constituía em causa facilitadora das migrações e da *enxamagem*. (...) Era a tentativa de manutenção e da busca da construção e reconstrução da identidade no espaço novo.⁴⁹

Gregory traz a reflexão para as mobilizações dos europeus, que migraram para o Brasil, constituindo e preservando as relações familiares nos deslocamentos dos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina para o Oeste do Paraná. Mesmo quando não fosse possível a família na sua totalidade acompanhar os fluxos migratórios, ainda assim, os *eurobrasileiros* almejavam, no novo espaço, se efetivarem próximo às propriedades de terra das famílias de antigos vizinhos ou que compartilhassem de identidade comum – país de origem, língua, costumes, culturas, etc.

O geógrafo Luiz Carlos Flávio analisa as propagandas migratórias dirigidas à população do Sul do Brasil estimulada ao povoamento do Sudoeste do Estado do Paraná, nas primeiras décadas do século XX:

(...) a estratégia do Estado de divulgação (mesmo “de boca em boca”) sobre a facilidade em conseguir terras de qualidade no Sudoeste paranaense foi elemento fundamental para motivar o deslocamento de camponeses

⁴⁸ Idem. p.30. (grifos do autor)

⁴⁹ GREGORY, V. *Os eurobrasileiros e o espaço colonial: migrações no Oeste do Paraná (1940-1970)* Cascavel: EDUNIOESTE, 2002. p.61-62. (grifos meus). Para a antropóloga Neusa Maria Sens Bloemer, citando a pesquisa de Jean Roche: “De acordo com o mesmo autor, paralelamente à imigração de colonos vindos diretamente da Europa, iniciou-se um processo de emigração, denominada por ele de “enxamagem” e que decorreu tanto do excessivo fracionamento dos lotes coloniais quanto do desgaste de terras.” BLOEMER, N. M. S. *Brava gente brasileira: migrantes italianos e caboclos nos campos de Lages*. Florianópolis: Cidade Futura, 2000. p.61. *Enxamagem* vem a ser então os deslocamentos internos das populações de migrantes para lugares distintos dos locais estabelecidos à priori.

(amiúdes pobres e sem recursos) do Rio Grande do Sul e Santa Catarina para as “terras florestais” e devolutas do sudoeste paranaense (...).⁵⁰

A busca por vínculos está associada com a efetivação do grupo estrangeiro na colônia, onde um poderia auxiliar o outro em caso de necessidade, tanto para promover a migração dos que ficaram, quanto para ajudar na aquisição e manutenção da terra, no plantio, na colheita e em outras situações que os colonos poderiam contar com seus vizinhos – moradia, saúde, alimentação, educação, por exemplo.

Dessa forma as ponderações de Abramovay, quanto a uma suposta “falência” do sistema caboclo ao ceder lugar à colonização de migrantes, devem ser dirigidas às empresas colonizadoras que, juntamente com o Estado, mercantilizaram a terra na região. Os anseios políticos promoveram a transição do sistema de posse para o de propriedade. Com isso, acabaram por deslocar, para outros estados e países, as populações existentes na região (indígenas, caboclos, paraguaios e argentinos) que não se enquadravam às normas de conduta dos processos produtivos. Esses “deslocados” foram substituídos pelos *eurobrasileiros* que se sujeitavam, a contento do Estado, ao contrário dos antigos habitantes locais, às pretensões da reprodução do capitalismo na expectativa de melhorar sua condição social e qualidade de vida.

Nesse sentido, as modalidades de auxílio mútuo entre grupos de imigrantes *eurobrasileiros* são distintas das dinâmicas de reciprocidade dos caboclos. As trocas entre os praticantes do *puxirão* ocorriam numa esfera de interesses que não estava mediada estritamente pelo capital – aqui entendido como trabalho para a obtenção de lucro, lucro a ser invertido em meios de produção visando a acumulação. As relações entre as famílias de posseiros eram sustentadas prezando pela sobrevivência numa unidade de grupo. Caso contrário, os caboclos dificilmente continuariam mantendo o sistema de posses, pois, tornar-se-ia inviável realizar a manutenção dos roçados apenas com a mão de obra dos integrantes da família. Abramovay segue frisando que:

A troca de trabalho é uma celebração. Ela se faz sempre em nome de algo que transcende cada homem individualmente, seja Deus, seja a própria comunidade envolvida no “puxirão”. É difícil imaginar a troca de mercadoria celebrada, comunitariamente: em primeiro lugar, ela é um ato individual onde dois proprietários se confrontam. Além disso, são as coisas que se trocam o caráter de igualdade dos trabalhos humanos não adquirem a forma

⁵⁰ FLÁVIO, L. C. *Memória(s) e território*: elementos para o entendimento da constituição de Francisco Beltrão-PR. Tese (Doutorado em Geografia), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista: Presidente Prudente, 2011. p.152.

de ajuda mútua, mas dissolve-se sobre a forma fetichizada do preço dos produtos.⁵¹

O que Abramovay afirma é a existência de sociedades de caboclos, que embora precárias e diminuídas pelos estigmas e preconceitos, sobreviveram, até meados do século XX, no Sudoeste do Paraná, percorrendo perifericamente às relações de mercado. Essas sociedades se organizavam em grupos, por vontade própria ou pelas pressões do sistema, para continuarem perpetuando seus modos de vida. Utilizando-se, principalmente, da solidariedade preservavam seus princípios familiares, suas relações de amizade e seus valores morais e religiosos, etc.

Os que não pertenciam às organizações caboclas acabavam por sujeitar-se às competições engendradas pelo progresso, na luta pela sobrevivência. O objetivo seria a venda, compra, troca, especulação (de produtos em espécie e da mão de obra), almejando o lucro – ao invés da reciprocidade.

Retomando aos conceitos, o termo *puxirão* aparece também no trabalho monográfico em História de Ana Claudia Pereira, intitulado *Do “puxirão” aos palcos: o fandango de Morretes (1975-1990)*. Nessa pesquisa a autora investiga, nas memórias e nas identidades, as práticas culturais de um grupo de dança típica do *fandango* entre a população *caiçara* do litoral do Paraná. Embora no mesmo Estado, o recorte espacial distancia-se da região Oeste, porém não se exclui a relevância e proximidade entre o conceito e as práticas. Pautada numa discussão sobre o patrimônio cultural Pereira caracteriza o *puxirão* na origem do fandango:

Durante o século XIX, o fandango era praticado em diversas ocasiões, como no entrudo (antecedente do carnaval), casamento, batizados e *puxirões*, criado pela comunidade rural, nos quais os lavradores organizavam um verdadeiro mutirão durante o período de plantio e colheita das lavouras para que o trabalho fosse realizado mais rapidamente, com o auxílio de todos. Ao final da atividade, o dono da lavoura oferecia um baile aos trabalhadores que dançavam e bebiam a noite inteira, o que transformou o baile em um festejo de confraternização entre os moradores rurais e de baixa classe social das cidades paranaenses, pessoas estas que possuíam uma mesma identidade social, encontrando nos bailes o seu espaço de sociabilidade.⁵²

Aqui se nota uma divisão entre o *puxirão* e o fandango. Para Pereira, *puxirão* seria o conjunto da obra mesclando trabalho voluntário e festa enquanto que para o fandango era reservado somente o baile, independente do trabalho, empregado em diversas formas de comemoração. O *puxirão* destaca-se, na abordagem da autora, pelo caráter voluntário dos

⁵¹ ABRAMOVAY, op. cit. p.31.

⁵² PEREIRA, A. C. *Do “puxirão” aos palcos: o fandango de Morretes (1975-1990)*. Trabalho de Conclusão de Curso de História (monografia de graduação) Universidade Tuiuti do Paraná, 2010. p.14. (grifos meus).

participantes nas atividades da roça como uma relação social frequente entre a população rural e periférica das urbes com as identidades marcadas pela pobreza.

Na análise das suas fontes Pereira expõe o fragmento de uma entrevista com o fandanguero Leonardo Gonçalves, realizada para os redatores do trabalho cultural *Museu vivo do Fandango*. Nesse, o trabalho e festa aparece sob outra nomenclatura:

Naquele tempo, tudo aquele pessoal mais antigo era fandanguero. (...). Pois o fandango começou com os *puxirim* antigamente. Ninguém fazia fandango sem fazer um serviço de roçado ou de cavação, ou derrubada, ou de carpida. Ninguém fazia. Mas se fizesse isso aí, já saía o fandango.⁵³

Embora a colocação da palavra seja expressa como *puxirim* esta define os usos culturais semelhantes, por nomeações próximas ou distintas, anexando mais uma palavra na tentativa de exemplificar tais costumes caboclos.

Apesar das múltiplas palavras, que foram surgindo com as variações fonéticas, apresentarem as suas particularidades para definir trabalho/festa, tanto na bibliografia e/ou nos relatos de memória que mencionam a prática no Oeste do Paraná (na área rural dos municípios de Catanduvas, Guaraniaçu e Diamante do Sul), o termo *puxirão* foi sendo sustentado com maior frequência entre as pessoas entrevistadas na região.

Porém, o termo *puxirão* não representa um vício de linguagem ou uma forma incorreta de dizer *mutirão*, e sim uma prática presente na oralidade popular constantemente mencionada nas memórias de moradores da região Oeste do Paraná. Atribuímos aos modos de falar *puxirão* como uma colocação verbal que reflete o caráter de *cultura popular*, abordado em Ginzburg. A definição conceitual do autor, sobre a fala e a prática, é oportuna na medida em que a palavra e as descrições da ação pelos moradores locais, *conhecimento de senso comum*, surgiram durante o trabalho de campo. Os estranhamentos gerados no *conhecimento científico* estimularam inicialmente interrogações sobre o que seria “correto” ou “incorreto” na forma de falar e em seguida a de descrever a simultaneidade trabalho/festa.

Citando a tese de Luiz Carlos Flávio sobre as identidades dos caboclos no município de Francisco Beltrão, Sudoeste do Estado do Paraná, o mesmo agrupa as variáveis de mutirão no mesmo argumento:

Outro aspecto relevante que integrava as atividades produtivas dos caboclos eram os mutirões, também chamados *puxirões* ou *pixirões*, que traduziam a ajuda mútua e o trabalho coletivo, base da economia cabocla. (...) É interessante perceber que, além de ser uma importante atividade produtiva, os mutirões eram pontos de reunião e festa. Neles os vizinhos, que em geral moravam longe (a cinco quilômetros ou mais)

⁵³ PIMENTEL, A.; GRAMANI, D.; CORRÊA, J. (orgs.). *Museu vivo do Fandango*. Rio de Janeiro: Associação Cultural Caburé, 2006, p.40. (grifos meus).

uns dos outros, encontravam-se para se ajudar na realização de tarefas nos roçados e, ao mesmo tempo, para conversar, “contar causos”, rezar, brincar, dançar, namorar.⁵⁴

Conhecer e discutir sobre as designações dessemelhantes convém para projetar no *puxirão* o seu aspecto dinâmico de representar os relacionamentos entre os sujeitos históricos absolvendo o termo dos julgamentos gramaticais, transformando a singularidade da palavra *mutirão* na pluralidade das ações das pessoas e grupos que criam, elaboram e adaptam. O que queremos dizer é que todas as variantes se alicerçam sobre uma raiz (étimo) linguística tupi-guarani, transformadas as suas formas de falar e agir no decorrer da processualidade histórica.

Na sequência, adentraremos no universo das minúcias do trabalho do *puxirão* dos antigos posseiros da região da pesquisa, captadas nos meandros do ato de contar sobre o passado vivido.

⁵⁴ FLÁVIO, L. C. Op. cit. p.157.

2 RELAÇÕES SOCIOCULTURAIS NOS TRABALHOS COLETIVOS: O *PUXIRÃO* DOS CABOCLOS NA REGIÃO OESTE DO PARANÁ

O presente capítulo aborda as combinações, os trabalhos, a culinária e as relações de gênero, presentes nos puxirões, percebidas nos relatos de memória dos antigos posseiros dos municípios do interior da fração Oeste do Estado do Paraná. Tem como objetivo apresentar e discutir as práticas de trabalho no *puxirão*, no período das décadas de 1930 até meados de 1970, evocadas pelos antigos posseiros entrevistados na região que correspondem atualmente aos municípios de Diamante do Sul, Guaraniaçu e Catanduvas.

A entrada de populações no sertão do Paraná, para a abertura de posses nas primeiras décadas do século XX, mobilizava um contingente de pessoas que desenvolviam o trabalho de exploração do espaço com os recursos tecnológicos disponíveis no momento. O reconhecimento da região dava-se visualizando os acessos aos centros urbanos, relevo, proximidade de rios, geologia, a existência de outros grupos – parceiros ou inimigos em potencial –, tipo de mata a ser derrubada, fauna, etc. Em seguida, empreendiam estratégias para “se colocar” na terra.

A fim de atingir tal objetivo precisavam fazer o desmatamento para que, na sequência, fosse possível a extração da madeira e/ou a queimada no sistema de *coivara*⁵⁵ com a finalidade de efetivar uma produção agrícola de subsistência e a criação de uma suinocultura denominada de *safrá de porco*.

Essa ocupação da região Oeste do Estado, mais especificamente dos municípios de Diamante do Sul, Guaraniaçu e Catanduvas, apresentou particularidades evidenciadas nas memórias de moradores que relatam sobre esse passado. Juntamente com as migrações de caboclos do Estado de Santa Catarina e Rio Grande do Sul para o Paraná, a população rural realizou também a transposição das práticas cotidianas dos locais de origem. No destino, os

⁵⁵ Coivara: Reunião de galhos e ramos que não foram queimados numa roça e que se juntam para incinerá-los. ROCHA, R. *Minidicionário*. São Paulo: Scipione, 1996. p.147.

habitantes rurais se organizavam na coletividade dos trabalhos agrícolas perpetuando e desenvolvendo as ações culturais.

Tanto a historiografia específica quanto os relatos dos entrevistados enfatizam que a exploração do território por meio da abertura de posses de terra; ou seja, a derrubada do mato, realizada com ferramentas de uso braçal (foices, enxadas e facão); dependia de um número considerável de pessoas empenhadas nessa atividade. Caso contrário tornar-se-ia inviável pelo desgaste físico e o pouco rendimento. A fim de atingir tal propósito os posseiros recorriam, ou eram incentivados por amigos e conhecidos, ao auxílio da vizinhança que encontrava as mesmas limitações.

Partilhando de práticas comuns, para além do trabalho, somaram a essa relação de coletividade expressões relativas ao lazer. Como forma de retribuição do serviço prestado pelos vizinhos, as ações manifestavam-se por meio de uma comemoração ao final do dia, com comidas, bebidas, músicas e danças.

Tanto neste capítulo quanto no seguinte serão desenvolvidos, de forma analítica-descritiva, como se processava a realização coletiva dos caboclos em parceria e as minuciosidades dos trabalhos e festas dos *puxirões* no Oeste do Paraná.

A presente etapa está concentrada na análise dos relatos sobre os detalhes do trabalho, desde a mobilização dos vizinhos para realizar a abertura de uma posse até a conclusão do desmatamento da área rural pretendida na ocupação. Nos interstícios desse trajeto está presente a distribuição do serviço; a que se pretende o *puxirão*; o que era convencional e exceção nas práticas; os ciclos anuais para a execução da roça, plantio e colheita; os contingentes de trabalhadores e a divisão sexual do trabalho nos dias específicos das ações conjuntas; as distinções sociais refletidas na culinária; e a organização das produções características do contexto – cultivo do milho e a criação de suínos soltos chamada de *saфра de porco*.

Dividindo o *puxirão* em dois momentos, o capítulo versa sobre a primeira parte, o trabalho, preparando o caminho para a elucidação da segunda etapa, o lazer da coletividade de antigos posseiros caboclos. Essa separação das operações de roça e os momentos de comemoração são realizados apenas com o intuito de expor de forma melhor organizada a análise dos conteúdos mencionados nos relatos de memória. Porém, considera-se relevante que a prática, tanto o trabalho quanto a festa, correspondem ambas para a problematização de um mesmo conceito, o *puxirão*. Esses fatores em conjunto formaram o universo cultural dos

caboclos e antigos posseiros, perpetuando as *ações dos homens e mulheres no tempo*, promovidas no presente pelo recurso da oralidade.⁵⁶

2.1 Mobilizações para a abertura de posses

Visto até o momento o *puxirão* era uma forma de ação coletiva de trabalhadores rurais, praticada em meados do século XX no interior dos estados do Sul do Brasil, para auxiliar um vizinho que estivesse precisando abrir uma posse. Além dos desgastes em empreender a derrubada da vegetação somente com a mão de obra dos integrantes de sua família, o posseiro encomendava o *puxirão* também por tratar-se de uma *prática tradicional* e um sistema de reciprocidade movido pela satisfação do trabalho/festa coletivo.⁵⁷

Para que o *puxirão* fosse possível, essa forma de ação exigia o empenho dos posseiros na organização dos trabalhadores e distribuição das faixas de terras para as atividades. Na entrevista com Izoaldo Paulino da Silva, nascido no dia 27 de fevereiro de 1942, em Pato Branco/PR, há um relato sobre como as mobilizações eram feitas:

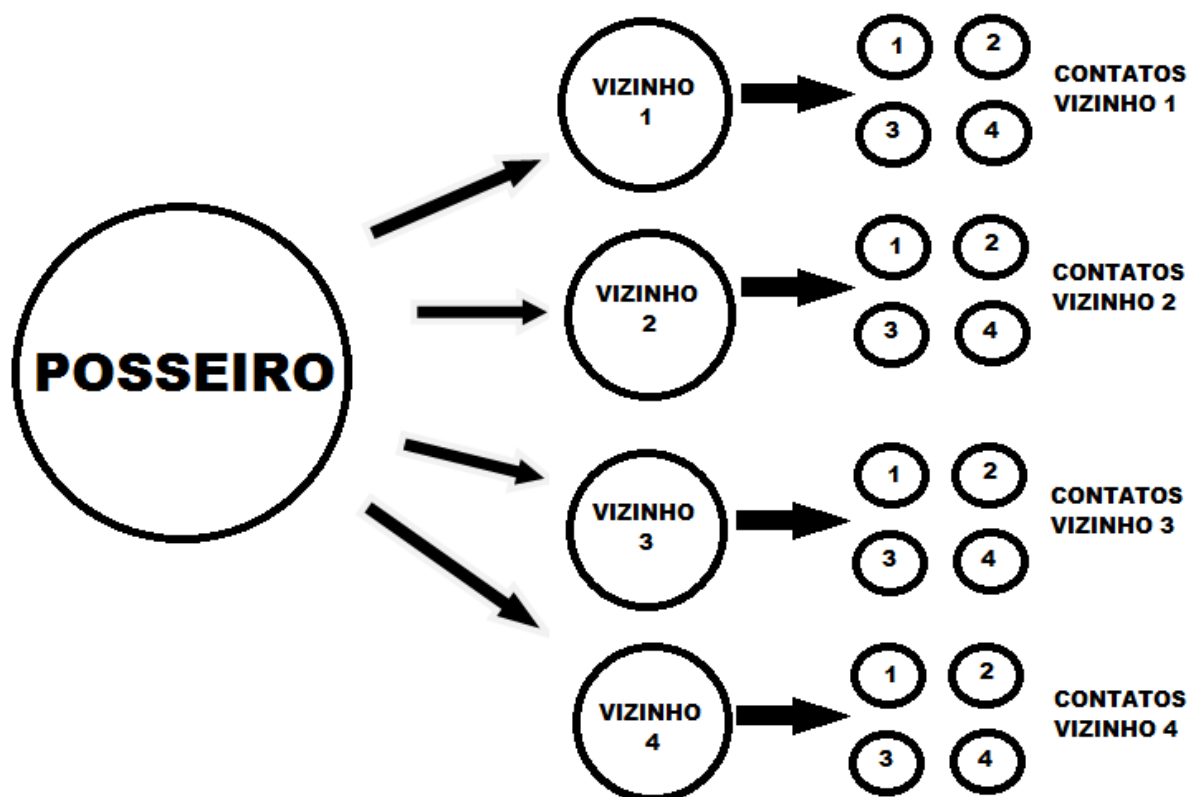
(...) Com antecedência, convidava lá com quinze dias, trinta dias e daí reuniam. Um pegava um alqueire de roça, que o costume era aqui, um pegava um alqueire, outro pegava dois, e daí aquele, vamos supor, reunia. Você pegava um alqueire, você convidava os teus companheiros, ia roçar. Tinha que fazer aquele alqueire, tinha que fazer. (...)⁵⁸

Izoaldo destaca a antecedência, de quinze dias a um mês, com que era agendado o dia de trabalho. Essa distância temporal entre o convite e a execução denota o estabelecimento da rede de informações que corriam entre um vizinho e outro. Primeiramente o posseiro, que encomendou o *puxirão*, convidava as pessoas mais próximas (os vizinhos) e distribuía a responsabilidade da empreita na quantidade de terras (em alqueires) para cada um deles. Em seguida, os vizinhos formavam os grupos de trabalho convidando outros parceiros para ajudar o favorecido e assim sucessivamente, como ilustra o esquema da figura na página seguinte.

⁵⁶ A definição é emprestada de Bloch quando teoriza a construção da história e o ofício do historiador tomando como ponto de partida uma questão ao mesmo tempo introdutória e complexa de ser respondida “Pai, diga-me lá para que serve a história?” BLOCH, M. Op. cit. p.75.

⁵⁷ Quando falamos em *prática* entendemos o conceito segundo Chartier. O *puxirão*, como uma ação tradicional, consistia num evento que se transformava e era transformado pelos seus integrantes a medida que era realizado, como veremos no decorrer deste capítulo e do seguinte. Assim, essa *prática* não era estática ou prescrita sob um regimento. A tradição era construída no estabelecimento de vínculos entre os posseiros que habitavam a região.

Figura 2 – Representação da organização social da mão de obra para os trabalhos de abertura de posses no sistema de *puxirão*.



Fonte: elaborado pelo autor.

Nesse anúncio boca a boca se formavam as teias sociais do contingente de caboclos. Dessa forma, ocorria de algumas pessoas se conhecerem somente no dia do trabalho. Esse recurso ampliava progressivamente o número de trabalhadores e o mapeamento da vizinhança permitindo com que a família do posseiro, os vizinhos e os contatos passassem a se integrar mutuamente pelos vínculos de receber e conceder apoio nos momentos que necessitassem uns dos outros.

Um aspecto significativo da organização da frente de trabalho está na dedicação do parceiro do vizinho em disponibilizar a mão de obra sem necessariamente ter o posseiro como um conhecido, sem remuneração financeira, apenas em troca da diversão comunitária. Partindo-se do pressuposto que qualquer um dos participantes pode assumir a posição do posseiro que encomenda o *puxirão*, subentende-se que existam outras relações de interesse e reciprocidade para além da festa ou agregadas ao lazer.

⁵⁸ Entrevista de Izoaldo Paulino da Silva concedida no município de Diamante do Sul/PR, em 5 de outubro de 2010. Fonte: CEPEDAL.

O trabalho do *puxirão* consistia basicamente na exploração da natureza com a derrubada da mata, abertura de clareiras esparsas e distantes umas das outras faixas de terra não regulamentadas pela efetivação legítima e oficial (documentada) como propriedade. De acordo com Gentil Moraes da Cruz, nascido em 22 de novembro de 1926, Natural de Curitiba/PR, o *puxirão* era aplicado nas atividades de desmatamento: “(...) pra ajudar e fazer a roça! (...)”⁵⁹

As atividades de roça foram mencionadas na entrevista com Ricarte Guerreiro de Paula, nascido no dia 11 de janeiro de 1938 em Sapopema/PR. Este relata que as mesmas consistiam em derrubar a chamada: “Capoeira! Mato! Capoeira é só roçar! Mato já era depois! (...) É! Deixar roçado, depois o dono ia derrubar com o machado.”⁶⁰

O trecho faz uma distinção da vegetação que priorizavam no *puxirão* e a que ficaria para outro momento. Ou seja, a princípio, a atividade com o desmatamento pelos posseiros concentrava-se em extrair a vegetação mais rasteira e despossuída de troncos, a *capoeira*.⁶¹ As árvores intermediárias, de pequeno e médio porte, denominado *mato*, ocasionalmente também entravam na ordem do *puxirão*.⁶² Para Gentil, esse trabalho variava: “Pra roçar e derrubar, conforme o mato. Às vezes tinha a capoeira, tinha que roçar a capoeira. Se não, derrubava o mato, depois roçava o mato.”⁶³

Esse roçado era relativo, de acordo com as condições físicas dos lugares – ora mais favoráveis para adentrar e efetivar moradia e trabalho, ora de difícil acesso por conter relevos acidentados e vegetação densa e abundante. Segundo o Plano Diretor Participativo do município de Diamante do Sul, localidade onde os *puxirões* foram lembrados com maior frequência entre as fontes orais:

Os aspectos fitogeográficos da mesorregião apresentam três biomas distintos, a Floresta Ombrófila Mista (FOM), a Floresta Estacional Semidecidual (FES) e os Campos Naturais (CAM) em porção reduzida. (...) A Floresta Ombrófila Mista conhecida como mata de araucária, pois o Pinheiro do Paraná (*Araucaria angustifolia*) constitui o andar superior da floresta, com bosque bastante denso.⁶⁴

⁵⁹ Entrevista de Gentil Moraes da Cruz, concedida no município de Guaraniaçu/PR, em 5 de outubro de 2010. Fonte: CEPEDAL.

⁶⁰ Entrevista de Ricarte Guerreiro de Paula, concedida no município de Diamante do Sul/PR, em 5 de outubro de 2010. Fonte: CEPEDAL.

⁶¹ Capoeira: 1 Mato cortado ou destruído. Fonte: ROCHA, Ruth. Op. cit. p.119.

⁶² Mato: 1 Vegetal silvestre. 2 Terreno inculto, coberto de mato. 3 O interior, o campo. Idem. ROCHA, Ruth. 1996. p. 398.

⁶³ Gentil Moraes da Cruz. Ver entrevista citada.

⁶⁴ PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE DO SUL. *Plano Diretor Participativo*. Francisco Beltrão: Lahsa Comercio de Equipamentos e Serviços Viários Ltda. s/d. p.145.

Para o mato roçado, que (diferente das folhas) não se desintegrava facilmente nos processos de decomposição por conter galhos e troncos, destinavam, em outro momento, a queimada. Segundo Erotides Rodrigues das Neves, nascido em 15 de julho de 1927, natural de Curitiba/SC: “(...) Aí quando foi queimado aquela roça, aquele tempo era onze alqueire de roça.”⁶⁵

Esse sistema de queima é realizado de forma semelhante à coivara, praticada entre os indígenas guaranis e transmitida aos estrangeiros ao longo das correspondências culturais de uma civilização para outra. Segundo a historiadora Noeli Woloszyn, num artigo sobre o trabalho de caboclos na exploração madeireira no Oeste de Santa Catarina nas primeiras décadas do século XX: “Essa técnica agrícola de derrubada e queimada, denominada, também de ‘coivara’, era praticada tradicionalmente pelas populações horticultoras tupi-guaranis, de quem os caboclos tomaram de empréstimo.”⁶⁶ Sérgio Buarque de Holanda, na obra *Raízes do Brasil*, teorizando sobre a cultura dos portugueses na colonização da América destaca a adaptação dos lusos às práticas nativas da utilização do fogo no trato com a terra:

Mostra-se nesse trabalho como o recurso às queimadas deve parecer aos colonos estabelecidos em mata virgem, de uma tão patente necessidade que não lhes ocorre, sequer, a lembrança de outros métodos de desbravamento. Parece-lhes que a produtividade do solo desbravado e destocado sem auxílio do fogo não é tão grande que compense o trabalho gasto em seu arroteio (...).⁶⁷

As práticas agrícolas indígenas incorporadas aos interesses dos europeus podem ser interpretadas aqui à luz da teoria de Ginzburg. Quando trata da *circularidade cultural* o autor formula que as influências culturais podem fluir entre grupos antagônicos. Ou seja, assim como as tecnologias do Velho Mundo foram significativas para as civilizações da América, os indígenas também contribuíram com saberes particulares para as adaptações dos europeus às condições adversas encontradas no Novo Mundo.

Os troncos maiores e madeiras de lei seguiam na extração para serem utilizadas na construção de casas, paiol, etc.: “(...) então nós fizemos um paiol no meio da roça lá (...)”⁶⁸

Também havia a comercialização dos troncos para as empresas madeireiras. Rosimar Baú, no seu trabalho sobre a construção da Indústria Brasileira de Madeiras S/A, instalada na década de 1960 na região de Guaraniaçu, que hoje vem a ser o município de Ibema,

⁶⁵ Entrevista de Baldina do Amaral das Neves e Erotides Rodrigues das Neves, concedida no distrito Pinhalito, Diamante do Sul/PR, em 8 de junho de 2010. Fonte: CEPEDAL.

⁶⁶ WOLOSZYN, N. Em busca da Terra: colonização e exploração de madeiras no Oeste Catarinense. *Linhas*, Florianópolis, v. 8, n. 1, jan./jun. 2007. p.3.

⁶⁷ HOLANDA, S. B. de. *Raízes do Brasil*. 26ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994. p.37-38.

⁶⁸ Erotides Rodrigues das Neves. Ver entrevista citada.

estabelece a relação que a extração da matéria prima teve e em que termos influenciou diretamente o processo de colonização: “Atraídas pelo ciclo da madeira, nas décadas de 1930 e 1940, inúmeras famílias de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul (em especial colonos descendentes de poloneses, alemães e italianos) passaram a se dedicar ao corte da madeira (...)”⁶⁹

A instalação oficial da madeireira Ibema no ano de 1961 foi motivada pelas características de vegetação da região, um dos atrativos da migração de gaúchos e catarinenses que se dedicavam à exploração da mata nativa. Desde a década de 1930 que os migrantes e/ou seus empregados (na maioria constituída de caboclos) já atuavam realizando algumas intervenções na exploração madeireira. Inicialmente os troncos eram encaminhados pelos fluxos dos rios próximos e destinados às indústrias existentes no Extremo Oeste do Estado. Segundo Gregory, investigando a Indústria Madeireira Colonizadora do Rio Paraná S/A – MARIPÁ:

Além das madeiras extraídas da terra da própria empresa, comercializava madeiras de outras terras, sendo que a MARIPÁ construiu um porto de embarque de madeiras em Foz do Iguaçu, para escoar madeira adquirida em Corbélia, *Guaraniaçu*, Cantagalo, Laranjeiras do Sul e Guarapuava.⁷⁰

A fotografia, na página seguinte, apresenta alguns posseiros do distrito Pinhalito, pertencente ao atual município de Diamante do Sul, desmembrando os troncos das árvores de suas posses em tábuas que seriam utilizadas para diversos fins, entre eles a construção de casas e outros melhoramentos na estrutura da posse.

A imagem nos dá uma dimensão da vegetação presente na área de posse, nesse caso estavam os homens trabalhando em um local de predomínio do mato. A presença das crianças (meninos) no plano fotográfico poderia remeter, numa análise superficial, a transmissão do trabalho de pai para filhos, de homens para meninos. Porém, derrubar árvore consistia numa tarefa que carrega consigo seus riscos para todos os presentes, principalmente para as crianças. O que se quer fazer esclarecer é que o ato de se registrar um momento (tirar uma foto) está permeado por escolhas do que o fotógrafo e os fotografados querem representar, não correspondendo de fato ao real e cotidiano, mesmo quando da ilustração de atividades corriqueiras. Erotides, fazendo comentários sobre as suas fotografias diz que:

⁶⁹ BAÚ, R. *O processo de ocupação e colonização da região Oeste do Paraná: uma análise histórica da participação da indústria de madeiras Ibema (1960-1989)*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade de Passo Fundo, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas: Porto Alegre, 2006. p.23.

⁷⁰ GREGORY, V. Op.cit. p.135. (grifos meus).

Essa aqui é daqui do local, do Pinhalito! Estávamos serrando uma madeira. Com essa serra, não sei se o senhor está vendo aqui... Aqui estávamos fazendo umas vigas, umas linhas. E daí não tinha fotografia, não tinha fotografia nenhuma, um cunhado meu passou e: “Que, vamos tirar uma foto?” Aí vou eu a dizer: “Vamos tirar com o que?” “Não! Tem uma pessoa que está ali na bodega!” Veio e tirou!⁷¹

Figura 3 – Posseiros serrando tábuas dos troncos das árvores de suas posses.



Fotografia do acervo pessoal do casal Erotides Rodrigues das Neves e Baldina do Amaral das Neves, moradores do distrito Pinhalito, Diamante do Sul/PR. 08 de jun. de 2010. Fonte: CEPEDAL.

Apesar do momento imprevisível, com a ocasião da ação de uma pessoa que possuísse uma máquina fotográfica na época, tirar uma foto consistia num acontecimento que merecia ser tratado de forma distinta. Nela imprimem-se as escolhas de como as pessoas querem se apresentar para a posteridade, no congelamento do instante. Sendo assim, fazem a pose, se sentados ou em pé sobre o trabalho; escolhem o local, uma mata fechada com a transformação da natureza para atingirem seus objetivos; chamam os filhos, até mesmo os recém-nascidos para demonstrar a eles os valores que cultivavam; realçam outros elementos presentes quando lhes convém, como é o caso da garrafa de bebida e as ferramentas de trabalho – serra e

⁷¹ Relato de fotografias do casal: Erotides Rodrigues das Neves e Baldina do Amaral das Neves, concedida no distrito Pinhalito, Diamante do Sul/PR, em 8 de junho de 2010. Fonte: CEPEDAL.

machado. Conciliando narrativas do presente com as imagens registradas, o sociólogo e crítico cultural Siegfried Krakauer observa que:

Os traços dos quais se recorda estão em relação como o que se reconhece como verdade, suscetível de se manifestar neles ou de ser deles excluídos. A imagem, que contém estes traços, é distinta de todas as outras imagens da memória; com efeito, esta não conserva como as outras uma abundância de recordações opacas, mas os conteúdos que concernem ao que é reconhecido como verdade. A esta imagem, que podemos com pertinência chamar de última, devem se reduzir todas as imagens da memória, pois é só nela que perdura o inesquecível.⁷²

O autor contrabalança os elementos como discursos da memória, onde um complementa com o outro na seleção de acontecimentos para a construção da história. Essa construção consiste numa busca constante pela verdade, mesmo que um caminho utópico, na seleção dos fragmentos utilizados para legitimar o que se pretende contar.

A fotografia desempenha a função de ativar as lembranças. Ou seja, a imagem não fala por sua conta, são os sujeitos históricos que narram através dessa ferramenta de estímulo que, apesar de não dar conta do todo além do quadro, ilustra aquele instante – suficiente na tentativa de minimizar os devaneios e exageros da memória causados pela distância temporal.

Como notamos na foto, dentro do *puxirão* serras e machados serviam para extrair o mato e as árvores maiores. As foices eram utilizadas para derrubar a capoeira. Segundo Ricarte: “(...) Foice muito boa, *macapê*. (...)”⁷³ As enxadas tinham a função de auxiliar nos serviços de capina da roça. Erotides menciona outros materiais que eram aplicados também para o plantio:

(...) Aquele tempo plantar era *cavadeira*. Não sei se entende o que era cavadeira!? Não era a manual, aquela maquininha não senhor, ninguém pensava em maquininha naquele tempo! A cavadeira ela, mandava fazer no ferreiro, se não uma foice quebrada naquele pedaço, encabava do mesmo jeito. Eles faziam uma cova aqui, faziam uma sacola, amarravam na cintura, com milho e faziam uma cova com uma mão e com a outra jogava a semente, era assim. (...)⁷⁴

Ao citar sobre os instrumentos de trabalho improvisados, a *cavadeira* e a sacola de sementes, sem outros recursos tecnológicos como plantadeira manual, se por um lado o relato dá ênfase ao sistema bastante rústico de trabalhar a terra, por outro lado, atuavam com o que havia disponível no momento. Nesse caso, os juízos de valores aparecem quando há outras

⁷² KRAKAUER, S. *O Ordenamento das massas*. São Paulo, 2009. p.67-38.

⁷³ Ricarte Guerreiro de Paula. Ver entrevista citada. Quando Ricarte fala em foice *macapê* está se referindo uma marca da ferramenta, fundida com ferro, considerada entre as melhores no quesito qualidade e resistência. Alguns trabalhadores denominam também de foice *marca “P”*, da: Foices Pedro.

⁷⁴ Erotides Rodrigues das Neves. Ver entrevista citada.

tecnologias para serem comparadas. Não existindo parâmetros distintos, o convencional não sofre alterações nas críticas. Mas, quando surgem instrumentos diversos, valorizam as opiniões sobre as ferramentas tradicionais. No discurso dos entrevistados percebemos que colocam os objetos e as técnicas antigas como uma forma retrógrada diante das novas possibilidades, por um lado, acentuando as dificuldades e desgastes de tais métodos e, por outro, supervalorizando as suas ações.

Gumercindo Nogueira da Silva, nascido em 15 de maio de 1928, natural de Pinhão/PR, morador da área rural no município de Diamante do Sul/PR, complementa que dentre os instrumentos de trabalho aplicavam no *puxirão* mecanismos movidos por tração animal: “(...) Reunia tudo de enxada, de foice, de... *arado*, de boi, de cavalo, e fazia! (...)”⁷⁵ No período em questão tais recursos eram considerados dos mais avançados, já que o processo de mecanização agrícola passou a ser uma possibilidade na região a partir da segunda metade da década de 1950. Ainda assim, inicialmente, somente os grandes latifundiários ou colonos com poder de compra desses equipamentos tiveram acesso a essa tecnologia.

Convencionalmente o *puxirão* estava restrito às atividades de extrair a vegetação de uma posse. Quando perguntado sobre as atividades da colheita, Gentil citou enfaticamente que: “Pra colher não!”⁷⁶ Porém, o trecho a seguir indica que o *puxirão* poderia incidir sobre outros afazeres da lida camponesa cabocla. Alceu, quando questionado se os puxirões eram somente para abrir área de posse diz que: “Não! Pra colheita eles faziam também! Porque não existia tempo, não tinha, tudo era junto na época!”⁷⁷

Diante dessa controvérsia, consideramos sensato admitir que houveram ocasiões, menos recorrentes, em que as relações de trabalho/festa do *puxirão* foram estendidas também ao plantio e à colheita na terra de um vizinho que ainda estivesse adaptando o ambiente aos seus interesses. Essas situações ocorriam quando o grupo já estava bastante consolidado nas suas relações, se permitindo a outras formas de interação que ampliavam o conjunto trabalho/festa objetivando a posse e/ou atuando também na manutenção da mesma.

⁷⁵ Entrevista de Gumercindo Nogueira da Silva, concedida na área rural próximo do município de Diamante do Sul/PR, em 21 de setembro de 2010. Fonte: CEPEDAL.

⁷⁶ Gentil Moraes da Cruz. Ver entrevista citada.

⁷⁷ Entrevista de Alceu Rodrigues da Cunha e Olindina Rodrigues da Cunha, concedida em Catanduvas/PR, em 25 de março de 2009. Fonte: CEPEDAL.

2.2 Os dias e o calendário agrícola

Atrelado a esses fatores de caráter comunitário, nas falas a seguir, o sábado aparece como o dia da semana dedicado para auxiliar e festejar. Izoaldo menciona sobre a frequência dos trabalhos e festas denotando a prática marcante no calendário semanal das famílias com interesses de trabalhar e confraternizar: “Ah, aqueles tempos atrás saía quase todos os finais de semana, tinha o tal de *puxirão*. (...) Era sempre no sábado!”⁷⁸

As “combinações” ocorriam durante os dias da semana ou ao fim do trabalho nas terras de um dos vizinhos para que todos se organizassem com as atividades pessoais da sua posse. A confirmação da participação no próximo *puxirão* reforçava o caráter constante dos encontros e reencontros. Segundo Gentil:

Isso fazia e não foi só um! Fazia durante a semana inteira (a combinação)! Pegava um vizinho, que nem: “Hoje é lá na tua roça!” Chegava lá, formava e os puxirões nós fazíamos! (...) É! Fazia o *puxirão*, pegava aqueles, agora de tarde na saída da aurora: “No outro sábado nós vamos nesse!” (...) No sábado!⁷⁹

Pode-se relacionar o dia semanal com a máxima de *guardar o sábado*, já que muitos compartilhavam da religiosidade cristã de caráter popular. Com os vínculos dos participantes do *puxirão* à religião cristã, conscientes ou não de tais preceitos religiosos, de modo geral os relatos são concisos nessa afirmação dos sábados dedicados aos vizinhos. Nos demais dias cada família tratava de cumprir o trabalho na sua posse.

No *puxirão* trabalho também é festa e, se realizado como forma de lazer, consistia numa compreensão diferente do trabalho empenhado durante a semana. Assim, trabalhar festejando, festejar trabalhando, não infringia os preceitos religiosos. *Guardar o sábado* equivale em não realizar trabalho (peso, fardo, desgaste) e sim, dedicar o dia para o descanso, o lazer, os momentos em família, as práticas religiosas e a vivência em comunidade.

Os elementos do cotidiano da população rural reforçam a compreensão do trabalho do sábado, aliado a festa, como entretenimento. Apesar do serviço braçal e o inevitável desgaste físico, abrir a posse em conjunto com os vizinhos nos sábados era uma ação vinculada à diversão em comum. Ficavam os domingos para descanso dos trabalhadores afim de reestabelecerem as energias e retomarem a rotina da posse familiar durante a semana.

Como o trabalho está diretamente ligado à festa, a frequência do *puxirão* denota que os encontros entre os posseiros e suas famílias eram constantes. Baldina lembra que: “Do

⁷⁸ Izoaldo Paulino da Silva. Ver entrevista citada.

⁷⁹ Gentil Moraes da Cruz. Ver entrevista citada.

tempo que eles (família do esposo) vieram pra cá eles dançaram muitos bailes na nossa casa!”⁸⁰ Alceu reforça a questão ao falar que:

Toda, toda semana tinha. Aqui na costa do (rio) Adelaide, como quem vai pra Três Barras (do Paraná), é um dos que mais dava. (...) Eu saía daqui de Catanduvas! E quando era ainda solteiro (...). Daí, sei que saía toda semana, baile lá!⁸¹

No período aproximado de doze em doze meses, sem precisamente seguir exatamente essa cronologia, o *puxirão* era novamente realizado nas posses de cada um dos posseiros vizinhos, nos períodos de *fazer a roça* – preparar a terra tirando o mato para que a família pudesse semear. Na mesma posse, outros puxirões poderiam ser realizados eventualmente durante o ano, de forma esporádica, nos plantios e colheitas. Vinculado à discussão, Erotides menciona no fragmento a seguir que: “Todo ano faziam por que às vezes era... apurado pra tu fazer uma roça (...).”⁸²

As realizações dos puxirões seguiam a necessidade percebida pelo posseiro para desmatar a área o mais breve possível, devido ao tempo dedicado para o plantio. Como a roça deveria seguir as fases do clima em cada estação do ano. Proceder de modo distinto poderia implicar em colheitas improdutivas. Seguindo na fala de Erotides:

Isso demorava, começava a cortar mato era janeiro, fevereiro, pra plantar lá em mês de agosto! (...) Então demora muito tempo pra plantar. Naquela época assim, uma roça ficava até trinta dias pra poder plantar, que não tinha gente, as vezes, conforme a roça (...)⁸³

A importância do relato está em perceber que no primeiro semestre de cada ano (de janeiro a julho) os trabalhos coletivos eram realizados constantemente, pois tinham um prazo de até seis meses para aprontar a terra, permitindo uns trabalharem para os outros semanalmente. Se cada posseiro atuasse apenas com a sua prole na terra que lhe cabia, sem o auxílio dos vizinhos, poderia correr o risco de não conseguirem atingir o objetivo esperado com a derrubada da mata de toda a extensão de área das suas posses até o início do período de plantio.

A antropóloga Neusa Maria Sens Bloemer, na sua tese de doutorado intitulado *Brava gente brasileira*, desenvolvendo sobre as semelhanças e diferenças entre a cultura de caboclos e italianos na região de Lages/Santa Catarina, donde provieram alguns dos migrantes para a

⁸⁰ Baldina do Amaral das Neves. Ver entrevista citada.

⁸¹ Alceu Rodrigues da Cunha. Ver entrevista citada.

⁸² Erotides Rodrigues das Neves. Ver entrevista citada.

⁸³ Idem.

região aqui estudada decorrente dos conflitos do período do Contestado (1912-1916), elaborou uma tabela que elucida sobre os produtos e os tempos das roças (plantio e colheita):

Tabela 1 – Calendário Agrícola nos Campos de Lages/Santa Catarina.

Produtos	Período de plantio	Período de colheita
Milho	outubro a dezembro	março a maio
Milho (tarde)	setembro a janeiro	julho
Arroz	agosto a outubro	março a abril
Feijão	outubro a dezembro	janeiro a março
Feijão (tarde)	janeiro / fevereiro	abril a maio
Trigo	junho / julho	novembro / dezembro
Batata-inglesa branca	setembro / outubro	janeiro / fevereiro
Fumo	agosto a outubro	fevereiro a abril
Abóbora	agosto a outubro	janeiro a março
Aimpim	agosto / setembro	1 ano após
Batata-doce	setembro a dezembro	janeiro a junho
Melancia	agosto a outubro	janeiro a março
Amendoim	Outubro	Abril

Fonte: BLOEMER, Neusa Maria Sens. *Brava gente brasileira: migrantes italianos e caboclos nos campos de Lages*. Florianópolis: Cidade Futura, 2000. p.131.

Destacamos que o segundo semestre era o período propício para o plantio. No primeiro semestre ficavam as colheitas e o preparo da terra. Assim, do mês de agosto e seguintes, cabia a cada família trabalhar individualmente na posse, já que todos estavam ocupados com as atividades de semeadura, consumindo alguns poucos meses para realizar tal função. Se o plantio também fosse desenvolvido coletivamente nas posses dos vizinhos, poderia implicar na perda do prazo estabelecido pela natureza afetando a colheita também. Quando alguns vizinhos conseguiam adiantar o serviço na posse da família, permitiam-se atuarem nas terras dos parceiros mais próximos ou com vínculos de identidade mais sólidos.

2.3 As condições socioeconômicas e o contingente de parceiros

Os que encomendavam o *puxirão* e trabalhavam nas terras dos demais posseiros se mobilizavam também por questões econômicas. Seja pela impossibilidade de pagamentos de funcionários, ou visando o desenvolvimento coletivo.

Gumercindo, falando sobre as pessoas que faziam *puxirão*, caracteriza que: “(...) eram moradores. Gente que tinha o seu ranchinho aí viu! Camarada (...)”⁸⁴ Na entrevista com

⁸⁴ Gumercindo Nogueira da Silva. Ver entrevista citada.

Ricarte desponta as questões econômicas que estavam inseridas nas relações sociais: “A maioria *era pro gasto* assim, por que era pouco. *Gente mais pobre* que fazia *puxirão*.”⁸⁵

Quando diz que *era pro gasto* está se referindo à produção para a subsistência da família. Sobre o caráter social, *gente mais pobre*, podemos afirmar que a relação de vizinhança correspondia num mecanismo de fortalecimento do grupo, uma forma encontrada para que pudessem perpetuar, dentro das condições disponíveis, as relações de sobrevivência e minimizar as dificuldades iniciais com a pouca variedade de alimentos. Aos poucos iam agregando o cultivo de outros alimentos para variar na culinária.

Izoaldo, ao explicar o motivo de se fazer *puxirão* relata que: “Saía mais barato!”⁸⁶ O casal Alceu e Olindina também destaca quem incentivava a realização do *puxirão*, a situação econômica dos posseiros, a unidade entre familiares e vizinhos, o caráter voluntário, a alimentação, o lazer e a organização dos trabalhos. Ao concluir sua fala compara a realidade atual aos tempos de outrora:

Alceu: (...) geralmente, o proprietário lá do...

Olindina: Não podia fazer, *não podia pagar os empregados por dia*, daí reunia os amigos, compadre, assim, as famílias, e eles iam de graça. (...) Coisa que *tinha que pagar horror*, eles faziam almoço assim, matava um porco lá, alguma coisa assim, aí tinha aquele almoço e o baile à noite, e as pessoas iam. Trabalhava tudo de graça. Daí, lá um tempo fazia pra outro, um tempo fazia pra outro, então *tudo se servia, gastava pouco*. Não é que nem agora, agora que, tem que pagar horror pra fazer qualquer coisinha, antigamente não.⁸⁷

Com poucos recursos financeiros sairia mais econômico para o posseiro carnear um suíno e confraternizar com os vizinhos durante o trabalho do que o pagamento da mão de obra. Nota-se que a criação da necessidade do *proprietário/posseiro* em fazer *puxirão* consistia na impossibilidade do pagamento. Essa limitação e “opção de escolha” nos remetem a observar que, mesmo com o considerável número de pessoas (família e vizinhos) dispostos ao *puxirão*, na região já existia uma massa de reserva de trabalhadores que comercializavam sua mão de obra. Trabalhavam sob o pagamento por dia e exigiam um preço que poderia estar fora do orçamento dos posseiros.

O comerciante Antônio Tavares, nascido no dia 22 de junho de 1938, natural de Chapecó no Estado de Santa Catarina, se coloca entre as pessoas que não faziam *puxirão*, pois empreitavam trabalhadores (peões) que faziam o serviço via pagamento:

⁸⁵ Ricarte Guerreiro de Paula. Ver entrevista citada.

⁸⁶ Izoaldo Paulino da Silva. Ver entrevista citada.

⁸⁷ Alceu Rodrigues da Cunha e Olindina Rodrigues da Cunha. Ver entrevista citada.

Não... nós tínhamos camaradas por dia. É... que trabalhava com nós, trabalhava direto com nós, em três, quatro peões, lutava direto, daí fazia o acampamento lá no mato, fazia um ranchinho de folha de taquara lá e... acampava e... começava a luta. Ah era sofrido, Deus o livre.⁸⁸

A subsistência da população cabocla era muito relevante se comparado ao empenho de outras sociedades rurais em promover a produção para a acumulação de capital. Mas, os vínculos econômicos na contratação de serviços sob o pagamento em dinheiro destaca sua existência no período. Como os caboclos estavam à margem do sistema capitalista, tais grupos tradicionais perpetuavam as relações de caráter mais remoto ou a criação de novas estratégias segundo seus critérios.

Baldina, buscando suas recordações mais distantes no tempo, relata que a infância: “Era boa, a gente se divertia, dançava baile, vivia aí na pobreza. (...)”⁸⁹

A partir desse pequeno trecho, tem-se a dimensão desde quando eram realizados os puxirões. Levando em conta a data de nascimento de Baldina (ano de 1933), seu tempo de criança se situa na década de 1930. Seu relato comprova que naquela época as festas já ocorriam com frequência na região.

Investigando sobre Diamante do Sul, no período que antecede sua emancipação do município de Guaraniaçu, que aconteceu somente no ano de 1990, descobrimos que a família de Baldina figura entre as “pioneiras”, pela fonte consultada: “Origem Histórica: em 1924 chega à região o gaúcho *José Joaquim do Amaral* (pai de Baldina), trazendo consigo toda sua família e o que julgava necessário para iniciar uma vida nova.”⁹⁰

Da mesma forma o pai de Erotides, esposo de Baldina, também consta na lista dos nomes arrolados como tendo sido os “primeiros moradores da região de Guaraniaçu”. Observações entre aspas, já que os locais, de longa data, eram ocupados por grupos de indígenas que se fixavam ou transitavam para outros lugares:

Primeiras famílias de Guaraniaçu: Família Badotti, Família Gasparini, Alvino João Cardoso, **Maximilio Moraes das Neves**, José Humberto Fernandes. João Lopes da Silva, Basilio Hereciuk, Domingos Bramatti, Antonio Stempniak, Geraldo Marques Saraiva entre outros.⁹¹

⁸⁸ Entrevista de Antônio Tavares, concedida em Diamante do Sul/PR, em 21 de setembro de 2010. Fonte: CEPEDAL.

⁸⁹ Baldina do Amaral das Neves. Ver entrevista citada.

⁹⁰ Fonte: Cantuquiriguaçu: associação dos municípios <http://www.cantuquiriguacu.com.br/diamantedosul.php> Consultado dia 26/06/2013.

⁹¹ Histórico Guaraniaçu Fonte: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/parana/guaraniacu.pdf> Consultado dia 26/06/2013. (grifos meus).

A menção sobre a pobreza da família de Baldina remete as poucas condições financeiras para a aquisição da propriedade por meio da compra, a contratação e o pagamento de funcionários (peões) que dessem conta do trabalho de desmatar o local – tanto pela possível inexistência de trabalhadores na década de 1930, já que as famílias são apresentadas como “pioneiras”, quanto pelos poucos recursos para custeá-los, mesmo se houvesse uma massa de reserva naquele contexto. Assim, recorriam à ocupação da terra na abertura da posse. Na impossibilidade de empreitar a mão de obra, os posseiros se utilizavam da parceria suprimindo os parceiros voluntários com alimentos e bebida durante o trabalho e oferecendo um baile como comemoração ao final do dia.

A quantidade de terras de cada posse também justifica os altos gastos que provavelmente os caboclos teriam com os peões, pois exigiria um número considerável de trabalhadores ou muitas diárias pagas para abranger toda a área. Nesse caso, encomendar o *puxirão* aumentaria o rendimento, reduzindo os custos e o tempo. Na fala de Gentil:

(...) Era medido, por exemplo, cinco, que tinha a família Amaral, que é sogro daquele Tidinho (Erotides das Neves) que vocês estão falando, não sei se vocês conhecem! Aqueles pegavam em cinco pra derrubar um alqueire de capoeira no *puxirão*, e tirava! (...) ⁹²

Para situar melhor as medidas, quando é mencionada a terra sob o alqueire está se referindo à unidade representada pelo chamado *alqueire paulista*, ou seja, 24.200m² cada. Existem outras extensões também caracterizadas por *alqueire* que diferem na quantidade da área apresentada. Nesse caso, Gentil recorda uma situação em particular, exaltando a capacidade dos colegas por conseguirem dar conta da unidade de alqueire em um único sábado de trabalho, contando apenas com cinco pessoas na extração da vegetação rasteira. Outros entrevistados seguem relatando detalhes que acrescentam informações para a discussão.

Referente ao contingente de posseiros, José Mendes da Silva, nascido no dia 26 de maio de 1930, em Palmas/PR, ressalta que: “Tinha cento e dez!” ⁹³ Porém, os relatos a seguir, compartilham e contradizem, em partes, as opiniões quanto a essa “estatística”. Para Ricarte:

Eram vinte, trinta roçadores! Trabalhavam até meio dia (doze horas) gritando, assim! E todos bebendo umas pingas, e todos bom de serviço, assim! Aquela roçada, a capoeira ia, assim, saindo. (risos) (...) Cinco, seis alqueires, dez alqueires! ⁹⁴

⁹² Gentil Moraes da Cruz. Ver entrevista citada.

⁹³ Entrevista de Maria de Jesus da Silva e José Mendes da Silva, concedida no distrito Pinhalito, Diamante do Sul/PR, em 8 de junho de 2010. Fonte: CEPEDAL.

⁹⁴ Ricarte Guerreiro de Paula. Ver entrevista citada.

Devido à ausência de documentos que confirmem o tamanho de cada posse naquele local, esta medida era relativa de posseiro para posseiro. Ricarte expressa essa inconstância sob a apresentação dos trabalhos que empreendiam de cinco até dez alqueires. Embora não fosse uma atividade remunerada, nem por meio de contratos, fazer *puxirão* era a firmação de um compromisso, no formato de *empreitada*, e que deveria ser cumprido mediante a retribuição da festa.⁹⁵ Izoaldo menciona que:

(...) por que aí teve um, que já é morto, o compadre, nós éramos vizinho com ele lá, o tal de Portes Pinheiro, tem o filho dele que mora aqui... Ele fez dez *alqueires* de roça num dia. (...) Dez alqueires. (...) fazia a roça, aquele que ele pegava pra fazer até meio dia, era até meio dia, se não, ia depois do meio dia, voltava a roçar de novo, até endireitar. Que era um compromisso, se você pegava um alqueire assim, tinha que fazer. Não podia deixar lá a capoeira, tinha que fazer. Do jeito que eles fizeram, que começaram a fazer foi assim.⁹⁶

Se o trabalho de um vizinho e seu grupo de contatos fosse concluído no período da manhã, já estava dada por encerrada a sua parte, mesmo que os outros grupos ainda não tivessem finalizado seu compromisso. Caso contrário, para Gentil: “Ia pra roça, almoçava, e ia até à tarde! Até fazer a tabela!”⁹⁷

Honrar o trabalho envolvia os posseiros na caracterização do que consideravam conhecer da seriedade de uma pessoa refletida nas suas práticas. Ditar a quantidade e poder cumpri-la era sinônimo de orgulho individual e para os companheiros de roça. Quando Izoaldo fala que *tinha que fazer*, demonstra que não era a quantidade de terra empreitada o termômetro para medir o valor de cada grupo e sim a capacidade de assumir, trabalhar e concluir o serviço até o final do dia.

Os critérios de “seleção” dos integrantes estavam mediados pelos comportamentos que cada qual manifestava. Esforços exigidos pelo trabalho equivaliam à relevância do sujeito para a participação do mesmo nas atividades em comunidade.

⁹⁵ Empreitada: Obra realizada mediante ajuste prévio de retribuição proporcional ao trabalho executado. Fonte: ROCHA, R. Op. cit. p.230.

⁹⁶ Izoaldo Paulino da Silva. Ver entrevista citada. Alqueire: antiga medida de capacidade, equivalente a 13,8 litros. Medida agrária de valor variável. Fonte: ROCHA, Ruth. Op. cit. p.28. Essa unidade de medida é variável de uma região para outra no Brasil. Segundo a página virtual do Brasil Escola: “(...) o *alqueire* foi uma das medidas agrárias mais utilizadas pelos fazendeiros, mas atualmente ele é considerado uma medição imprópria, em virtude das diferentes quantidades de m² utilizadas pelos estados brasileiros. O alqueire paulista é equivalente a 24 200 m², o mineiro e o goiano correspondem a 48 400 m², enquanto que o alqueire da região Norte é igual a 27 225 m². (...)” Fonte: <http://www.brasilecola.com/matematica/medidas-agrarias.htm> Consultado dia 28/08/2013. Para o estado do Paraná convencionou-se popularmente a utilização do alqueire paulista (24 200 m²), podendo sofrer variações.

⁹⁷ Gentil Moraes da Cruz. Ver entrevista citada.

Amazonas Facini, popularmente chamado de *Seu Nenê*, nascido no dia 27 de fevereiro de 1942 em Laranjeiras do Sul/PR, morador do distrito Bela Vista, município de Guaraniáçu/PR, expõe sua experiência quanto à reciprocidade entre os posseiros e o comprometimento voluntário com o vizinho: “Tipo um *puxirão*. Eu ia ajudar a fazer lavoura, aí seis, dez ou mais ajudavam a fazer a minha... era assim... era bem mais seriedade, mais tranquilidade do que agora, bem mais...”⁹⁸

A contrapartida do comprometimento do trabalhador com o roçado nas terras dos vizinhos, além das representações simbólicas, remete a futuras encomendas de trabalhos na sua posse. Já que se tratava de um favor, e não cabia ao favorecido ditar as ordens nos moldes da rigidez de um patrão aos seus empregados, quanto melhor executado o trabalho para o vizinho, maiores as possibilidades de ter sucesso quando empreitar a ação dos companheiros na sua posse.

Embora com a quantidade aproximada de dez alqueires, para Gumercindo:

Prometia um baile! Uma festa! Matava um boi, uma vaca! (...) marcava lá um sábado. Então reunia lá seus sessenta, setenta de enxada, ou arado. Fazia. Dava de comer o povo meio dia e de tarde... Saía o baile daí (risos). (...) a gente falava que queria fazer dez alqueires de roça aí, num dia você empreitava tudo. Fazia mesmo a roça.⁹⁹

Olindina também confirma a extensão da área da posse: “(...) Derrubava, até dez alqueires por dia (...).”¹⁰⁰

Apesar do número de dez alqueires apresentarem-se redundante, a frequência com que foi falado entre os entrevistados, sem contatos diretos entre eles, leva a supor que de fato essa medida era corriqueira no período. Colocando de forma mais objetiva, se multiplicarmos 10 alqueires por 24.200m² para obter o tamanho real de uma posse considerada como convencional chegaremos ao número de 242.000 m² que, embora pareça uma exorbitante quantidade de área de terra, atualmente se compara com pequenas propriedades de caráter familiar nos Estados do Sul do Brasil.

A contraposição encontra-se no caráter de relatividade dos métodos aplicados para se fazer as medições, geralmente feitas com cordas ou simplesmente confiando na percepção visual e no conhecimento prático de *senso comum*, que pode destoar das medidas oficiais.

⁹⁸ Entrevista de Amazonas Facini concedida no distrito Bela Vista, Guaraniáçu/PR, em 9 de dezembro de 2010. Fonte: CEPEDAL.

⁹⁹ Gumercindo Nogueira da Silva. Ver entrevista citada.

¹⁰⁰ Olindina Rodrigues da Cunha. Ver entrevista citada.

Sabendo que 10 alqueires pode ser entendido como uma grande quantidade de terras (aproximadamente 24 campos de futebol), qualquer território que escapasse da possibilidade de obtenção real do seu tamanho poderia ser assim concebido e aceito como “verdade”.

Izoaldo, em citação anterior, chegou a mencionar a quantidade de até trezentas pessoas. Essa incompatibilidade do número de participantes nas fontes remete às subjetividades das memórias nos relatos. Na valorização do passado, por meio do que se faz conhecer no presente através da narrativa, que se caracteriza de modo particular a relevância dos acontecimentos para aqueles que viveram o momento histórico. O que não significa dizer que o relato é *falso*, ou que somos “traídos pela memória”. De modo distinto, os processos adquirem novos sentidos com o passar do tempo, principalmente quando não mais existem enquanto prática na atualidade, restrita às atividades do lembrar. Da subjetividade na história oral, para Alessandro Portelli:

Não temos, pois, a certeza do fato, mas apenas a certeza do texto: o que nossas fontes dizem pode não haver sucedido verdadeiramente, mas está contado de modo verdadeiro. Não dispomos de fatos, mas dispomos de textos; e, estes, a seu modo, são também fatos, ou o que é o mesmo: dados de algum modo objetivos, que podem ser analisados e estudados.¹⁰¹

Embora as incertezas e os materiais narrativos que dão forma às *representações*¹⁰² do passado no presente, esse impasse da memória e da subjetividade do relato, podem apresentar elementos de análise que permitem chegar a, ou próximo de, um denominador comum que desmistifique a incompatibilidade nos números.

Esmiuçando os detalhes de cada entrevista, na compreensão dos discursos, apresentaremos uma análise das falas que podem nos aproximar do processo histórico desencadeado na época, em contraposição às influências da memória no tempo presente.

Para ampliar essa problematização das fontes orais recorreremos ao recurso visual, encontrado em um acervo particular. Dentre as fotografias das confraternizações realizadas pelas famílias e comunidades rurais do período, uma delas foi caracterizada como um retrato do *puxirão*.

O registro fotográfico, a seguir, pertence à Maria de Jesus da Silva, nascida no dia 25 de março de 1940, natural de Campos Novos/SC e José Mendes residente no distrito

¹⁰¹ PORTELLI, A. A Filosofia e os Fatos: narração, interpretação e significação nas memórias e nas fontes orais. Rio de Janeiro, UFF/Relume-Dumará, v.1, n. 2, 1996. p.64.

¹⁰² *Representação* está aqui como observamos, no capítulo anterior, em Chartier. Ao mesmo tempo em que os sujeitos históricos, em diferentes contextos, apresentam semelhanças sobre as suas práticas nos relatos também (*re*)apresentam o passado com o intuito de conceder legitimidade aos processos vivenciados pelos mesmos. Ou seja, na mesma narrativa temos a exposição dos acontecimentos e os sentidos que os interlocutores atribuem, *representam*, sobre tais experiências.

Pinhalito, em Diamante do Sul. Maria relata suas memórias do momento da fotografia: “Esse é o *puxirão* nosso que o José fez aqui! (...) Pra fazer roça! (...) Mas aqui já era no final já! De tarde que resolveram, colocaram os assados de carne ali, tigela de pão e tiraram a foto! Chegou um retratista, por acaso.”¹⁰³ No *puxirão* da fotografia, em particular, José Mendes conta que naquele dia de trabalho: “Tinha cento e dez [pessoas]!”¹⁰⁴

Figura 4 – Retrato do *Puxirão*.



Fotografia do acervo pessoal do casal José Mendes da Silva e Maria de Jesus da Silva, moradores do distrito Pinhalito, Diamante do Sul/PR. 08 de jun. de 2010. Fonte: CEPEDAL.

Izoaldo também fala na quantidade de **peessoas** presentes em um dos *puxirões* que participou:

Tinha, acho que, umas trezentas pessoas, ou mais, pra roçar. Deus o Livre que era gente em quantia. Ele (posseiro) era muito antigo do lugar, boa gente que nossa. Ele matou uma vaca lá e... convidou o pessoal, mas deu gente que *ta loco* (risos). Nossa Virgem do Céu.¹⁰⁵

Os relatos de Ricarte e de Gumercindo, apresentados anteriormente, apresentam, por outro lado, o número de **homens** trabalhando na abertura da posse, retomando:

¹⁰³ Relato de fotografias do casal: Maria de Jesus da Silva e José Mendes da Silva, concedida no distrito Pinhalito, Diamante do Sul/PR, em 8 de junho de 2010. Fonte: CEPEDAL.

¹⁰⁴ José Mendes. Ver entrevista citada.

¹⁰⁵ Izoaldo Paulino da Silva. Ver entrevista citada.

Ricarte: “Eram vinte, trinta roçadores!”¹⁰⁶

Gumercindo: “(...) sessenta, setenta de enxada, ou arado (...)”¹⁰⁷

Uma prova real, se é que podemos apresentar assim, está em observar o número de integrantes da família rural na primeira metade do século XX. Para termos um número mais aproximado recorreremos, nas entrevistas dos que mencionam a participação no *puxirão*, aos momentos em que os posseiros falam sobre seus entes.

Glorinha Rodrigues da Cruz, filha de José Mendes, nascida em 29 de agosto de 1961 no distrito Pinhalito, participava dos bailes quando criança. Comentando sobre seus tios cita que: “(...) todos os irmãos do meu pai, que eram *sete* irmãos, que moravam próximos uns dos outros (...)”¹⁰⁸

Izoaldo, ao falar dos seus filhos: “São quatro e três, são sete. Quatro homens e três mulheres (...)”¹⁰⁹ Em outro momento, referente aos irmãos: “Homem nós somos em três. (...) Cinco irmãs. Nós éramos em oito aqui.”¹¹⁰ Dos filhos de Gumercindo: “nós criamos *nove*... da família.”¹¹¹ E dos irmãos: “Dava uns seis! Seis ou *sete*!”¹¹²

José Mendes: “Eu tenho seis filhos homens e três (filhas) mulheres!”¹¹³

Moisés Ferreira Campos, nascido em 1945, natural de Guarapuava/PR, morador do distrito Planaltina, Guaraniaçu/PR diz: “(...) nós criamos *sete* filhos nosso e um filho é um adotivo. (...)”¹¹⁴

Se a média de filhos variava entre 7 e 9 pessoas, é pertinente estipular uma amostra, com base na fotografia utilizando-se de uma matemática básica. Referente ao contingente de posseiros, na fala de José Mendes sobre a fotografia do *puxirão*, esse ressalta a quantia de cento e dez pessoas presentes. Mas, se observarmos o registro fotográfico, conta-se até vinte e três homens – vinte e quatro se somarmos o retratista “ao acaso”. Partindo do pressuposto que 50% dos homens presentes na fotografia eram casados (quantidade variável) e possuíam filhos, e o restante dos fotografados fossem jovens solteiros e/ou filhos dos posseiros: se multiplicarmos o número de homens casados que trabalhavam no roçado (12) com a média de

¹⁰⁶ Ricarte Guerreiro de Paula. Ver entrevista citada.

¹⁰⁷ Gumercindo Nogueira da Silva. Ver entrevista citada.

¹⁰⁸ Entrevista de Glorinha Rodrigues da Cruz, concedida no município de Diamante do Sul/PR, em 21 de setembro de 2010. Fonte: CEPEDAL.

¹⁰⁹ Izoaldo Paulino da Silva. Ver entrevista citada.

¹¹⁰ Idem.

¹¹¹ Gumercindo Nogueira da Silva. Ver entrevista citada.

¹¹² Idem.

¹¹³ José Mendes. Ver entrevista citada.

¹¹⁴ Entrevista de Moisés Ferreira Campos, concedida no distrito Bela Vista, Guaraniaçu/PR, em 2 de dezembro de 2008. Fonte: CEPEDAL.

filhos na família de caboclos da época (estabelecida hipoteticamente na quantidade de 8 indivíduos apenas para fins demonstrativos) e somarmos esse resultado com o mesmo número de esposas (12), chegaríamos num total de 108 pessoas. Conforme a tabela a seguir:

Tabela 2 – Contingente de pessoas envolvidas no *puxirão* 1.

Número de homens presentes na fotografia mais o retratista	24
Estimativa variável de homens casados e com filhos	12
Média de filhos entre os caboclos do interior do Paraná	08
Estimativa variável do número de esposas	12
12 (esposos) x 08 (filhos) + 12 (esposas) = 108 (pessoas)	

Fonte: Elaborado pelo autor.

Apesar de as mulheres e crianças participantes do *puxirão* não constarem na fotografia e levando em conta que no baile outras pessoas apareciam “sem convite”, que ficaram nos bastidores do *puxirão* fotografado, possivelmente se chegaria, naquela ocasião, aos números citados. Mesmo assim, o resultado é bem próximo de 110 pessoas mencionadas por José Mendes.

Se aplicarmos a mesma “fórmula” elevando o número de homens para 60, como a fala de Gumercindo, extraíndo 30 de casados e com filhos mais as mulheres (30) e a média de filhos (8), chega-se num total de 270 pessoas.

Tabela 3 – Contingente de pessoas envolvidas no *puxirão* 2.

Número de homens trabalhando no <i>puxirão</i> mencionado por Gumercindo	60
Estimativa variável de homens casados e com filhos	30
Média de filhos entre os caboclos do interior do Paraná	08
Estimativa variável do número de esposas	30
30 (esposos) x 8 (filhos) + 30 (esposas) = 270 (pessoas)	

Fonte: Elaborado pelo autor.

Se acrescentarmos ainda os demais caboclos que participavam somente do baile (assunto que será retomado no capítulo seguinte), mesmo que de forma relativa, não é de estranhar o contingente de 300 integrantes mencionado por Izoaldo. Dessa forma, consegue-se minimizar as disparidades apuradas superficialmente nas memórias sobre a composição populacional dos caboclos nos encontros do *puxirão*.

Com a fala de Gentil, citada anteriormente, ao mencionar que em cinco pessoas derrubavam um alqueire de terras, podemos estabelecer outras proporções que aproximam dos demais relatos. Se multiplicarmos o contingente de cinco trabalhadores pela quantidade de

dez alqueires, amplamente citado, chegaríamos num total de 50 homens na roça, estreitando a possibilidade das memórias procederem com os acontecimentos reais.

Retomando a fotografia de José Mendes, esta permite questionamentos relacionados também às relações de gênero nas ações do *puxirão*. Durante a abertura e *limpeza* da posse, as atividades dividiam os gêneros no que era considerado o *trabalho dos homens* e o *trabalho das mulheres*. Ao sexo masculino cabia a derrubada do mato, enquanto que, as integrantes do sexo feminino atuavam nos preparativos culinários e na organização da festa/baile. Segundo Ricarte, ao ser indagado sobre quem fazia o *puxirão*, o trabalho na roça era: “Os homens! E mulheres iam fazer a comida! De noite era o baile.”¹¹⁵

Já que o trabalho do roçado com o posseiro era uma atividade exclusiva dos homens Izoaldo, quando questionado sobre a presença das mulheres no *puxirão*, diz que: “Tinha! Daí tinha o tal de baile. (...) as mulheres no baile iam. (...) Só de noite, pra ir no baile.”¹¹⁶ Ou seja, os gêneros segregavam-se durante o dia e encontravam-se reunidos na confraternização à noite.

Na imagem, devido à presença do alimento (carne assada em espetos de pau, pães, bebidas), em consonância com o relato, notamos que realizar o *puxirão* no trabalho na roça está diretamente relacionado com uma forma de festividade, antes mesmo da ocorrência do baile. Para além da questão lúdica a foto e os relatos denotam que a organização para o trabalho não consistia somente na mão de obra, mas também com o momento em que os homens se conheciam.

As relações entre os participantes se davam já na realização do desmatamento, permitindo acompanhar as características de cada um. Como se portavam em situações complexas (roçar uma vegetação densa, por exemplo), suas intenções no grupo, se aceitavam brincadeiras, se amenos ou se tinham ânimos exaltados, entre outras características que permitem as pessoas serem “avaliadas” nas pequenas atitudes. Enfim, o *puxirão* era um espaço de sociabilidade que oportunizava captar o comportamento de cada indivíduo.

Destaca-se que a fotografia exhibe apenas os homens com seus instrumentos de trabalho, mais um indicativo da divisão das tarefas entre os gêneros na coletividade, cabendo aos homens as atividades externas e às mulheres as funções igualmente importantes, porém, restritas ao espaço da residência. Embora não tenhamos encontrado um registro fotográfico da atuação feminina no *puxirão* os relatos são enfáticos de que a participação das mulheres era distinta das ações dos homens.

¹¹⁵ Ricarte Guerreiro de Paula. Ver entrevista citada.

¹¹⁶ Izoaldo Paulino da Silva. Ver entrevista citada.

Realizar a limpeza da roça pelos homens nesse contexto assume significados de afirmação da masculinidade. Mas, limitar-se ao entendimento que o serviço pesado do trabalho braçal no roçado deveria ser realizado exclusivamente por homens é ignorar as diversas práticas culturais em que as mulheres também executavam tais atividades.

Em diversos grupos indígenas, cabe às mulheres o trabalho de plantio e da colheita e aos homens o desmatamento das faixas de mata para a agricultura no sistema de *coivara*, a educação dos filhos e a caça, por exemplo. Porém, não é preciso ir muito longe dos limites da investigação, pois, quando a família do posseiro realizava o trabalho na terra, sem o sistema de parceria, *todos* e *todas* trabalhavam igualmente. Candido contribui ao teorizar que:

A extensão da área cultivada por cada parceiro, bem como o êxito do trabalho dependem do número de braços com que pode contar cada um. Daí a importância econômica da família numerosa, que compensava o ônus representado pela infância e compensado a partir da puberdade.¹¹⁷

Procurar as mulheres, por estarem fora do plano da representação fotográfica, é destacá-las na ausência. Visa dessa forma se permitir em inverter a lógica do que estava presente naquilo que não está em destaque para almejar conhecer além dos limites do quadro registrado para a posteridade. Trata-se de compreender os locais sociais dedicados para cada gênero no *puxirão*.

A separação não era aleatória, mas sim, projetada como uma função prática. Partindo do pressuposto que os homens observavam uns aos outros durante o dia, para se certificarem das condições dos então *desconhecidos* (os contatos dos vizinhos) de interagirem também com as esposas e filhas nas festividades da noite, a presença feminina na abertura da posse poderia desencadear em conflitos. Os olhares e/ou trocas de olhares e até mesmo ações que extrapolassem as condutas éticas eram evitados por essa divisão momentânea.

Apesar do comportamento de algum participante não corresponder exatamente às expectativas de uma conduta social e ética adequada, por haver trabalhado na posse, não era possível obstar sua presença na festa. Porém, qualquer desconfiança em relação a alguém era sinalizada para que o grupo ficasse alerta aos movimentos do suspeito, sobretudo nas danças e brincadeiras do baile.

¹¹⁷ CANDIDO, A.; op. cit. p.117-118.

2.4 Safra de porcos: produção extensiva de suínos nas posses

A terra livre da vegetação nativa servia para a produção extensiva de suínos, denominada *safra de porcos*: “Naquele tempo começamos com *safra de porco*! Plantar roça pra criar porco e tal. Era o que era aquele tempo, o que se fazia era isso, a bens aquisitivos de formar algum recurso.”¹¹⁸ O relato de Erotides caracteriza a suinocultura como a alternativa encontrada, pelos posseiros, para a conquista de melhores condições econômicas.

Thiago Augusto Divardim de Oliveira, em sua monografia intitulada *Os porcadeiros e a prática da comunicação popular*, do curso de Mídia, Política e Atores Sociais, numa abordagem teórica pautada na Folkcomunicação, ao tratar sobre as informações compartilhadas entre os *tropeiros de porcos* na região dos Campos Gerais/Paraná, também chamados de *porcadeiros*, acentua que o trabalho era realizado:

(...) em regiões de difícil acesso, com matas que tornavam problemática a passagem com gado bovino, as pessoas buscavam formas diferenciadas de exploração da terra. Sendo o porco um animal com amplas possibilidades para alimentação, vários produtores passaram a criar tais animais que rendiam um bom lucro devido a também ampla possibilidade de utilização a partir do abate do animal.¹¹⁹

Ressalta-se que a *safra* dita por Erotides não consiste enquanto produção agrícola. Embora esteja relacionada com o cultivo de grãos (o milho e em alguns casos feijão) essa modalidade refere-se à produção animal. A criação de suínos em forma de *safra de porco* seria uma prática culturalmente cabocla e economicamente bastante lucrativa nesse período. Segundo a historiadora Geni Rosa Duarte:

De início, as atividades econômicas eram as dos safristas – criadores extensivos de porcos, que levavam os animais até Foz do Iguaçu ou Laranjeiras. Era uma atividade extensiva, em que os animais eram criados sem cercas, soltos nas lavouras de milho para se alimentar. As terras eram abundantes, sem regulamentação de propriedade.¹²⁰

A expressão *safra de porcos* vem do sentido de inserir porcos matrizes (cachaços e criadeiras) e filhotes nas plantações para que se reproduzam, cresçam e engordem. Realizada até duas vezes ao ano, de seis em seis meses em uma mesma posse, cada *safra* poderia atingir

¹¹⁸ Erotides Rodrigues das Neves. Ver entrevista citada.

¹¹⁹ OLIVEIRA, T. A. D. de. *Os porcadeiros e a prática da comunicação popular*: Elementos para observação dos meios informais de comunicação e expressão cultural utilizados nas tropas de porcos em Ponta Grossa e região na primeira metade do século XX. Ponta Grossa: Trabalho de Conclusão de Curso de Mídia, Política e Atores Sociais (monografia de especialização) Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2010. p.10.

¹²⁰ DUARTE, G. R. Memória, fonte oral e ensino de História: tempo passado, desafio do presente. *Anais do XI Encontro Regional da Associação de História – ANPUH/PR* “Patrimônio Histórico no Século XXI”. Jacarezinho, p.1-9, 2008. p.2.

um número de duzentas a trezentas cabeças de suínos. Na página seguinte, a fotografia de uma safra de porcos na área rural do atual município de Diamante do Sul.

Figura 5 – Criação de suínos no sistema de *safra de porco*.



Fotografia do acervo pessoal de Izoaldo Paulino da Silva, morador do município de Diamante do Sul/PR. 05 de out. de 2010. Fonte: CEPEDAL

Após alguns meses na roça os animais seriam “colhidos” e levados até os pontos comerciais, onde seguiriam transportados em caminhões para os frigoríficos. Depois de abatidos e industrializados, os produtos seriam destinados ao abastecimento comercial de gordura animal (banha), carne e seus derivados, de grandes centros urbanos do país. Para o jornalista e memorialista Arnaldo Monteiro Bach no livro *Porcadores*: “Nas longas distâncias, as marchas duravam até quarenta dias, como o destino a Ponta Grossa. Depois seguiam para os mercados consumidores principalmente de São Paulo.”¹²¹

O transporte dos suínos, das roças até os pequenos centros urbanos e comerciais, era muitas vezes realizado a pé, atingindo dezenas de quilômetros de distância, podendo vir a comprometer dias de viagem para chegar até os locais de comercialização da produção. Essa etapa do trabalho também poderia ser feito de forma coletiva, com os vizinhos, ou individual, restringindo-se aos integrantes da família.

Como os animais eram criados soltos e muitas famílias trabalhavam dessa forma, entre uma *saфра* e outra precisava existir uma extensão de mata que dividisse as posses. Com a exorbitante produção de suínos na época, a inevitável mistura dos animais de um *safrista* e outro não era o maior problema.¹²²

Os produtores não usavam táticas de marcação, como iniciais do dono no couro com ferro quente, pontas das orelhas, rabos ou dedos cortados, etc., pois, não tinham muitas dificuldades de acordos entre eles sobre o número de animais. O problema era quando os porcos do vizinho invadiam os locais destinados à produção de suínos – ainda em formação. A questão centra-se na evidente destruição da roça de milho e abóbora de uma posse que ainda não estivesse pronta para receber os animais.

Na ausência do posseiro, devido às suas idas e vindas conduzindo as safras ao comércio, os vizinhos adiantavam os serviços agrários priorizando a confraternização. É o que veremos com mais detalhes no capítulo seguinte, sobre as *surpresas*.

2.5 A culinária como diferenciador econômico: posseiro *fortes* (caboclo *arranjado*) x posseiro *fracos* (caboclo *pobre*)

Se na fotografia do *puxirão* as mulheres não aparecem, através da culinária elaborada durante o trabalho dos homens na roça, elas marcam presença com os preparativos do alimento dos posseiros *fracos* (*pobres*). Referente às diferenças socioeconômicas dos posseiros os fragmentos dos relatos concedem indicativos das distinções pela alimentação. Para Izoaldo:

Como é que ele (*puxirão*) funcionava é o seguinte: aqueles que eram mais *fortes* matavam uma vaca e convidava os companheiros. (...) Então se o cara era forte, ele matava uma vaca, e daí cozinhava tudo, assava a carne, dava bebida pra turma, e quando era mais *fraco* matava porco, fazia com quirera pra turma comer. Era, o sistema era assim...¹²³

Nota-se que, se o *puxirão* era do posseiro *forte* (que fornecia uma vaca), o alimento era preparado pelos homens somente quando assavam carne na roça – espaço social que as mulheres não participavam. É perceptível essa questão na fala de Izoaldo ao lembrar que nos

¹²¹ BACH, A. M. *Porcadores*. Ponta Grossa. Do Autor, 2009. p.47.

¹²² Bach atribui aos produtores de suínos das safras de porcos como: “(...) aforistas que arrendavam terras e ficavam acampados nessas áreas. Cada um fazia um pouco de roça. Plantavam milho para fazer a safra de porcos. Esses pequenos arrendatários eram conhecidos também como safrististas.” Idem. BACH, A. M. 2009. p.309.

¹²³ Izoaldo Paulino da Silva. Ver entrevista citada.

trabalhos de derrubada do mato: “Não tinha mulher! Nem mulher não ia lá. A carne era assada assim, num buraco lá.”¹²⁴

Mas, quando o *puxirão* era do posseiro *fraco* (que fornecia um porco), a família carneava um suíno, os homens trabalhavam no roçado e, enquanto isso, as mulheres preparavam a *quirera* para o almoço.¹²⁵ Todos confraternizavam a noite no baile. Quando questionado se as mulheres também participavam na roça do *puxirão*, Gentil afirma que: “Não! As mulheres iam fazer comida! Fazer quirera!”¹²⁶ Em seguida concede maiores detalhes sobre os preparativos de um dos pratos principais dos caboclos pobres do período:

É! Carneavam um porco, já que tu quer saber mesmo! Carneava um porco e cortava as peças maiores que davam e colocava num tacho de até cinquenta litros de banha. Tacho antigo! E lá colocava assim, depois que chegava do almoço, tirava a tampa... todo mundo ia comer. Era uma panelada de quirera.¹²⁷

Como temos o posseiro “forte” e posseiro “fraco” dependendo da alimentação fornecida, da mesma forma também variavam as quantidades de terra e pessoas trabalhando para cada um. O número de dez alqueires e a quantidade de sessenta, setenta trabalhadores recompensados com um boi, caracteriza-se de um *puxirão* do posseiro *forte*. Se fosse, na quantidade de seis, sete trabalhadores para roçar em um dia, certamente que a área de terras seria menor. Bloemer, a esse respeito, destaca que: “Invariavelmente, os brasileiros categorizados como produtores “fracos” são os que possuem menos terras entre os agricultores da área pesquisada, não ultrapassando 5 hectares.”¹²⁸

Dessa forma, matar um boi para poucas pessoas não compensava, pois ocorreria sobras de carne (desperdício). Como não possuíam energia elétrica para a conservação de grande quantidade de alimentos em freezers e/ou geladeira armazenavam as carnes em as latas de banha de porco (gordura animal) onde os pedaços cozidos, fritos ou assados eram depositados, perdurando por mais tempo. Ao ceder um porco, suficiente para a alimentação, caracteriza-se assim como um *puxirão* menor, do posseiro *fraco*.

¹²⁴ Idem.

¹²⁵ Quirera: alimento à base de milho triturado e cozido com água, sal e condimentos. Podem-se acrescentar também legumes (cenoura), tubérculos (batata), hortaliças (repolho) e diferentes tipos de carne (suíno, bovino, ou de aves) cozida e/ou preparada na fritura. *Tradução do autor*.

¹²⁶ Gentil Moraes da Cruz. Ver entrevista citada.

¹²⁷ Idem.

¹²⁸ BLOEMER, N. M. S. *Brava gente brasileira: migrantes italianos e caboclos nos campos de Lages*. Florianópolis: Cidade Futura, 2000. p.180. A unidade de medida de área em hectares equivale a 10.000m² para cada hectare. No estudo de caso da autora: 5 hectare = 50.000m².

Do ponto de vista das atividades braçais, o trabalho das mulheres também era dispendioso. A elas cabiam triturar o milho no *pilão*¹²⁹, encher um *tacho*¹³⁰ com gordura animal (banha), participar da carneação do porco, transportar os alimentos até a roça ou até o local destinado para ser servido, buscar água na fonte para cozinhar e lavar a louça ou levar os utensílios até a beira do rio, etc. O que se quer dizer é que as relações são mediadas por fatores externos do que os preceitos de força ou ausência da mesma.

Aliado aos costumes do trabalho a culinária, no processo de ocupação da região, é um elemento digno de atenção. Alimentos nutritivos, característicos da cultura cabocla, preparados com recursos geralmente cultivados na lavoura (feijão, milho e derivados) e de animais criados no sítio (frangos, suínos) configuram também como a base do processo de fixação do caboclo na posse.

Sérgio Buarque de Holanda estabelece a relação que os bandeirantes tinham com a natureza realizando, além da caça e da coleta, plantios de grãos (milho e feijão, principalmente) ao longo do trajeto de reconhecimento das matas. Agindo dessa forma garantiam o complemento da subsistência com a colheita da produção dos artigos alimentares nos retornos dos empreendimentos exploratórios.¹³¹

De modo semelhante os posseiros, quando dos primeiros meses na terra, utilizavam-se do cultivo e criação de plantas e animais que retornassem mais rapidamente o alimento indispensável para a sobrevivência até que pudessem acrescentar outros itens que exigem maior tempo despendido no processo de produção. É o caso das plantações de milho (tanto para consumo humano quanto para a nutrição de animais) e feijão, e a criação de porcos e galinhas, até que as posses estivessem prontas para o plantio de pasto com a finalidade de promover também a criação de gado e demais ruminares. Antonio Candido declara o seguinte, sobre a alimentação da população rural de caipiras do interior de São Paulo:

Ver-se-á, então, que este [caipira] se nutria principalmente ao modo dos sertanistas, como quem se contenta com o mínimo para não demorar as interrupções da jornada. Este mínimo alimentar corresponde a um mínimo vital, e a um mínimo social: alimentação apenas suficiente para sustentar a vida; organização social limitada à sobrevivência do grupo.¹³²

Embora Candido fale em mínimos, a alimentação do homem rural é descaracterizada como uma organização de precariedade da subsistência, de ausência de nutrientes. O autor

¹²⁹ Pilão: peça cavada, de madeira rija, para descascar e triturar arroz, café, milho, etc. Fonte: ROCHA, R. Op. cit. p. 474.

¹³⁰ Tacho: vaso largo e pouco fundo, geralmente de cobre com asas, usado em especial para fazer doces. Idem: ROCHA, R. p. 593.

¹³¹ Para mais ver: HOLANDA, S. B. de. *Caminhos e Fronteiras*. Op. cit. 1994.

ênfatiza que o caipira alimentava-se muito bem: “O paulista lhe parece mesmo, mais bem nutrido que o escocês, o irlandês, o escandinavo, o egípcio, o italiano, o inglês, o indiano, o japonês, o africano do Norte, mantendo-se eugênico o seu tipo através dos séculos.”¹³³

Os mínimos de *Candido* estão centrados na função básica do alimento do caipira, de nutrição, que embora saborosa era preparada exclusivamente com fins de suportar fisicamente o desgaste do trabalho, mediada pelo melhor acesso às condições ambientais. Não é por que é mínimo que seja sinônimo de pouco. Consiste no suficiente para o sustento do caboclo e da sua família. Num primeiro momento, esses mínimos consistem numa alimentação considerada paliativa – em vista da urgência e do improvisado com que eram conseguidos na natureza – até que pudessem organizar seus cultivos e agregar outras variedades ao cardápio. O que não quer dizer que o alimento primeiro inexistia ou que era insuficiente, tanto na quantidade quanto na qualidade para a nutrição.

Valdir Gregory e Erneldo Schallenberger, no livro *Guaira um mundo de águas e histórias*, referenciando o livro intitulado *Pelas Selvas e rios do Paraná*, de Coelho Júnior, cita a prática chamada de *picherão*. Coelho Júnior, mencionando a população cabocla, no extremo Oeste do Paraná, no contexto da transição do século XIX para o XX, faz uma distinção entre o caboclo “arranjado”, do caboclo pobre na região – incluindo nessa relação econômica e social a mobilidade para o trabalho de exploração da natureza, por meio do *picherão*:

Depois, se o caboclo é ‘*arranjado*’, ou tem filho homem, ou ‘justa’ um camarada, com foices bem afiadas, ataca-a vigorosamente, após ter erguido o *rancho tosco*, onde ferve a panela de feijão, abriga-se das chuvas e, se a residência é longe, pernoita, mais os companheiros. Se é *pobre*, de há muito comprou umas garrafas de ‘pinga’, engordou uns frangos – e promove, com o auxílio dos vizinhos, que jamais se recusam – o tradicional ‘*picherão*’. E então a roçada faz-se num dia, pelo número elevado de foiceiros que se reúnem. O caboclo ‘arranjado’, mais o filho do homem ou camarada, já está preparando o feijão do almoço, com torresmo e farinha de milho.¹³⁴

Consideramos significativa essa citação para compreender as divisões sociais entre os posseiros que recorriam aos trabalhos voluntários, dos que contratavam a mão de obra na exploração e cultivo das terras. O caboclo *arranjado* vem a ser o posseiro “forte” que contém condições financeiras ou de parceria, previamente definida antes mesmo de entrar na mata, para explorar a região sem uma relação direta e de auxílio dos vizinhos presentes nas

¹³² CANDIDO, A.; op. cit. p.48.

¹³³ Idem. p.47.

¹³⁴ COELHO JUNIOR. *Pelas Selvas e rios do Paraná*. Curitiba/SP/RJ, Editora Guaíra Limitada, 1946. p.150. (grifos meus).

proximidades da nova posse. O caboclo *pobre*, posseiro “fraco”, por outro lado, pretendendo se estabelecer na terra (de forma temporária ou permanente), solicitava o auxílio dos demais vizinhos que em condições econômicas semelhantes promoviam o *picherão*.

Vê-se que os valores não estavam mediados pelo dinheiro em espécie, já que ambos, o posseiro pobre e o “arranjado” (nesse caso, o *mais forte* e o *mais fraco*), não possuíam tais condições financeiras – a não ser alguns trocados para comprar a bebida. Mesmo quando a situação financeira era favorável para o pagamento de peões, os caboclos optavam em fazer o *puxirão* pelos interesses nas relações de vizinhança. Ou seja, tendo os parceiros disponíveis apenas recompensando-os da festa, efetivar a empreitada remunerada seria sinônimo de desperdício de dinheiro.

Apesar de a comida fornecida caracterizar o posseiro financeiramente, independente do tipo de nutrição ofertada, a dedicação dos parceiros não possuía distinção na execução do trabalho. Existiam peculiaridades que fixavam os interesses mais ativos na diversão do que na estrutura disponível.

Se, para alguns, havia muitas vantagens em se fazer *puxirão* (rendimento do serviço, economia, lazer em comunidade, etc.) isso não foi uma unanimidade, mesmo entre os caboclos. É o caso do relato de Ricarte que auxiliava os parceiros, mas não encomendava as atividades em sua posse:

Não! Eu fui em *puxirão* assim, mas nunca gostei. Quando um vizinho gostava de fazer *puxirão* daí nós se reunia com a turma lá e fazia as roças pro cara lá. Fazia num instantinho, até meio dia. Aí ia almoçar e beber pinga, festa e baile de noite. Quem fazia o *puxirão* dava a comida pros roçadores e tinha que fazer o baile.¹³⁵

Izoaldo, de modo semelhante também comenta: “Eu não fiz, mas fui em muitos *puxirão*!”¹³⁶ Apesar de não chamarem os vizinhos para socorrerem em suas necessidades, ambos afirmaram que haviam participado tanto nas roças quanto nas festividades, contentando-se com a comida e o lazer que integrava as pessoas residentes no meio rural. Para além dos interesses restritos as produções econômicas, compartilhavam de outros sentidos de mobilização de grupo intermediados pela cultura.

Finalizado o serviço na roça as famílias voltavam para as suas casas para se prontarem para a festa. Os mais próximos iam a pé ou a cavalo pelos carreiros e atalhos, e os mais distantes de caminhão (quando vinham em caravana pelas estradas improvisadas). No

¹³⁵ Ricarte Guerreiro de Paula. Ver entrevista citada.

¹³⁶ Izoaldo Paulino da Silva. Ver entrevista citada.

momento em que a família já estivesse preparada retornavam à casa do posseiro, para então dar prosseguimento ao festejo do *puxirão*.

Segundo Gentil, quando indagado se as pessoas tomavam banho e trocavam de roupas na casa do posseiro favorecido com o *puxirão* recorda que: “Não! Ia cada um pra sua casa, por que era um grupo! Não é que nem aqui agora, daqui você vai lá. Era no Pinhalito! Era no bairro inteiro!”¹³⁷ A fala denota que os vizinhos mantinham uma certa proximidade entre si que tornava possíveis as idas e vindas entre os lares.

As singularidades dos trabalhos associados às festas, apresentadas pelos que rememoram os momentos vividos no passado, são relevantes na medida em que despontam as marcas da memória sobre um determinado contexto. Apesar da não existência das práticas dos *puxirões* no presente, nos mesmos moldes vividos no passado, rememorar consiste também numa forma de permanência.

Após meio-dia de trabalho ou uma jornada integral os caboclos davam sequência na segunda parte do *puxirão*, a recompensa com festa em comemoração pelo serviço realizado. Assunto do próximo capítulo, que trata das minuciosidades dos ritos das/nas festas.

¹³⁷ Gentil Moraes da Cruz. Ver entrevista citada.

3 AS FESTAS DO *PUXIRÃO*: ENTRE VERSOS E DANÇAS, RELIGIOSIDADES E SURPRESAS

Neste capítulo as atenções serão focadas nos rituais de comemoração dos sujeitos históricos participantes dos puxirões, desde a chegada à casa do parceiro até o encerramento do baile no dia seguinte.

Nas observações sobre a festa agregaremos às comemorações os elementos que se fizeram presente no contexto da realização do *puxirão*: as estruturas das residências e espaços para recepção dos convidados; os sistemas criados nos grupos para as permissões de *não trabalhadores* nas comemorações, tais como as restrições na interação; as brincadeiras e as regras sociais estipuladas visando à ausência de conflitos durante a noite; a relação das festas com a religiosidade popular; as músicas, os músicos, os versos e as danças que concediam permissões entre os gêneros, porém, sob códigos de conduta do *respeito*; as exceções do *puxirão* na declaração das *surpresas*; a culinária que diferia dos alimentos consumidos na roça; os perigos da madrugada fazendo com que as famílias esperassem o dia clarear; e as despedidas da casa do vizinho programando ajudar outro posseiro na próxima semana.

As minúcias são abordadas em conformidade com a metodologia empregada por Ginzburg ao tratar do *paradigma do saber indiciário*. A partir dos detalhes, do infinitesimal, relatados pelas pessoas entrevistadas é que descrevemos, ao mesmo tempo em que analisamos, como procediam as comemorações do *puxirão*. Os saberes transmitidos pelos entrevistados, segundo as observações que fazem no presente sobre as ações realizadas no passado, estreitaram os laços entre investigador/sujeito. Essa relação caminha tanto pela explanação dos acontecimentos da época, no sentido de se fazer conhecer o que os sujeitos praticavam no passado, quanto pelas possibilidades do investigador adentrar criticamente em assuntos pouco desenvolvidos, ou desenvolvidos superficialmente, na literatura acadêmica: as festas dos caboclos da região Oeste do Paraná.

3.1 A recepção: as casas e os balaios de armas

Após o retorno à casa do posseiro, favorecido com o *puxirão*, as pessoas chegavam para a festa e eram recepcionadas na residência da família, geralmente numa casa com estrutura de madeira e de chão batido. Para Erotides:

Aquela casa que nós dançávamos o baile, casão grande, mas de chão batido assim! O senhor entende o que é chão batido!?, Só de chão, preparava o chão bem preparadinho, barreava bem barreadinho, ali nós dançávamos o xote, vanera. (...) No outro dia era só o pó!¹³⁸

As casas dos caboclos eram constituídas de um cômodo extenso (a sala) que, nos puxirões, comportava os convidados ao baile. Baldina lembra que: “Na casa sempre fazia uma sala grande assim, sempre tinha, uma casa boa assim, casa de chão. (...) mas era ali o baile.”¹³⁹

Como o posseiro que contratou o serviço ficava com a responsabilidade de organizar e fornecer a diversão, as festas eram realizadas na sua residência. O casal Alceu e Olindina destacam que os bailes aconteciam:

Alceu: Na casa do proprietário (...) Do proprietário da roça. (...) na época os caras que faziam festa, e tudo, nas casas deles!
Olindina: Todas casonas grandes!
Alceu: E tinha espaço e tudo!¹⁴⁰

Essa questão espacial do lar também está pautada pelo número de integrantes da família residente (geralmente de 9 a 11 pessoas), carecendo de um tamanho considerável para abrigar os seus. Mas, em muitas ocasiões, a festa aglomerava centenas de pessoas num mesmo espaço. Para atender o número de pessoas Moisés, do distrito Planaltina, apresenta também outra mobilização quando a estrutura do baile não comportava o número de participantes nas festas do *puxirão*: “(...) eles faziam assim, colocavam aquelas lonas, faziam um barraco na frente da casinha (...)”¹⁴¹

Em Pinhalito, quando o espaço da residência era insuficiente, as festas aconteciam numa estrutura edificada em madeira utilizada para reuniões comunitárias. Izoaldo relata que: “Nós dançávamos no grupo! Na casa dele (compadre) não dava, era pequeno.”¹⁴²

Já que os integrantes trabalhavam durante o dia em troca da festa, chegando à casa do posseiro, adentravam no baile sem precisar levar qualquer tipo de alimento ou dinheiro. Os

¹³⁸ Erotides Rodrigues das Neves. Ver entrevista citada.

¹³⁹ Baldina do Amaral das Neves. Ver entrevista citada.

¹⁴⁰ Alceu Rodrigues da Cunha e Olindina Rodrigues da Cunha. Ver entrevista citada.

¹⁴¹ Moisés Ferreira Campos. Ver entrevista citada.

¹⁴² Izoaldo Paulino da Silva. Ver entrevista citada.

que apareciam sem “convite” precisavam efetuar o pagamento, como nos informa Olindina e Alceu no relato a seguir:

Olindina: (...) Tinha aqueles baile de pixirão, que trabalhava de graça, roçavam de graça, e daí dançava e comia. (...) Oferecia o almoço e o baile né?! E a turma ia trabalhar de graça...

Alceu: E os que não trabalhavam daí tinha que pagar entrada, o ingresso.¹⁴³

Se observarmos melhor, podemos notar algumas contradições no discurso de gratuidade. Se os que não trabalhavam, por vontade própria ou por que não foram convidados, teriam que efetuar um pagamento, significa dizer que o baile era a recompensa para os que atuaram no roçado. Se, por um lado, existia o auxílio, por outro, estava presente na mesma organização os interesses em confraternizar. Ou seja, se a festa fosse realizada para todos, independente se trabalharam ou não, aí sim poderia se concretizar numa ação gratuita. Nesse caso, apontamos para a reciprocidade (ceder mão de obra para receber mão de obra em outro momento) ao invés de simplificar como uma organização para *trabalhar de graça*.

De uma forma ou de outra, dinheiro ou trabalho, pagava-se para estar presente nas comemorações. Por outro lado, os que trabalhavam tinham certas “liberdades” de interação que eram restritas aos pagantes. Essa *regra social* denota uma clara intenção de sobrevalorizar quem trabalhou no *puxirão*. Essa foi uma tática criada pelo grupo para motivar a participação de todos nas roças, já que não tinha custo com valor monetário e não padeciam de limitações na participação das brincadeiras. A celebração comemorava o sucesso do trabalho.

Como o baile era dedicado a aqueles que trabalharam, as pessoas que não estiveram ajudando na abertura da posse não eram consideradas convidadas. Porém, a participação sem convite era autorizada mediante o pagamento do seu ingresso na festa. Alceu relata sobre a sua presença como pagante e o valor cobrado no *puxirão* que frequentava: “(...) Eu participava da festa, mas pagando. (...) os cabras que não trabalhavam, entrava no baile, só que pagava. Naquele tempo era um cruzeiro.”¹⁴⁴

Além do pagamento, os participantes que ingressaram somente no baile tinham que seguir as regras estipuladas pelos demais participantes que trabalharam o dia. Havia restrições para quem não se enquadrasse de todo (trabalhar e festar) nas regras sociais estabelecidas. No relato a seguir, Baldina concede outros indicativos das restrições para os que não eram integralmente pertencentes ao *puxirão*:

E aquele tempo tinha mais *respeito* assim. Fazia um *divertimento* desses, se vinha *alguém lá de fora*, algum rapaz gostasse de vim aparecer ali, mas a

¹⁴³ Alceu Rodrigues da Cunha e Olindina Rodrigues da Cunha. Ver entrevista citada.

¹⁴⁴ Idem.

turma judiava, brincadeira e quase não deixavam nem dançar, por que não tinha *direito* de dançar. Por que era feito o *puxirão*, todos trabalhavam pra ganhar o baile, no sábado. Daí aqueles que vinham, assim, de fora, sem convite ele podia comer, beber, ficar ali, mas não dançar! Por que não podia tomar o lugar dos outros que trabalhavam. Era assim!¹⁴⁵

Pautado na criação da regra do *respeito*, percebemos a preocupação do grupo em agir com precaução com *alguém lá de fora*. Utilizando-se do bom humor no *divertimento* elaboravam estratégias para impedi-los de interagir com as outras pessoas, retirando o *direito* de dançar. Em relação à pessoa que veio “sem convite”, poucos parâmetros poderiam ser observados de imediato, já que não passou pelo crivo observador dos homens durante o roçado. Para que ele conquistasse um lugar entre os outros que trabalhavam, seja na festa, seja no grupo, seja até mesmo em possíveis relacionamentos futuros, precisava se subjugar aos costumes para ser aceito pela maioria.

Assim, para os demais poderem participar da festa seria como uma espécie de favor, mesmo com a contrapartida do pagamento, devendo comportar-se de forma adequada ao grupo. Abrindo mão da interação entre os gêneros através da dança, tinham como objetivo angariar o consentimento da coletividade. Dessa forma, impedir o novato de dançar era uma forma de motivar para que o mesmo atuasse com trabalho nos próximos puxirões para ser conhecido pelos demais, se integrando de todo no grupo.

Como os “penetras” pagantes não podiam dançar e participar das brincadeiras, só restava aos pseudointegrantes observar e degustar a culinária da festa. Essa questão é significativa também por estar associada com as migrações e a assimilação dos recém-chegados nas relações de grupo, e da incorporação no meio social.

Embora os novos vizinhos fossem ainda desconhecidos aos moradores da região, o *puxirão* era uma forma das famílias já estabelecidas de integrar os novatos numa coesão de identidade. Isso reflete também quando Baldina enfatiza que: “Não dava briga, não dava nada, era só brincadeira bonita.”¹⁴⁶ Pois o interesse dos integrantes, geralmente em família, consistia em consolidar, manter e perpetuar a *brincadeira bonita* para que fosse realizada novamente em outra ocasião. Caso contrário, poderia comprometer a unidade que se mobilizava na integração de um sistema de reciprocidade.

As festas do *puxirão* poderiam ou não estar diretamente relacionadas com as atividades religiosas da população rural. Olindina menciona que, num primeiro momento o lazer voltava-se para as festas religiosas: “(...) O seu Juca mesmo comandava, aqueles

¹⁴⁵ Baldina do Amaral das Neves. Ver entrevista citada.

¹⁴⁶ Idem.

palhaços, aquelas brincadeiras. Tinha sim. Festa de São Sebastião, que é o padroeiro. Que é o pai dele (esposo) que comandava.”¹⁴⁷ Em Catanduvas, o nome de estabelecimentos comerciais também remete à devoção popular: “(...) São Sebastião era um armazém. Ali nós tínhamos tudo. Secos e molhados, e miudezas.”¹⁴⁸

As festas em homenagem a São Sebastião, comemoradas no dia 20 de janeiro de cada ano, são celebrações que ocorrem por todo o Brasil, principalmente entre as populações de descendentes de indígenas e portugueses, desde o período colonial. Fora do circuito do catolicismo oficial os festejos em honra a esse santo são marcados pelos cantos em forma de orações, bailes com músicas regionais, almoços beneficentes com leilões de doações, missas e procissões que se iniciam nas praças dos povoados e que passam de casa em casa dos devotos. Josefa Antoniack Oliveira, mais conhecida por Dona Juta, nascida em 16 de fevereiro de 1916, natural de Guarapuava/Pr, nos conta do início das festas para São Sebastião na região do distrito Bela Vista, em Guaraniaçu:

(...) São Sebastião também! Tinha um homem, Sebastião Camargo, que ele festejava assim no interior onde ele morava o dia de São Sebastião. Aí ele mudou-se aqui, continuou. E o meu velho também era, o pai dele falou que era pra ele festejar São Sebastião, combinaram, faziam juntos, fazia a festa, leilão pra ajudar a comprar o que precisava pra festa. E até agora tem.¹⁴⁹

O vínculo dos nomes das crianças também estava relacionado com a devoção ao santo(a) padroeiro(a) ou à entidade escolhida pelos pais como divindade protetora do(a) filho(a), como é o caso da observação de Josefa sobre Sebastião Camargo. Ocorria, com frequência, a herança cultural transmitida de pai para filho sobre qual santo deveria ser festejado, seja por uma graça (milagre) alcançada ou pelo sentimento de identidade que motivava eleger um e outro santo para os descendentes sustentarem a crença. Glorinha relata outros detalhes das festas, louvores e procissões que ocorriam no distrito Pinhalito entre os praticantes do *puxirão*:

E tinha muitas festas em louvores a santos. Até tem aqui o seu Manoel Mendes, que era compadre do meu pai, que morava lá em Pinhalito, próximo ali da serraria Tonete, que ele cultuava muito o São Sebastião. Então, sempre no dia de São Sebastião (...) ele sempre matava duas, três vacas. Naquele tempo falavam réis. E faziam a reunião de todos os vizinhos. Tudo gratuitamente! Faziam essas chamadas procissões e até a gente que era criança tinha que levar uma vela na mão. Tinha que levar um santo. Às vezes, nem que tivesse queimando aquela cera de vela você não podia largar, porque era uma questão de honrar ao santo. (...) o pessoal enterrava o

¹⁴⁷ Olindina Rodrigues da Cunha. Ver entrevista citada.

¹⁴⁸ Alceu Rodrigues da Cunha. Ver entrevista citada.

¹⁴⁹ Entrevista de Josefa Antoniack Oliveira (Dona Juta), concedida no distrito Bela Vista, Guaraniaçu/PR, em 02 de dezembro de 2008. Fonte: CEPEDAL.

mastro, com uma bandeira pra São Sebastião, uma bandeira pro Divino Espírito Santo, uma bandeira pra..., com outro significado. Eu lembro que, assim, pedaços de cedro, cedro que diz que era a madeira santa, aí o cedro brotava novamente, se refazia, aquele pedaço de madeira, assim, o caule, inteirinho, fazia assim, uma cruz. Se enterrava, daí no outro ano, é que fazia outro mastro, no outro lugar, nessas festas... (...) As pessoas diziam que o cedro era uma madeira santa, eles sempre usavam para fazer cruces na frente das casas. Porque era comum você chegar numa casa e ter uma cruz de cedro na frente.¹⁵⁰

As práticas da chamada Cruz de Cedro agregam elementos simbólicos na religiosidade do catolicismo popular de matriz cabocla utilizadas em romarias que relacionavam a oração com a natureza. Concediam à árvore que brotava como a ressurreição da cruz, a partir da terra. A antropóloga Tânia Welter, na sua tese sobre o profeta João Maria, um dos monges do período dos conflitos pelo Território do Contestado 1912-1916 entre o Estado do Paraná e de Santa Catarina, menciona na cruz de cedro que:

(...) os Cafuzos plantavam cruces de cedro em frente às casas, na entrada do território ocupado pela comunidade e no cemitério. Eles explicavam que a cruz era de João Maria e que, quando ela brotava e transformava-se em árvore, significava que este tinha abençoado a casa e seus moradores.¹⁵¹

Além das comemorações a São Sebastião, Josefa menciona as festas do Sagrado Coração de Jesus: “(...) Fazia a do Padroeiro e a do Sagrado Coração de Jesus. Então, sempre no mês de maio era festa (...)”.¹⁵²

O que chama atenção nos tais festejos é a época do ano em que são realizados. Tal como no calendário agrícola, visto no capítulo anterior, as referidas festas são mais intensas nos primeiros meses do ano. Eram momentos de colheitas seguidas de trabalho diário menos intenso na posse, possibilitando a disponibilidade de tempo para festejar nas casas dos vizinhos ou nos grupos das comunidades rurais. Tais atividades não eram de exclusividade do *puxirão* do Paraná, as festas juninas e julinas de origem caipira exemplificam as ações festivas em meados do ano.

Apesar das festas estarem vinculadas com os preceitos religiosos, essa relação não é sinônimo da existência de uma completa harmonia e confiabilidade na prática integral da moral cristã por todos os participantes. Nos bailes do *puxirão* vale destacar as medidas de segurança que tinha em vista prezar pela integridade física dos integrantes.

¹⁵⁰ Glorinha Rodrigues da Cruz. Ver entrevista citada.

¹⁵¹ WELTER, T. *O profeta São João Maria continua encantando no meio do povo*: Um estudo sobre os discursos contemporâneos a respeito de João Maria em Santa Catarina. Tese (Doutorado em Antropologia), Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina: Florianópolis, 2007. p.15.

¹⁵² Josefa Antoniack Oliveira. Ver entrevista citada.

Na entrada do baile era solicitado que todos, indistintamente, abrissem mão das armas (revolver, espingarda, facas, facões, etc.) durante a festa. Nessa época era frequente as pessoas andarem armadas com objetivos de caça ou de proteção pessoal – seja para se defender de animais, seja para se defender inimigos, tais como jagunços. Glorinha pondera observações a esse respeito, caracterizando a representatividade para o gênero masculino da utilização das armas de fogo:

E naquele tempo todo mundo vivia armado, devido até a própria situação aqui, era comum a pessoa terem duas, três armas, dentro de casa. E o meu pai sempre andou armado, sempre, sempre. E até hoje ele tem registro de armas, porque para ele o homem que não tivesse um revolver, não se considerava homem. Mas só que também eles tinham assim, uma consciência muito boa, em nível de armas, porque eu lembro que meu pai foi delegado aqui na década de [mil e novecentos e] setenta (...) ¹⁵³

A fala de Glorinha é significativa pela presença de motivos existentes para que os posseiros precisassem portar armas. O fato dos homens possuírem armas está diretamente ligado à proteção que o chefe de família (provedor) deveria assegurar à prole. Trazendo para sua particularidade, Glorinha destaca o seu pai (Gentil) como autoridade policial (delegado) nas festas do *puxirão*. Alceu destaca a seguir as funções atribuídas ao segurança e que estavam representadas também nas festas particulares:

(...) E tem uma, num dava atrito com ninguém. No início lá do baile, o inspetor, porque era o xerife da cidade, geralmente aqui no interior no tempo do epa, o xerife da cidade, era promotor, juiz, advogado, tudo. Fazia, soltava, prendia. [No tempo] do “epa”, do antigamente. ¹⁵⁴

Apesar dos relatos mencionando a ausência de conflitos, a eminência de perigo não estava descartada. A necessidade da festa ter presente um responsável pela segurança, tal situação merece destaque. Caso contrário, não haveria motivos para a presença policial. Como a maioria dos homens estavam armados, a existência de conflitos nas festas poderia ter desfechos trágicos.

Assim, os participantes, sob a vigilância dos que *fazia, soltava, prendia*, se continham para evitar as situações extremas. A constante utilização de armas de fogo entre a população do interior do Paraná e o risco que implicava no lazer exigia que fossem estabelecidas regras com o objetivo de minimizar possíveis conflitos.

Na entrada do baile os participantes eram abordados pelo posseiro que estava ofertando a festa; ou pelo *inspetor de quarteirão*, como era chamada a liderança policial

¹⁵³ Glorinha Rodrigues da Cruz. Ver entrevista citada.

¹⁵⁴ Alceu Rodrigues da Cunha. Ver entrevista citada.

autorizada pelo Estado para cuidar da segurança da região; ou por alguma pessoa designada pelo grupo para exercer a função de supervisionar a diversão, com o propósito de evitar conflitos. Para conter a utilização de armas nas festas era empregada uma estratégia bem peculiar. Várias entrevistas fazem referência ao assunto, como podemos ver a seguir:

Izoaldo: (...) O homem, dono da casa assim, tinha o tal baile, ele saía com um balaio, pedia pra guardar, enchia o balaio rapaz, de revolver, faca... (...) Ele pedia, quem quisesse entregar, que entregasse que ele guardava. Mas dá balaiada. Você conhece balaio? Balaiada rapaz, de revolver e faca. (...) Depois, quando iam embora ia pegando (as armas). Cada um conhecia o seu.¹⁵⁵

Glorinha: “(...) e eu lembro assim, vagamente, quando criança, que meu pai ficou com um balaio na porta, e todas as pessoas tiraram a arma, botaram dentro daquele, colocaram dentro daquele balaio (...)”¹⁵⁶

Alceu: Quando iniciava o baile ele (inspetor) pedia as armas. Era comum você usar esse tipo de revolver. Daí a gente lá no baile, quando começava o baile, o inspetor pedia quem tivesse faca ou revolver que tinha que entregar. Que na hora de sair... Ele colocava fora de brincadeira, num balaio. Você conhece balaio?! Sim?! (...) Nós dançávamos por lá e quando terminava pegava de volta.¹⁵⁷

Na literatura acadêmica sobre a história de regiões próximas (Sudoeste do Paraná e Norte de Santa Catarina) também constam a função dos cestos de taquara para a guarda das armas. O historiador Ruy Christovam Wachowicz escreve que: “Nos bailes em casas particulares, dava menos briga porque nelas havia alguém que recebia e guardava os revólveres. Era comum nesses bailes encherem dois, três balaios de pistolas.”¹⁵⁸

Marcio Antônio Both da Silva, na dissertação em História sobre os caboclos do Estado do Rio Grande do Sul da segunda metade do século XIX, mencionando sobre os processos crimes apresenta um documento que relata uma situação de acidente com arma de fogo em uma das festas de fandango. O acidente foi ocasionado durante a resposta a uma salva de tiros para comemorar a recepção dos convidados. O disparo foi efetuado pelo proprietário da residência onde seria realizada a festa do fandango. O tiro acabou por acertar um dos vizinhos que tinha chegado alguns minutos antes e estava fixando, com o auxílio de um machado, uma estaca para prender o cavalo.¹⁵⁹ Sua reflexão é pertinente quando cita que:

¹⁵⁵ Izoaldo Paulino da Silva. Ver entrevista citada.

¹⁵⁶ Glorinha Rodrigues da Cruz. Ver entrevista citada.

¹⁵⁷ Alceu Rodrigues da Cunha. Ver entrevista citada.

¹⁵⁸ WACHOWICZ, R. C. *Paraná, Sudoeste: ocupação e colonização*. 2ª ed., Curitiba: Ed. Vicentina, 1987. p.89.

¹⁵⁹ Neste dia chegando ele ainda mui cedo não encontrou o réu (Antônio Rodrigues) que com outras pessoas se achava ocupado em revista na companhia do capitão Manoel Rodrigues Dias e então muito depois ele testemunha viu o réu chegar com o falecido conversando em boa harmonia e apeando-se ambos o falecido pediu

As formas de sociabilidade comuns ao mundo do camponês-caboclo quando não controladas podiam provocar desacertos. Da mesma forma é passível perceber um certo “fascínio” pela arma, ou pelo poder que ela poderia representar. (...) o que mostra uma certa liberdade para que a violência aparecesse na vida diária do lavrador nacional. A falta de um controle que regulasse algumas situações e que estavam submersos os caboclos certamente era raiz de alguns comportamentos que definiam o próprio modo de vida dos mesmos.¹⁶⁰

Apesar dos relatos não mencionarem incidentes com armas durante o *puxirão*, o controle de quem entrava armado remete a eminência do conflito. Adotando o balaio de armas, este serviria como uma forma de prevenção contra os desfechos trágicos caso ocorresse alguma desavença, ou até mesmo por acidente. Dessa forma que faziam o uso de leis regulamentadas pelos acordos sociais do grupo, considerando as possibilidades de acontecimentos indesejáveis e que poderiam comprometer a unidade cabocla.

3.2 A música e a dança: interações, brincadeiras e regras sociais

Após serem revistados, adentravam na festa sonorizada com as músicas ao vivo. Erotides destaca que era tocado o gênero musical que permitia dançar a dois: “(...) ali nós dançávamos o *xote* e a *vanera*. No outro dia era só o pó!”¹⁶¹ Aos ritmos de origem europeia, quando trazidos para o Brasil, foram acrescentadas características distintas de região para região. O estilo musical *xote* é praticado tanto na cultura nordestina quanto na sulista. Notamos a presença da *vaneira*, a partir dos tradicionalistas da cultura gaúcha e pesquisadores em danças tradicionais Barbosa Lessa e Paixão Cortes, na definição do ritmo *vaneirão*:

O vaneirão surgiu da dança habaneira, esta originária dos negros de Cuba, que veio para o Brasil e passou a ser chamada de havaneira, depois de vaneira e por último vaneirão, nas suas origens era mais lenta e no vaneirão ficou mais rápida.¹⁶²

soga, estaca e machado ao mesmo tempo réu e este dando-os observou que era melhor por seu cavalo na soga noutra lugar que não ao pé da casa que havendo outras estacas podia culear o cavalo, o falecido foi junto com o réu ver melhor lugar e esse voltando a casa e sendo já mais noite que dia viu aproximar-se os outros convidados que salvaram com tiros de pistola, o réu disse que ia responder a esta (...), então lançou mão de sua pistola e saindo porta onde se achava ele testemunha, achando-se um cavaleiro atravessado (ilegível) o réu estendeu o braço para um dos lados da casa e disparou fogo e logo viu o falecido largar o machado com que batia a estaca e cair. Fonte: Cruz Alta, *processo crime 1867 a 1871*. Porto Alegre: APRGS. Processo no 1853, maço 46, 1871. Documento citado por: SILVA, Marcio Antônio Both da. *Por uma lógica camponesa: Caboclos e imigrantes na formação do agro do planalto rio-grandense – 1850-1900*. Dissertação (Mestrado em História) Departamento de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Porto Alegre/RS, 2004. p.105.

¹⁶⁰ Idem. p.106.

¹⁶¹ Erotides Rodrigues das Neves. Ver entrevista citada.

¹⁶² LESSA, B. & CÔRTEZ, J. C. P. *Danças e Andanças da Tradição Gaúcha*. Porto Alegre, Ed. Garatuja, 1975.

Na fala seguinte Erotides prossegue recordando como era a animação do baile do *puxirão*:

O primeiro que entrou aqui foi um com um *violão*. Tocava violão! Depois entrou um camarada aí com uma *gaita de oito baixos*. Aí animou a comunidade. Começou a dar um *puxirão*, que se reunia o *puxirão* pra fazer roça uns pros outros, se ajudarem, aí dava os bailes e brincadeiras, mas com tudo parelho, não tinha!¹⁶³

Geralmente os músicos não eram pessoas contratadas e sim alguns vizinhos que além de possuírem algum instrumento e conhecimento musical, mesmo que fosse básico e suficiente para animar a festa, também trabalhavam no *puxirão*. Além dos instrumentos musicais citados por Erotides, Gentil relata outros que caracterizavam o entretenimento sonoro que complementava a diversão:

Tocava a *viola* numa mão, violão, cantava! (...) Violão, viola, gaita. Era muito pouca gaita naquele tempo, não tinha. (...) E tinha a tal de *rabeca*! Conhece rabeca? (...) Rabeca também era muito famosa nesse tempo! (...) É um instrumento, tipo violão! (...) As músicas era as que soubessem! (...) Era, quem sabia, lá de vez em quando, que alguém sabia. Se alguém soubesse tocar uma viola chegava e tocava, não era contratado! Não ganhava nada!¹⁶⁴

Tanto o violão, quanto a gaita de oito baixos, a viola e a rabeca são instrumentos provenientes da Europa. A viola recebeu diferentes características tanto na sua forma (designer), quanto na utilização. No Brasil destaca-se a viola caipira. A gaita de oito baixos é um instrumento musical característico de imigrantes europeus e que se popularizou, principalmente, na região nordeste e no sul do território nacional.

O violão e a rabeca foram adotados e adaptados culturalmente por alguns grupos indígenas guarani. Atualmente, ainda podem ser observados entre os integrantes da etnia Mbyá. O historiador Protasio Paulo Langer, com base em dados etnográficos e históricos sobre os instrumentos musicais de procedência missioneira, investigou os violinistas Kaiowá/Guarani, na região do atual Mato Grosso do Sul. Esse autor destaca que:

Entre os guaraniólogos é de conhecimento geral a relação que a etnia Mbyá Guarani (etnia guarani-falante distribuída ao longo de oito Estados do litoral brasileiro, da Argentina e do Paraguai) estabelece com dois instrumentos musicais que remontam ao período jesuítico/guarani: o *rave* (*ravé*), corruptela hispânica de *rabel* (rabeca, violino), e o *mbaraka* (*mbaraká*), neste caso, um violão de cinco cordas. (...) Talvez pelo caráter inusitado e original de “mestiçagem musical”, pelo processo de apropriação, recriação e

¹⁶³ Idem.

¹⁶⁴ Gentil Moraes da Cruz. Ver entrevista citada. Rabeca: Antiga denominação do violino. Fonte: ROCHA, R. Op., cit. p.514.

inserção desses instrumentos ao universo cosmológico e ritualístico, o *rave* (violino) e o *mbaraka* (violão) são imediatamente associados à etnia Mbyá.¹⁶⁵

A rabeca trata-se de um instrumento que foi introduzido pelos missionários jesuítas entre os povos guarani catequizados. Com o fim das missões jesuíticas, a rabeca sobreviveu tanto entre grupos sociais remanescentes, que ao longo dos anos se acaboclam (caboclos, caiçaras, etc.), quanto entre os grupos indígenas que tiveram contato com as missões, mas mantiveram sua identidade étnica: é o caso dos Mbya Guarani e dos Nhandeva.

Sabendo que cultura cabocla é originada da relação entre integrantes de grupos de guaranis falantes com os europeus, a utilização da *rabeca* na animação das festas dos antigos posseiros no Oeste do Estado do Paraná evidencia também os relacionamentos culturais. Os posseiros provieram, na maioria, da região Sul e Sudoeste do Paraná e Norte de Santa Catarina. No passado essas regiões foram habitadas temporariamente por indígenas que pertenciam ao tronco linguístico guarani e possuíam características nômades e seminômades.¹⁶⁶ Esses Guaranis também se utilizavam da rabeca nas manifestações artístico-cultural e de identidade musical. Marcadas posteriormente pela presença dos caboclos nas disputas territoriais do Contestado entre 1912 a 1916, esses últimos migraram para o Oeste do Paraná carregando consigo os elementos da cultura que compartilhavam – entre eles a música e seus instrumentos.

Anterior ao surgimento do acordeom na região, a rabeca reflete essa relação cultural, agregando outros elementos as práticas e representações. Izoaldo faz menção para as músicas que dessem conta da animação:

A música era aquela... aqui tinha, tinha e tem até os dias de hoje, gaiteiro assim, violeiro, aqui da região mesmo. Tocavam bem. (...) Ah, dava pra dançar. Tinha uns gaiteiros que tocavam bem, outros que tocavam menos, mas, é a mesma coisa.¹⁶⁷

¹⁶⁵ LANGER, P. P. Violinistas Kaiowá/Guarani: dados etnográficos e históricos sobre os violinos de procedência missioneira no atual Mato Grosso do Sul. In: _____; CHAMORRO, G. *Missões, Militância Indigenista e Protagonismo Indígena*. XIII Jornadas Internacionais sobre as Missões Jesuíticas, Volume II. São Bernardo do Campo: Nhanduti Editora, 2012. p.317.

¹⁶⁶ Segundo a página do Museu Paranaense: “Antes da colonização europeia e da consequente perda de parte de seus territórios, os Guarani distribuíam-se desde do litoral estendendo-se às florestas subtropicais do planalto, até o rio Paraná a oeste. Estabeleciam suas aldeias geralmente em regiões de floresta tropical, fazendo clareiras na mata, usando as áreas próximas para caça, coleta e agricultura. Permaneciam no mesmo local, entre cinco a seis anos, até esgotarem os recursos naturais, sendo que depois do solo descansar e a fauna se recompor, retornavam aquela área.” Fonte: Museu Paranaense: Povos Indígenas do Paraná: <http://www.museuparanaense.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=68> Consultado dia 01/04/2014.

¹⁶⁷ Izoaldo Paulino da Silva. Ver entrevista citada.

A fala de Izoaldo, apesar de relacionar as músicas tocadas na época com as músicas tocadas na atualidade e considerar igualmente os músicos que tocavam bem e os que tocavam menos, remete à reflexão de que a prioridade concentrava-se mais na dança e interação do que numa crítica musical. Nos bailes, como todos já se conheceram durante o dia, confraternizavam e se relacionavam ao ponto de se permitirem a ações e brincadeiras veladas pelos caboclos no cotidiano ou que poderiam desencadear em conflitos e estranhamentos se praticados fora do contexto da festa. Erotides destaca as interações sociais entre os integrantes da comunidade:

As mulheres criticavam, as mulheres casadas, de não ir convidar elas por causa que era novo, era jovem, era muito orgulhoso e não sei o que. Era assim a *brincadeira*, assim. Isso aí é que nem que... era parelho, não tinha distinção de *cor* nem nada, tudo com *respeito*! Agora se caísse fora do respeito, aí *ninguém aceitava*!¹⁶⁸

Assim, as relações de grupo são determinadas por limites e concessões que dão as características ao mesmo. O relato complementa com as configurações que imprimem a forma como as pessoas deveriam portar-se para permanecerem no *puxirão*. Quando Erotides cita que *as mulheres criticavam* os jovens tem-se aí a autorização de que os rapazes poderiam interagir com as mulheres através da dança, mesmo elas sendo compromissadas, pois entende a dança com uma *brincadeira*.

A regra estabelecida para esse momento é o que ele vem a chamar de *respeito*. Outras questões poderiam ser facilmente toleradas, como a *cor* (etnia). Porém, os que infringissem o limite do respeito poderiam ser descartados do *puxirão*, pois *ninguém aceitava*. Ou seja, assim com há permissões, como a de todos dançarem, independente de serem compromissados (as) ou não, por outro lado deve-se seguir o rigor de uma ética por eles determinada.

Entre uma música, uma dança e outra ocorriam também ações lúdicas em forma de versos de amor ou de sátira. Esses eram declamados ou cantados nos intervalos, quando os músicos descansavam. Os referidos versos, que denotam o gosto pela inspiração poética, eram dedicados a uma pessoa presente. Esses versos eram chamados de *ratoeira*, pois, a respostas da declamação (se a ratoeira pegou ou não) deveria surgir no intervalo seguinte, também na forma de rimas. Gentil relata sobre a utilização das declamações, trovas e canções durante o baile do *puxirão*:

E tinha a tal de... como é que eu digo... *ratoeira*! Sabe o que é isso? (...) Na dança, pegava o par e cuidava. Tinha que cantar um verso, aí a moça cantava outro pra *pagar* aquele verso e dançavam uma moda! (...) Trovado! Aí me lembro até de uma que saiu! Que a moça cantava primeiro pro namorado,

¹⁶⁸ Baldina do Amaral das Neves e Erotides Rodrigues das Neves. Ver entrevista citada.

disse: “Que olhos lindos teus, que todo mundo avista, parece um corvo com os olhos de carniça!” (risos) (...) Aí saía outro (...) do que vocês quisessem. Por exemplo, se você é o namorado, queria cantar um verso, cantava: “Menina bonita, quantos anos tem, tem quatorze anos, já namora bem! Me namora eu!” Era assim! E ele cantava!¹⁶⁹

Nessas competições tinham-se a possibilidade e a pretensão de destinar uma declaração a alguém e que cotidianamente não seria possível, pois poderia remeter a interpretações não toleradas. Seja para criticar ironicamente, seja para se aproximar de um (a) pretendente, cantar um verso consistia em emitir publicamente uma mensagem a uma pessoa em particular, expressando os anseios do declarante.

Um jovem manifestar a todos os presentes que uma menina de catorze anos era bonita namorava bem e, finalizando com o trecho *me namora eu*, era destinar à comunidade, principalmente a família da menina, os seus interesses. A resposta de quem foi provocada(o) poderia corresponder ou não as expectativas do primeiro(a), permitindo avançar ou recuar nas relações. Em um dos bailes do *puxirão* Erotides conta:

É assim que nós nos conhecemos. Com ela (Baldina) e com a família inteira. Que, a família dela morava aqui! (...) meu sogro falava assim, aquele tempo se falava o casamento. Tinha que *falar o casamento*. Se o rapaz e a moça combinavam pra se casar, aí ficavam assim: “É! Só que você fala com o pai, com a mãe, se dá um casamento ou não dá.” Então tinha que falar o casamento, ia falar o casamento. Pra mim ele não falou assim, mas, pra um primo meu ele falou: “Ah, tá muito bom!” Ele tinha uma calma assim pra conversar: “Tá muito bom!” Disse: “...minhas filhas se quiserem casar podem casar até com negro.” Sempre a raça negra foi excluída toda a vida, então tinha esse dizer: “Nem que seja com negro eu faço casar!”¹⁷⁰

Referente às relações conjugais, notamos com esse fragmento, que nessas festividades eram promovidos os encontros dos namorados, pedidos de casamento, etc. Na fala seguinte Erotides, fazendo um juízo de valores, relacionando as diferenças entre o passado e o presente afirma que: “Namoro não era que nem dizem hoje, muito diferente. Namoro a gente conversava com a moça lá quando tava no baile dançando!”¹⁷¹

À opinião de Erotides permite atribuir-se ao *puxirão* como um dos espaços permitidos com a função da aproximação entre os jovens para se conhecerem e serem conhecidos pelas famílias. Segundo o historiador Narcelio Inácio Debona. na dissertação *O caboclo de Palma Sola e arredores*:

“Devido às distâncias e à grande quantidade de pessoas (...) As interações se estendem além da questão religiosa. Essas atividades expressadas por esta

¹⁶⁹ Gentil Moraes da Cruz. Ver entrevista citada.

¹⁷⁰ Erotides Rodrigues das Neves. Ver entrevista citada.

¹⁷¹ Idem.

categoria demonstram as poucas diversões da jovem cabocla. (...) Os bailes eram a forma de lazer com maior expectativa durante a mocidade cabocla. No dia de puxirão ou na casa do aniversariante a juventude e pessoas em geral se reuniam para divertirem-se.¹⁷²

Com a preservação da honra da família e a *regra do respeito*, o baile do *puxirão* era o local concedido e aceito pelos pais e pela comunidade para o relacionamento entre os jovens. Já que as jovens (principalmente) estavam sob os olhares de todos os presentes, se relacionar no *puxirão* era prezar pela transparência das ações.

Os arranjos matrimoniais eram feitos com a participação do casal, mesmo que indiretamente, estabelecendo para os pais a possibilidade da união. Porém, essa seria apenas uma das etapas, até a consumação. *Falar o casamento* era o momento em que o jovem deveria expor suas intenções para a aprovação, ou não, do pai da pretendente. Deveria proceder com o pedido para o noivado mesmo quando se tinha evidente para as famílias, por meio de outras pessoas ou dos comportamentos no baile, a vontade do casal.

No caso da aceitação do pai de Baldina para o noivado, a aprovação não esteve mediada pelas características étnicas. Por outro lado, não minimiza a existência de preconceitos entre os próprios caboclos. Os critérios são distintos, pois, independente da etnia, se não correspondesse aos preceitos éticos das relações sociais e pertencimento da identidade daquele grupo, dificilmente o casamento seria concretizado.

Se, por um lado, a referência *mesmo que seja com negro eu faço casar*, apesar do tom superficialmente desfavorável do pai de Baldina aos preconceitos e distinções étnicas, por outro lado, evidencia um tipo ideal de pretendente para a filha. Mas, independente da sua condição física ou social, a questão da moral é a de que seja mediado, compactue e se sujeite às regras estabelecidas pelos posseiros do *puxirão*. Glorinha contribui com outros detalhes agregados aos namoros e casamentos:

(...) então o meu avô contava essas histórias. Contava história de umas moças solteiras, que não arrumavam casamento. Diz que elas iam nessas rezas e ficavam lá num canto. Às vezes até dormiam, porque o lugar de se arrumar um casamento era numa dessas rezas, ou era num desses bailes. Porque depois, os casamentos não eram mais *arranjados*, as moças eram que escolhiam. Já dessa época que eu lembro, dessas festas, mas eram feitas essas festas em sistema de mutirão.¹⁷³

¹⁷² DEBONA, N. I. *O caboclo de Palma Sola e arredores*: Depoimentos sobre as décadas de 1930 – 1960. Dissertação (Mestrado em História), Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná: Curitiba, 2010. p.90.

¹⁷³ Glorinha Rodrigues da Cruz. Ver entrevista citada.

A atividade religiosa da comunidade consistia também como mais uma das possibilidades do contato entre os jovens, com interesse em relacionamentos afetivos. Diferente de costumes tradicionais em algumas famílias de descendentes de europeus, de que os pais eram os que escolhiam os esposos para as filhas, (os chamados de casamentos *arranjados*), sob interesse de alianças e pautados nas condições econômicas, a fala de Glorinha demonstra outro viés.

Mesmo na temporalidade de duas gerações anterior a sua, das histórias do avô, entre os caboclos tinha-se a possibilidade da escolha dos pretendentes pelas moças, porém, dentro do grupo. Se a condição social não imperava, até mesmo pelo pressuposto de que a maioria era pobre e compartilhava de condições semelhantes (posseiros com o objetivo de *se colocarem* na terra), prevalecia a observação dos valores vinculados aos preceitos do trabalho, da participação coletiva e a da religião.

Apesar de apresentar certa liberdade, essa era limitada pela obediência dos filhos aos pais. Alceu relata sobre as restrições que sofria quando queria ir ao baile:

(...) porque fui saí da casa do meu pai, 23 (vinte e três), com 23 anos, e meu pai não deixava eu sair. Se, se eu pedisse, porque no tempo, no tempo do epa, o filho chegava pro pai e obedecia né: “Vou lá no baile lá no Adelaide!” “Não vai!” Não adiantava dizer que ia, porque não ia mesmo, ele não deixava. (...).¹⁷⁴

Mesmo um homem com a idade de vinte e três anos, que após os dezoito anos completos já seria considerado responsável pelos seus atos, ainda assim, deveria se subjugar à autoridade paterna. O que se quer frisar é que, diferente de algumas concepções (teóricas ou de senso comum) que promoveram estigmas ao caboclo e às populações residentes no interior como sujeitos perigosos, deslocados, que não se orientavam pela lei, entre outros imperativos, as memórias contribuem para evidenciar posicionamentos contrários, colocando em cheque as afirmações que favoreceram os discursos desenvolvimentistas na região.

3.3 Surpresas: das idas ao comércio às comemorações e culinárias improvisadas

Fazer o *puxirão* não consistia necessariamente em o posseiro “encomendar” o serviço. Ocorriam também ocasiões em que a empreitada era motivada pelas atitudes dos demais

¹⁷⁴ Alceu Rodrigues da Cunha. Ver entrevista citada.

quando percebiam a necessidade de mão de obra na lavoura do parceiro. Erotides cita outro costume associado ao trabalho/lazer:

“Vamos bater uma *surpresa!*” Que diziam: “Fulano lá não pode realizar a roça dele, vamos lá combinar!” E combinavam, sem ele saber, sem nada. Iam lá e batiam meia-noite lá e no outro dia iam fazer o roçado. Dão uns tiros de 38, de espingarda, assim.¹⁷⁵

As *surpresas* apontam para a rusticidade da festa que, mesmo a família estando desprevenida, a organização com base no improviso não minimizava o teor da interação. Os posseiros se satisfaziam com a música, dança, bebida e comida que estivesse disponível no momento – ou do alimento que, nesse caso, fosse levado pronto pelos participantes que tramavam a brincadeira. Nessas ocasiões a festa vinha antes do trabalho, invertendo a lógica da recompensa. Por se tratar de uma surpresa, não cabia a obrigação de o posseiro dar a festa, prevalecendo a confraternização arranjada. A seguir Erotides refere a uma situação particular da sua família permitindo compreender melhor sobre o funcionamento das *surpresas*:

Então, o do meu pai, pra uma roça eles bateram *três* surpresas no pai. O pai estava..., nós estávamos para endireitar a roça ainda. Naquele tempo eu ainda era solteiro e até vieram e falaram comigo, sem o pai saber: “Vamos bater uma surpresa no seu Moacymir! Endireitamos o resto da roçada lá e...” Tinha mais um resto pra roçar e um tanto pra derrubar “Que ele nem saiba! Viemos, pegamos ele aí um dia antes, depois vamos lá e...” “Tá!” Foi feito! (...) Então ele... “Pra bater uma surpresa nele agora pra planta!” (...) não tinha gente suficiente, aí inventaram, foram lá e plantaram o resto da roça. Na colheita foi a mesma coisa, foram lá e fizeram a surpresa pro meu pai, colher a roça.¹⁷⁶

O *puxirão* tradicional era realizado para abrir a posse na derrubada do mato ou para manutenção da terra já explorada, visando o período de plantio. No caso da família de Erotides as três surpresas seguidas (roçar, plantar, colher) era um acontecimento que fugia do convencional. As constantes organizações de festas caboclas refletem os interesses em manter ativo o lazer da população rural em momentos posteriores, quando a abertura de posses não representava mais como a prioridade. Buscava-se então, outras funções, a pretexto de trabalho, para a manutenção das festas.

Os vizinhos realizavam as surpresas também nos dias em que o posseiro estivesse ausente. Quando viajava para visitar algum familiar ou quando ia pra as vilas comercializar a produção de porcos, comprar, trocar artigos nas bodegas, etc., os parceiros trabalhavam e aguardavam o retorno com a festa preparada para receber o posseiro.

¹⁷⁵ Erotides Rodrigues das Neves. Ver entrevista citada.

¹⁷⁶ Idem.

Apesar de a nutrição cabocla estar basicamente composta de alimentos produzidos no campo – salvo algumas bebidas alcoólicas que de modo artesanal, a aguardente (pinga) e fermentados (vinho, licores, etc.), também eram possíveis de serem fabricados por caboclos no Oeste do Paraná nos alambiques particulares – vale ressaltar que o sal, fósforo, ferramentas, bebidas industrializadas, fármacos, munição e outros utensílios, que não eram produzidos na posse, mantinham os caboclos vinculados à sociedade mercantil. Para Candido:

O sal que simbolicamente tem representado o próprio timbre que define cada coisa foi na cultura caipira um dos fatores principais de sociabilidade intergrupar, levando os indivíduos e agrupamentos mais arredios a contactos periódicos com os centros de população.¹⁷⁷

A aquisição de artigos industriais descaracteriza a pobreza do trabalhador rural pautada na completa ausência de dinheiro ou na impossibilidade de adquirirem os produtos disponíveis para comercialização. Rompe-se também com a ideia de que os caboclos viviam no completo isolamento social, buscando o sustento apenas com o que a mata pudesse lhes proporcionar. Ao contrário, os mesmos buscavam formas alternativas para obterem os itens consumidos pela remuneração através do trabalho, nas trocas dos artigos por serviços e/ou por matéria-prima.

Essa intermediação sociedade de consumo x caboclo, por meio dos produtos, era realizada pelos estabelecimentos comerciais – bodegas, mercearias, e armazéns – chamados secos e molhados. Tais modalidades de comércio eram instaladas em pequenos centros urbanos ou pontos estratégicos das estradas que dão acesso ao sertão. Para Neli Maria Teleginski em *Bodegas e bodegueiros em Irati-PR na primeira metade do século XX*:

Estudar as bodegas, um tipo de comércio voltado ao abastecimento de alimentos e mercadorias em geral, em Irati na primeira metade do século XX é, antes de mais nada, abordar um “lugar de trocas mercantis”. Em tais lugares essas trocas envolviam tanto os comerciantes como os seus fregueses que muitas vezes assumiam também o caráter de comerciante na medida em que levavam às bodegas produtos que podiam ser comprados pelo bodegueiro ou trocados por mercadorias expostas por ele em suas prateleiras.¹⁷⁸

Está presente nessa relação o caráter de troca que permite o caboclo pobre, quando despossuído de valores em dinheiro, angariar os produtos negociando com o comerciante os artigos que produzia. Usavam como permuta os excedentes da subsistência: feijão, milho e derivados (principalmente a farinha de beiju), mandioca, tubérculos, frango caipira, ovos,

¹⁷⁷ CANDIDO, A. op. cit. p.54.

¹⁷⁸ TELEGINSKI, N. M. *Bodegas e bodegueiros em Irati-PR na primeira metade do século XX*. Curitiba: Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal do Paraná, 2012. p.14.

porco, gordura vegetal suína (banha), mel silvestre, peles de animais obtidos pela caça, etc. Erotides destaca que: “(...) comércio aqui não existia. Pra ir atrás de foguete era só lá perto de Guaraniaçu, na Rocinha! Lá no primeiro comercio, na antiga Estratégica velha!”¹⁷⁹

A *Rocinha* era uma vila situada próximo do município de Guaraniaçu, às margens da estrada *A Estratégica*. A via de terra ligava a região dos Campos Gerais com o Extremo Oeste do Estado do Paraná. Partia do município de Guarapuava até Foz do Iguaçu.¹⁸⁰ A vila comercial *Rocinha* encontrava-se localizada há aproximadamente 32 km até o então distrito (hoje município) de Diamante do Sul. Considerando mais os 9 km até o atual distrito Pinhalito, local que mais se praticavam as surpresas do *puxirão*, totaliza um percurso de aproximadamente 40 km, geralmente realizados a cavalo. Divardim de Oliveira entende que:

(...) os espaços de sociabilidade funcionavam como meio de troca de mensagens de lugares diferentes e serviam como meio de reprodução de mensagens e assuntos considerados importantes para os envolvidos nas práticas características da época e da região.¹⁸¹

Ou seja, muito além dos produtos, as bodegas constituíam também como um espaço de troca de informações, possibilitando os habitantes do interior do Estado perceber os acontecimentos e as dinâmicas políticas e econômicas da região, do estado e do país. Essa questão concedia aos posseiros as informações que balizavam as formas de como se organizarem nas permanências, deslocamentos ou mobilizações, podendo antecipar as suas ações naquele espaço.

Após a chegada do chefe de família e a declaração da surpresa, seguia o baile, semelhante ao realizado no *puxirão*. Como a família não esperava pela mobilização em segredo, o elemento que diferenciava um e outro estava presente na culinária improvisada com o que fosse mais fácil e rápido de preparar. Para Glorinha: “(...) sempre faziam aquelas reuniões de família, os chamados *brodo* que os italianos, que vieram para cá também, tinham esse costume e respeitava, eles (caboclos) faziam as surpresas de um vizinho para outro, faziam o *brodo* (...)”¹⁸²

Diferente da alimentação fornecida durante o trabalho, a do baile constituía-se basicamente de pães feitos à base de milho, carnes, bolinhos de chuva, bolinho salgado ou

¹⁷⁹ Erotides Rodrigues das Neves. Ver entrevista citada.

¹⁸⁰ Segundo a página virtual da Prefeitura Municipal de Guaraniaçu, sobre a estrada Estratégica e os povoados nas proximidades: “Dado o surto de progresso da região, foi traçada uma estrada, de Guarapuava à Foz do Iguaçu, construída em 1917. Com a construção desta estrada surgiu o primeiro povoado de Guaraniaçu: ROCINHA em 1919, e MATO QUEIMADO 1920.” Fonte: Prefeitura Municipal de Guaraniaçu: história <http://www.guaraniacu.pr.gov.br/a-cidade/historia.html> Consultado dia 26/06/2013.

¹⁸¹ OLIVEIRA, T. A. D. de. 2010. Op. cit. p.35.

¹⁸² Glorinha Rodrigues da Cruz. Ver entrevista citada.

bolinho de graxa¹⁸³, brôdo¹⁸⁴, vinho e aguardente (pinga) – variando de uma festa para outra. Izoaldo conta uma situação particular da sua participação no baile de um *puxirão* realizado na casa de Gentil:

Comemos. E nós matávamos as galinhas dele (Gentil) lá. Daí cozinham brôdo e vinho e... carne de galinha. E tinha aquelas leitoas bagual, porco bagual numa mangueira lá. Daí ele (Gentil) falou: “Querem matar, podem entrar lá e matem!” Daí teve um que quis ir lá, os porcos avançaram nele, pois eram tudo porco bagual. Bagual é porco do mato. Ah, depois teve que saltar. (...) comemos só os frangos. (...)¹⁸⁵

Dançando, procurando um par, declamando versos, degustando a comida os caboclos seguiam madrugada à dentro. No meio da festa outra brincadeira característica do *puxirão* era realizada. Um ultimato, feita pelo dono da casa, pelo inspetor de quarteirão ou o delegado, anunciava que a porta do rancho (casa) seria trancada, dividindo os que continuariam festejando até o amanhecer dos que já se davam por satisfeitos e seguiriam para seus lares, enfrentando os perigos da noite. Alceu destaca:

(...) Tem mais uma ainda! Lá pelas três horas da manhã, ou quatro, ou pouco mais, alguém puxava a porta e dava um alô: “Quem está dentro não sai! Quem está fora não entra!” Fechava as portas, o cabra amanhecia no baile. Saía de lá quando clareava o dia. (...) E, aí puxava as portas: “Quem está dentro não sai e quem está fora não entra!” (...) geralmente tem esses João ninguém, que a gente diz na gíria hoje, que sempre ficava fora. Daí quando a gente dava o alô uns entrava e outros daí ia embora!¹⁸⁶

Atrelado à interação, outros motivos faziam com que os posseiros não se arriscassem em retornar para a residência durante a madrugada, principalmente dos que vieram a pé ou a cavalo. A eminência de perigo é relatada por Gentil: “(...) E o baile tinha mais uma, que não podia ir embora ainda, tinha que amanhecer! Por que, pra ir embora tinha *tigre* na estrada, dava medo de ir embora sozinho, amanhecia!”¹⁸⁷

Além de animais selvagens que habitavam a região, como os felinos (onças, jaguatiricas, suçuaranas, gato do mato, etc., chamados de *tigres* pela população local), pernoitar no baile era também uma precaução em relação aos jagunços. A mando de grileiros de terras, os jagunços armavam tocaias em meio à mata para afugentar os caboclos com a utilização de armas de fogo. Isso justifica os posseiros carregarem sempre as armas em todos

¹⁸³ Os bolinhos eram feitos a partir de uma massa (doce ou salgada) preparada com água, farinha e condimentos, e em seguida fervida em gordura animal (banha). Tradução do autor.

¹⁸⁴ Brôdo: Alimento quente e salgado feito à base de carne de frango, água e condimentos. Aprecia-se beber o caldo e comer a carne. Tradução do autor.

¹⁸⁵ Izoaldo Paulino da Silva. Ver entrevista citada.

¹⁸⁶ Alceu Rodrigues da Cunha. Ver entrevista citada.

¹⁸⁷ Gentil Moraes da Cruz. Ver entrevista citada.

os lugares que fossem caso contrário não haveria necessidade de portá-las nos bailes do *puxirão*, já que todos confraternizavam entre amigos.

Dessa forma, a maioria dos participantes se permitia permanecer até o fim da confraternização, que terminava somente no amanhecer do dia. Nesse momento a pessoa responsável pela segurança devolvia a armas para os seus respectivos donos. Glorinha menciona que: “(...) no final da festa, que já estava o sol aparecendo de novo, o meu pai saiu com aquele balaio e cada um pegava a sua arma ali, dava um tiro para cima e ia embora feliz.”¹⁸⁸

De modo semelhante, Izoaldo relata a despedida da casa do posseiro com o fim da festa:

(...) daí quando, pra abrir [a porta] rapaz, saímos e puxamos o revolver. Naquele tempo todo mundo usava revolver, era o estilo do lugar aqui. Cada um estava com um revolver na cinta. Mas fizemos uma cerração, uns cem tiros mais ou menos! (risos) Aí embarcamos e viemos embora com o sol quente. A noite inteira dançando que é uma barbaridade.¹⁸⁹

Durante os dias que seguiam após aquele *puxirão*, quando já não estivesse agendado, os vizinhos empreitavam a abertura de outra posse para o sábado seguinte, perpetuando o trabalho/lazer dos caboclos do Oeste do Paraná em meados do século XX. Essas festividades subsistiram enquanto perdurou o sistema de posses, mantendo as relações de reciprocidade entre os vizinhos que compartilhavam a mão de obra em parceria. Além do auxílio recíproco em prol da manutenção da existência, fazer *puxirão* também era uma forma de estabelecer relações sociais entre os participantes.

Se os *puxirões* citados pelas pessoas entrevistadas geraram estranhamentos que estimularam a busca pelos detalhes da excentricidade, justifica-se pela inexistência das práticas no contexto presente. A partir da década de 1950, ocorreram múltiplas transformações que alteraram as concepções sobre a terra, trabalho, tecnologias, etc., desencadeando em mudanças significativas nas produções e lazer. A seguir, acompanharemos alguns acontecimentos de caráter *macro* que interferiram nas abordagens dessa(s) *micro-história(s)* apresentadas e problematizada neste trabalho dissertativo.

¹⁸⁸ Glorinha Rodrigues da Cruz. Ver entrevista citada.

¹⁸⁹ Izoaldo Paulino da Silva. Ver entrevista citada.

EPÍLOGO

A REGULARIZAÇÃO DAS TERRAS E AS TRANSFORMAÇÕES NAS RELAÇÕES DA COLETIVIDADE DO PUXIRÃO

Até o momento a dissertação percorreu caminhos nas especificidades do cotidiano dos antigos posseiros que praticavam o *puxirão* e dialogando esporadicamente com algumas questões gerais no contexto do Oeste do Estado do Paraná das décadas de 1930 até meados de 1970. Destinamos esse espaço para problematizar os acontecimentos mais abrangentes da história do Paraná e que influenciaram nas trajetórias de vida da população local. Convém abordar as estruturas da *macro-história*, no sentido de relacionar e serem acrescidas com a teoria da *micro-história*, de Ginzburg. Ressaltamos que a *micro-história* não tem a pretensão de ilhar e conter-se nos pequenos detalhes, em detrimento das correntes históricas que prezam pelas investigações *macro*. Ao contrário, empreende-se perceber as contribuições dos detalhes a fim de preencher as possíveis lacunas no âmbito geral, ao mesmo tempo em que as estruturas influem e atravessam as relações particulares.

Esta etapa conclusiva tem o propósito de explicar as decisões políticas do Governo do Estado sobre a terra e as influências dessas diretrizes na vida dos caboclos da região estudada. Tratar-se-á do processo de “regularização” das faixas de terras em meados da década de 1950 e seguintes, sob a ação das empresas colonizadoras, e o desmatamento para a modernização da agricultura, que desencadeou no declínio das atividades coletivas da população rural.

Além desses fatores destacamos também os fluxos migratórios de muitas famílias para outras fronteiras agrícolas, nos Estados da Federação situados no Oeste e Noroeste do país, objetivando reproduzir o sistema de vida na roça, ou para as periferias de cidades próximas. Além-se aos que ficaram para narrar as histórias de vida, os relatos de memória, e as formas encontradas para resistir e permanecer.

Apesar da intensa atividade dos caboclos, na abertura de terras no sistema de posse por meio do *puxirão* e na criação de suínos no sistema de *safras de porcos*, a partir da década de 1950 tais atividades não foram condizentes com o ideal de progresso e desenvolvimento

propalado e promovido pelo Estado Brasileiro e pelo Governo do Estado do Paraná. O objetivo desta etapa do trabalho dissertativo é discorrer sobre os rumos dos acontecimentos históricos, considerados significativos para a crise e o fim do *puxirão*. Nesse sentido, propomos uma breve análise sobre as transformações político-territoriais ocorridas na fração Oeste do Paraná e na sua respectiva população.

Mesmo com a emancipação do Estado no ano de 1853, e de ações extrativistas como a da erva-mate e da madeira até a década de 1930 na parte Oeste do Paraná, poucas intervenções políticas foram dedicadas à região aqui estudada. Priorizando a preservação das fronteiras nacionais o Governo privilegiou a ocupação do Extremo Oeste, nas regiões de Foz do Iguaçu, Guaíra, entre outros, que ladeavam o rio Paraná. Enquanto isso o centro seria apenas caminho de ligação entre um extremo e outro.

Apesar da instituição da Lei de Terras nº 601 de 18 de setembro 1850, que proibia a livre ocupação das áreas do território nacional, o Estado e os latifundiários faziam vista grossa para os empreendimentos dos posseiros naquele local. Para Marcio Antônio Both da Silva:

(...) a Lei de 1850 não surtiu o efeito pretendido. Um exemplo é que trinta anos após a criação da Repartição Geral das Terras Públicas ela não funcionava nos termos como havia sido pensada. Assim, na sequência da legislação agrária brasileira, com a Constituição de 1891, coube ao Estado organizar e administrar a questão das terras.¹⁹⁰

E continuaria não surtindo efeito em alguns interiores mais distantes, mesmo com quase um século de existência da lei. A condescendência, tanto do governo quanto dos “proprietários”, consistia na preferência em ter a presença dos brasileiros (caboclos) em territórios de mata fechada, mesmo que de forma ilegal, do que a ocupação por estrangeiros de países próximos como Argentina e Paraguai, até que fosse oportuno deslocar quem estava irregular e ativar a máquina da colonização. Segundo Ruy Wachowicz, outros fatores contribuíram para as permanências na terra:

Desde o século XVIII, nos espaços existentes entre as sesmarias concedidas aos homens ricos, instalaram-se posseiros. A existência desses posseiros passou a ser tolerada pelas camadas proprietárias e hegemônicas da sociedade brasileira. Essa tolerância ocorreu motivada por diversas razões:

- a – as sesmarias e/ou latifúndio, como estavam voltadas aos mercados exportadores tendiam a não cultivar produtos de subsistência. A mão de obra escrava era utilizada preferencialmente para a produção de mercadorias agrícolas exportáveis: açúcar, café, algodão, etc. O posseiro tornou-se uma das poucas fontes de produção de alimentos.
- b – Na época colonial e imperial, o tropeirismo tornou-se o principal meio de transporte no país. A única maneira desses tropeiros sobreviverem nas suas

¹⁹⁰ SILVA, M. A. B. da. Op. cit. p.74.

longas e morosas viagens, foi a tolerância da existência de posseiros que abasteciam as tropas com charque, farinha de mandioca e feijão, etc.;

c – o posseiro, componente das camadas sociais subalternas da sociedade brasileira, abriu caminhos, derrubou matas e iniciou a produção de artigos de subsistência sem onerar os cofres públicos nem dos latifundiários que geralmente ocupavam as regiões desbravadas;

d – o posseiro geralmente localizava-se na *frente da frente* da colonização. Com o desbravamento subsequente, por ele realizado, facilitava e barateava a instalação na região de propriedades das camadas hegemônicas, geralmente voltadas para a agricultura de exportação;

e – a existência dessa *frente da frente* canalizava para essas áreas os indivíduos mais incômodos e turbulentos das regiões já mais estáveis e sedimentadas. O sistema de posse funcionava como válvula de segurança ou de escape para aliviar as tensões sociais nas regiões tradicionais já ocupadas;

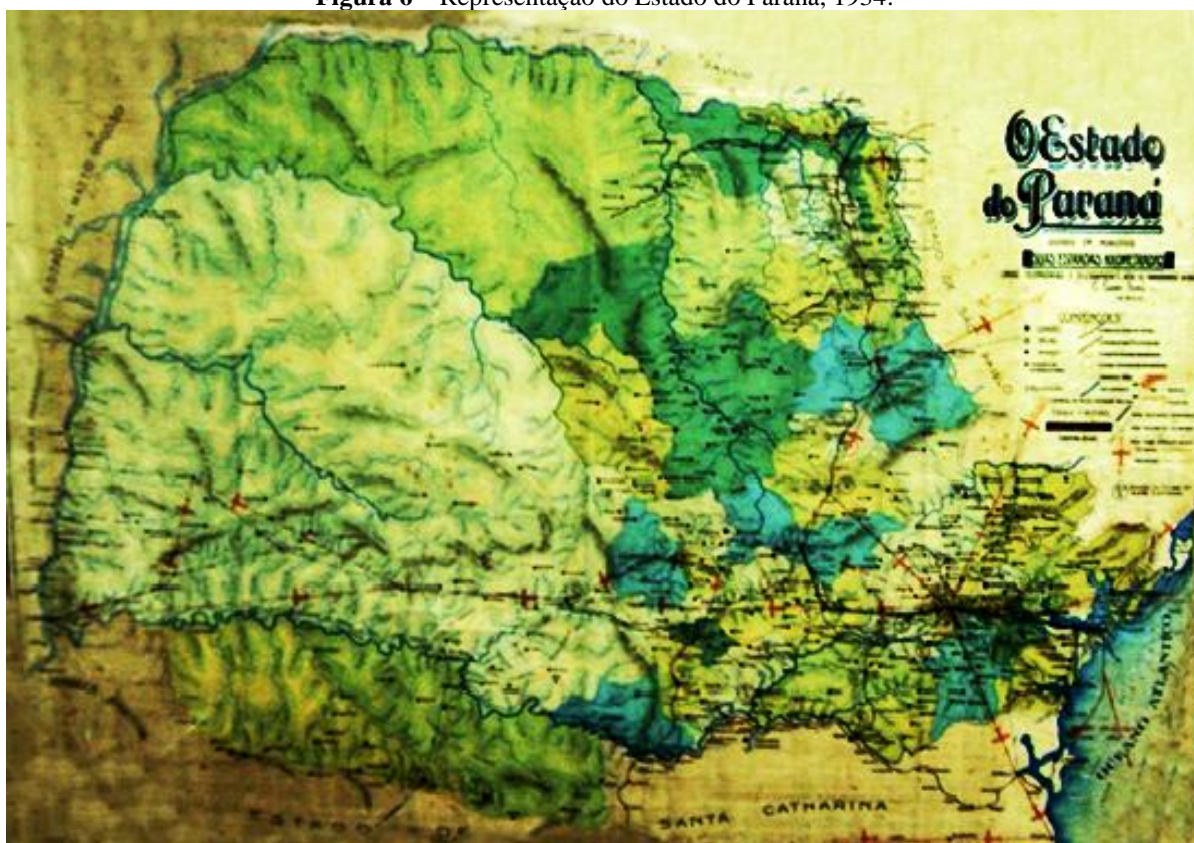
f – o sistema de posse era itinerante: ele uma vez implantado, não se tornava definitivo. Quando os agricultores que vinham numa frente pioneira atingiam a *frente da frente*, adquiriam as posses por compra ou expulsavam os posseiros à força. Por isso, o sistema nunca era definitivo, mas condicionava a rede fundiária que se instalava na região.¹⁹¹

Dessa forma o caboclo manteve-se no interior do Paraná com a conivência das elites por cumprir os propósitos de habitar, derrubar a mata, assegurar as fronteiras e a qualquer momento ser descartado para a implantação de um novo sistema que continuasse favorecendo seus respectivos “donos”.

O que atualmente é conhecido oficialmente como região Oeste do Paraná trata-se de uma construção significativamente recente, se comparada às demais regiões do Estado. Essa localidade engendrou em um espaço de tempo, de aproximadamente quarenta anos (entre 1930 e 1970), constantes e aceleradas transformações relativas às definições de fronteiras e fragmentações internas. As subdivisões também foram motivadas pelas emancipações dos distritos, tornando-se novas administrações municipais. As figuras a seguir ilustram a subdivisão espacial do Paraná no decorrer do tempo:

¹⁹¹ WACHOWICZ, R. C. Op. cit. p.68 – 69.

Figura 6 – Representação do Estado do Paraná, 1934.



Representação encontrada no acervo particular de Alberto Rodrigues Pompeu, em Cascavel/PR, em 28 fev. 2009. Fonte: CEPEDAL.

Figura 7 – Representação político-administrativa do Estado do Paraná, 1950.



Fonte: IPARDES, 2009.

Figura 8 – Representação político-administrativa do Estado do Paraná, 1970.



Fonte: IPARDES, 2009.

Nas três figuras podemos observar as transformações nas representações geocartográficas das regiões Oeste, Sudoeste e Noroeste do Estado, ocasionadas pelas intervenções políticas e administrativas. A partir do final da década de 1940, as extensões Oeste e Sudoeste do Paraná foram inseridas num processo de regularização dos títulos das posses de terra para a legitimação oficial da propriedade. Como reação às imposições governamentais, em 1957 destacam-se as manifestações marcadas como, por exemplo, a *Revolta dos Posseiros do Sudoeste do Paraná*.

No Oeste, o fim do *puxirão* e das *safras de porco* deveu-se a transição da terra de posse para a terra de propriedade, da “*terra de trabalho* para a *terra de negócio*”.¹⁹² Com a “regularização” das áreas nas administrações do governo estadual de Moysés Lupion (1947 – 1951 e 1956 - 1961) e Ney Braga (1961 – 1965 e 1979 – 1982), as faixas de terras foram entregues para as Companhias Colonizadoras que subdividiram os territórios em glebas, implantaram madeiras para o desmatamento e venderam as terras para terceiros. A tabela a seguir expressa em números as transformações de um sistema para outro:

¹⁹² KOLING, P. J. Terra e poder: possibilidades e perspectivas. In: *Tempos Históricas*. Marechal Cândido Rondon: EDUNIOESTE. Vol. 13, nº1, ano XI, 1º Semestre/2009. p.1-11.

Tabela 4 – Regularização dos títulos de propriedade no Estado do Paraná.

GOVERNO	PERÍODO	QUANTIDADE
Moysés Lupion	1947 - 1951	9.564 hectares
Moysés Lupion	1956 - 1961	26.084 hectares
Sub-Total		35.648 hectares
Ney Braga	1961 - 1965	8.800 hectares
Ney Braga	1979 - 1982	3.366 hectares
Sub-Total		12.166 hectares
TOTAL		47.814 hectares

Fonte: ADAMY, Irene Spies. *Onde está o poder?* 2008. p.11

Diante da possibilidade dos caboclos perderem para o Estado tudo o que construíram até então, passaram a acentuar as transações de venda e troca das posses com os *eurobrasileiros*. Segundo as fontes orais, as transações ocorriam tanto pela troca – dez alqueires de terra por uma espingarda, ou um cavalo, ou até mesmo um laço de couro – ou pela compra e venda em dinheiro. Izoaldo diz como adquiriu as suas terras: “(...) eu vendi uma potranca, que eu tinha uma potranca boa, um revolver e um laço, couro de pardo, pra comprar um terreninho que ele tinha lá.”¹⁹³

Independente se o posseiro possuía o título da terra ou não a venda acontecia da mesma forma e os migrantes compravam o “direito” com a consciência que deveriam pagar a terra novamente para a Colonizadora. Whachowicz destaca que:

O caboclo não resistia a uma oferta de compra de sua posse. Era só o colono, vindo do Rio Grande do Sul ou de Santa Catarina, fazer alguma proposta e o negócio se concretizava. Duas são as razões básicas que fizeram com que o caboclo se desfizesse de suas posses no sudoeste:

- a – o pleno conhecimento de que sem escritura a terra não era dele. Portanto, o controle através da posse era instável e inseguro (...)
- b – a impossibilidade de convivência do seu sistema de criação de porcos, soltos na plantação de milho, com o da agricultura intensiva praticada pelos colonos sulistas.¹⁹⁴

Os caboclos utilizavam da fragilidade do sistema empreendendo uma nova posse em lugares onde o “progresso” ainda não tinha chegado, aguardando a próxima negociação. Em seguida, as Companhias Colonizadoras atuavam delimitando as áreas e efetivando a legitimação oficial da propriedade com os migrantes descendentes de europeus ou com os caboclos que conseguissem se adaptar ao processo de acumulação de capital.

¹⁹³ Izoaldo Paulino da Silva. Ver entrevista citada.

¹⁹⁴ WACHOWICZ, R. C. Op. cit. p.71.

Com o mapeamento e esquadramento das terras pelas Colonizadoras, o espaço fragmentado interferiu diretamente no sistema extensivo de criação de suínos; isto é, nas *safras de porcos* que demandavam grandes extensões de terras. Erotides conta que:

A safra aqui foi na base de sessenta [1960] aqui. Que daí já pegou, que quando saiu a medição já não deu mais pra fazer, ter criação assim, cada qual ficava com o seu quinhão assim com a sua área (...) por que daí já prejudicava, que cada um dos posseiros que aqui já tava habitado aquele tempo já ficava só num local ali e o outro com o outro dele lá não podia.¹⁹⁵

Se antes as clareiras eram separadas pela mata densa e dividiam as posses e as produções de suínos, a derrubada da mata para a mecanização das terras, dificultou a criação dos animais soltos – que poderiam encontrar as roças dos vizinhos e causar prejuízos. Nesse momento a suinocultura também estava fragilizada com a peste que se abateu sobre a região, alterando a produção extensiva dos porcos para o confinamento. Os caboclos se depararam com diversas e aceleradas mudanças no modo de trabalho e produção da suinocultura.

Nesse contexto incidiu também a mecanização agrícola, diminuindo os trabalhos coletivos e manifestações culturais do *puxirão* dos antigos posseiros da região.

Na concepção política da União e do Governo do Estado do Paraná essas etapas e projetos eram imprescindíveis para alavancar o desenvolvimento regional. Os incentivos se deram com maior acesso na aquisição de terras e benfeitorias para os deslocamentos da população proveniente de outros estados, principalmente do Rio Grande do Sul. Tais mudanças aceleraram as transformações econômicas e alteraram as características étnicas dessa parte do Paraná. Nesse momento, aliado às migrações, o sistema de posse entra em declínio afetando as práticas do *puxirão* dos caboclos.

Todo esse processo histórico resultou numa considerável expropriação de famílias de posseiros. Os mesmos seguiram para os centros urbanos do estado do Paraná ou tentando reproduzir suas vidas em outros estados como Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Rondônia, Roraima, etc. Segundo Erotides:

É! Tem uma parte, mudaram daqui, acharam que aqui não dava mais pra viver, conviver, ter vida aqui... tranquila! Então saíram foram, como tenho parente meu, tenho irmão e um cunhado que moram em Rondônia. Depois de todo esse movimento que deu aqui, que eu falei desse negócio de... criação, plantação, essas coisas aí, acharam que se pegassem pro Amazonas... Estão pra lá. Tenho um irmão e duas irmãs que moram em Rondônia. Tem uma cunhada, que é irmã dela, que é muito mais velha do que ela, da minha idade, mora no Pará. E assim por diante, a família dos dois lados, como dizia o *barriga verde* (catarinense), das duas bandas, se dispersaram e... Que nós estávamos todos juntos aqui, morando aqui, cada

¹⁹⁵ Erotides Rodrigues das Neves. Ver entrevista citada.

um com a sua família aqui e irmão que eu tenho aqui só quatro irmão. Um mora em Cascavel, outro mora em Guaraniaçu e o outro casal que mora aqui em Diamante [do Sul], e eu!”¹⁹⁶

A fala é expressiva para elucidar sobre os diferentes caminhos tomados pelos integrantes de uma mesma família. Irmãos de Erotides que seguiram para o Noroeste do país em busca de abrir posses de terras para trabalhar da mesma forma que os pais fizeram quando chegaram ao Paraná. Familiares que não se aventuraram em outras fronteiras agrícolas rumaram para as fronteiras urbanas das cidades próximas, alterando radicalmente suas identidades, passando a viverem na e da desgastante lógica da compra e venda. Compra dos industrializados, e artigos que antes a terra provia com os trabalhos coletivos, e a venda da mão de obra, explorada na mais valia.

Poucos permanecem no chão que adentraram; trouxeram de longe sua prole e/ou ali constituíram família; construíram seus ranchos; trabalharam em parceria; festejaram os dias e noites; e rezaram em preces e agradecimentos – clamando pela providencia divina do porvir e as conquistas hercúleas até então. Resistem ao sistema ao mesmo tempo em que inseridos no mesmo.¹⁹⁷ (Re)existem o passado no presente quando lembram e contam com alegria os momentos de diversão, teatralizando as *Ilíadas* e *Odisseias* com a poesia própria da linguagem desses esmeros Homeros do dia a dia, que sabem que o que foi não mais virá mas não ignoram que as histórias de hoje, um dia foi simplesmente *cotidiano*.

¹⁹⁶ Erotides Rodrigues das Neves. Ver entrevista citada.

¹⁹⁷ Apenas um adendo etnográfico, por assim dizer: da visita na casa de Erotides e Baldina, notamos em sua estante alguns livros da literatura marxista de autoria de Friedrich Engels, Ernesto Che Guervara, Karl Marx, Rosa Luxemburgo, Vladimir Lenin, bem como obras de Paulo Freire, Friedrich Nietzsche, Montesquieu, Jean Jacques Rousseau, Darcy Ribeiro e outros. Nas paredes alguns quadros: um com a imagem de Karl Marx e a frase “a emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores”; outro de Chê Guevara (auto relevo em madeira) com a frase “Hay que endurecerse pero sin perder la ternura jamás”; outro ainda (talhado em madeira) com a frase “trabalhar a dor, a flor e o dia. Irmão: é a coragem que acende a rebeldia.”, trecho do poema intitulado *Metal e Sonho* de autoria do militante Pedro Tierra; folhetos e cartazes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra/MST, em defesa da Reforma Agrária e; um calendário, do ano de 2010, do Movimento dos Pequenos Agricultores/MPA, com a frase “Agricultura camponesa é comida na mesa”. Quando questionado sobre as referencias, escritas e ilustrações os materiais como de pertencimento do filho Isaias (56 anos), agricultor, estudante e trabalhador em uma cooperativa local. Trazer esses detalhes significa direcionar o olhar para a resistência dos sujeitos em ceder de pronto aos imperativos do sistema capitalista, lutando contra o mesmo com as forças teóricas de que dispõem para alterar e interferir na prática.

CONCLUSÃO

Esta dissertação tratou das atividades de trabalho e lazer, denominado de *puxirão*, vivenciadas pelos posseiros e caboclos na região Oeste do Estado do Paraná, no período que vai da década de 1930 até meados de 1970. Com a realização de trabalho de campo nos municípios de Catanduvas, Campo Bonito, Três Barras do Paraná, Ibema, Guaraniaçu e Diamante do Sul e seus distritos, através dos relatos de memória conhecidos por meio da História Oral, é que a palavra *puxirão* e a suas práticas despontaram entre as questões apresentadas pelos entrevistados.

Se, a princípio, o termo surgiu como um equívoco nas falas, ao tornar-se constante nas narrações, despertou outros olhares para o mesmo, entendendo a associação da designação popular com as ações coletivas dos caboclos naquela região durante a primeira metade do século XX.

Como se trata de uma das especificidades do universo cultural caboclo, considerou-se oportuno a abordagem de autores vinculados a Nova História Cultural, justamente pelo caráter da descrição e problematização das minuciosidades em relação às estruturas. Conhecendo a corrente teórica proposta por Lyn Hunt, encontrou-se nas abordagens da *micro-história*, da *circularidade cultural* e do *paradigma do saber indiciário* de Carlos Ginzburg e; nos conceitos de *prática*, *apresentação* e *representação* de Roger Chartier, o suporte teórico e metodológico para a análise das fontes.

De início, antes do meu ingresso no programa de pós-graduação, projetava no pouco que conhecia do *puxirão* como um assunto inédito, já que não possuía conhecimento prévio, de senso comum ou científico, somente as entrevistas dos projetos de extensão. Ao longo das orientações, levantamento bibliográfico e contato com outras pesquisas, notei que algumas práticas também estavam descritas em outras referências. Porém, as definições apresentavam ora características semelhantes, ora significativas variações com os relatos de memória, permitindo desenvolver as minuciosidades da ação. Desenvolvendo o diálogo na interdisciplinaridade, buscou-se conhecer e apresentar as pesquisas de outros autores com o objetivo de compreender e desenvolver o objeto de estudo.

Do trabalho, procuramos perceber a mobilização dos homens e mulheres para auxiliar o vizinho, recém-chegado ou não, nas atividades de exploração da terra em troca da alimentação. Essa mobilização apresentou-se como a forma encontrada para a sobrevivência da população cabocla no interior do estado, chamado de *sertão*. As limitações impostas pela tecnologia utilizada na derrubada da vegetação, o tempo natural para as plantações e colheitas e as condições socioeconômicas dos posseiros foram alguns dos fatores que estimularam a participação com trabalho e/ou a encomenda do serviço nas posses que abriam.

Desta forma, o *puxirão* pode ser definido como uma organização predominantemente cabocla e compartilhada com outras identidades étnicas, já que os próprios caboclos provêm do contato étnico e cultural entre o nativo e o estrangeiro europeu, onde as práticas socioeconômicas e culturais prezavam os valores vinculados aos preceitos do trabalho, da participação coletiva e da religião.

A partir disso observamos que a prática do *puxirão*, pelos posseiros, tornou-se, no período em questão, uma organização grupal de resistência/defesa ao sistema capitalista. Enquanto os colonos e migrantes chamados eurobrasileiros trabalhavam para uma agricultura mais intensiva, comercializavam seus produtos em maior escala para as indústrias, empreitavam trabalhos em suas posses com mão de obra remunerada; os posseiros do *puxirão*, de modo adverso, promoviam rearranjos no sistema econômico em voga. Esses buscavam uma agricultura de subsistência realizando trabalhos nas posses uns dos outros através do *puxirão*, vendiam produtos em pequena escala e muitas vezes sua moeda era a troca. Destacam-se ainda as práticas de lazer e religiosidade em suas festas caracterizadas pelo auxílio mútuo no interior do Estado do Paraná.

Visualizamos que no *puxirão* o sujeito histórico, ao realizar a prática do trabalho coletivo seguido do lazer e da cultura, também exercia o seu comportamento político-social em função do contexto de disputas territoriais e a necessidade de sobrevivência. Isto é, as relações econômicas, sociais e culturais compõem-se umas as outras. Inevitável não salientar umas mais do que as outras, conforme o que impulsiona a subjetividade do pesquisador. Porém, concluo que, faz-se necessário construir a História sem negar as suas múltiplas faces, mas dialogando com as diferentes vertentes.

No que tange o fim da prática do *puxirão* notamos alguns aspectos que se tornaram favoráveis para que isto acontecesse. Destacamos que os pontos cruciais para tal foram: a mecanização agrícola; a regularização de terras, deixando de ser posse para se tornar propriedade; a agricultura intensiva e em grande escala e; a valorização monetária dos produtos, tornando-os de difícil acesso pela base de troca. A fonte de maior renda para os

posseiros do *puxirão* eram as *safras de porcos*, que com a determinação das terras como propriedade, deixou de ser viável tanto pela produção à solta quanto pelo interesse comercial, que passou a priorizar mais a carne do que a “banha”. Houve aí uma divisão entre os que ficaram para se adaptar à nova lógica do sistema econômico e os que seguiram para os Estados do Noroeste do país na tentativa de reproduzir os viveres praticados até então.

Outro item observado, que também levou à pesquisa na região estudada, é a produção escassa de histórias e memórias nos municípios da extensão dos municípios de Catanduvás, Ibema, Guaraniaçu, Três Barras do Paraná, Diamante do Sul e Campo Bonito. A problemática levantada sobre as práticas envolvidas em torno do trabalho coletivo *puxirão* em meados do século XX, tem por mote a contribuição para estimular os debates e embates em favor da(s) História(s) e Memória(s) da região.

Se, por um lado, percebemos um fim do *puxirão*, por outro lado, os relatos sobre o mesmo denotam a continuidade nas memórias. Assim como observamos que o *potyró* dos indígenas guaranis transformou-se em outras variantes até chegar às formas de nominar os trabalhos coletivos dos antigos posseiros que entrevistamos, as mudanças sociais, políticas e econômicas não encerram definitivamente as ações culturais.

Apenas como caráter informativo, porém como possibilidades futuras de pesquisa, durante a redação desta dissertação tomamos conhecimento de outras duas organizações que carregam o mesmo nome *puxirão*. Trata-se da *Rede Puxirão de Povos Tradicionais*, uma organização de movimentos sociais que desde maio de 2008 tem como objetivo reivindicar, através da cultura, direitos de comunidades tradicionais (indígenas, caboclos, faxinalenses, quilombolas, pequenos produtores rurais, etc.) aglutinando e reunindo populações consideradas como invisíveis aos olhos do Estado. O grupo manifesta-se também através de um blog¹⁹⁸ disponível na web.

Nas redes sociais e através de uma página virtual, consta também uma organização não governamental, promovida por comunicadores sociais, nominada de *Puxirão Virtual*.¹⁹⁹ Essa, localizada no litoral do Estado de São Paulo, com um caráter urbano, manifesta-se em forma de cultura alternativa, promovendo e divulgando saraus, espetáculos musicais, dança, esportes, exposição e publicações artísticas, entre outros.

A questão é perceber como se atribui no presente (ou no passado mais recente) novos sentidos às práticas referentes a outro contexto (um passado mais distante, porém ainda

¹⁹⁸ Fonte: <http://redepuxirao.blogspot.com.br/> Consultado dia: 16/01/2012.

¹⁹⁹ Fonte: <https://www.facebook.com/puxiraovirtual?ref=ts&fref=ts> Consultado dia: 14/08/2012.
<http://www.puxiraovirtual.art.br/> Consultado dia 24/07/2013.

presente), agregando valores distintos dos sentidos aqui explanados, mas mantendo-o em voga na sociedade atual. Perspectivas plurais com a serem exploradas e desenvolvidas em outra oportunidade.

Assim como iniciamos com a epígrafe de Bloch, concordamos com o autor e acrescentamos uma reflexão final afirmando que o desespero dos historiadores permanece também quando os sujeitos históricos mudam, adaptam e retomam o passado no presente, tanto nos costumes quanto no vocabulário.

Fontes e Bibliografia

Imagens:

Criação de suínos no sistema de *safra de porco*. Fotografia do acervo pessoal de Izoaldo Paulino da Silva, morador do município de Diamante do Sul/PR. 05 de out. de 2010. Fonte: CEPEDAL.

Representação da organização social da mão de obra para os trabalhos de abertura de posses no sistema de *puxirão*. Fonte: elaborado pelo autor.

Localização da Microrregião: Território do Cantuquiriguaçu. Fonte:
http://www.iapar.br/arquivos/File/zip_pdf/cantuquiriguacu.pdf Consultado dia 02/07/ 2012.

Posseiros serrando tábuas dos troncos das árvores de suas posses. Fotografia do acervo pessoal do casal Erotides Rodrigues das Neves e Baldina do Amaral das Neves, moradores do distrito Pinhalito, Diamante do Sul/PR. 08 de jun. de 2010. Fonte: CEPEDAL.

Representação político-administrativo do Estado do Paraná, 1950. Fonte: IPARDES, 2009.

Representação político-administrativo do Estado do Paraná, 1970. Fonte: IPARDES, 2009.

Retrato do *Puxirão*. Fotografia do acervo pessoal do casal José Mendes da Silva e Maria de Jesus da Silva, moradores do distrito Pinhalito, Diamante do Sul/PR. 08 de jun. de 2010. Fonte: CEPEDAL.

Representação do Estado do Paraná, 1934. Representação encontrada no acervo particular de Alberto Rodrigues Pompeu, em Cascavel/PR, em 28 fev. 2009. Fonte: CEPEDAL.

Sites consultados:

Cantuquiriguaçu: associação dos municípios
<http://www.cantuquiriguacu.com.br/diamantedosul.php> Consultado dia 26/06/2013.

Dicionário eletrônico: <http://www.dicionarioweb.com.br/muxir%C3%A3o.html> Consultado dia 7/01/2011.

Dicionário eletrônico: <http://dicionario.babylon.com/muxir%C3%A3o/> Consultado dia 7/01/2011.

Histórico Guaraniaçu: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/parana/guaraniacu.pdf>
Consultado dia 26/06/2013.

Localização da Microrregião: Território do Cantuquiriguaçu.
http://www.iapar.br/arquivos/File/zip_pdf/cantuquiriguacu.pdf Consultado dia 02/07/ 2012.

Medidas agrárias: <http://www.brasilecola.com/matematica/medidas-agrarias.htm> Consultado dia 28/08/2013.

Museu Paranaense: Povos Indígenas do Paraná:
<http://www.museuparanaense.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=68>
Consultado dia 01/04/2014.

Prefeitura Municipal de Guaraniaçu: história <http://www.guaraniacu.pr.gov.br/a-cidade/historia.html> Consultado dia 26/06/2013.

Puxirão Virtual. Rede social facebook:
<https://www.facebook.com/puxiraovirtual?ref=ts&fref=ts> Consultado dia: 14/08/2012.

Puxirão Virtual: <http://www.puxiraovirtual.art.br/> Consultado dia 24/07/2013.

Rede Puxirão de Povos Tradicionais: <http://redepuxirao.blogspot.com.br/> Consultado dia: 16/01/2012.

Sistema de Informações Territoriais: <http://sit.mda.gov.br> Consultado dia 7/01/2011.

Escritas:

¹ PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE DO SUL. *Plano Diretor Participativo*.

Cruz Alta, *processo crime 1867 a 1871*. Porto Alegre: APRGS. Processo no 1853, maço 46, 1871.

Entrevistas:

Alceu Rodrigues da Cunha e Olindina Rodrigues da Cunha, concedida em Catanduvas/PR, em 25 de março de 2009. Fonte: CEPEDAL.

Amazonas Facini concedida no distrito Bela Vista, Guaraniaçu/PR, em 9 de dezembro de 2010. Fonte: CEPEDAL.

Antônio Tavares, concedida em Diamante do Sul/PR, em 21 de setembro de 2010. Fonte: CEPEDAL.

Baldina do Amaral das Neves e Erotides Rodrigues das Neves, concedida no distrito Pinhalito, Diamante do Sul/PR, em 8 de junho de 2010. Fonte: CEPEDAL.

Gentil Moraes da Cruz, concedida no município de Guaraniaçu/PR, em 5 de outubro de 2010. Fonte: CEPEDAL.

Glorinha Rodrigues da Cruz, concedida no município de Diamante do Sul/PR, em 21 de setembro de 2010. Fonte: CEPEDAL.

Gumercindo Nogueira da Silva, concedida na área rural próximo do município de Diamante do Sul/PR, em 21 de setembro de 2010. Fonte: CEPEDAL.

Izoaldo Paulino da Silva, concedida no município de Diamante do Sul/PR, em 5 de outubro de 2010. Fonte: CEPEDAL.

Josefa Antoniack Oliveira (Dona Juta), concedida no distrito Bela Vista, Guaraniaçu/PR, em 02 de dezembro de 2008. Fonte: CEPEDAL.

Maria de Jesus da Silva e José Mendes da Silva, concedida no distrito Pinhalito, Diamante do Sul/PR, em 8 de junho de 2010. Fonte: CEPEDAL.

Moisés Ferreira Campos, concedida no distrito Bela Vista, Guaraniaçu/PR, em 2 de dezembro de 2008. Fonte: CEPEDAL.

Ricarte Guerreiro de Paula, concedida no município de Diamante do Sul/PR, em 5 de outubro de 2010. Fonte: CEPEDAL.

Relato de fotografias do casal: Erotides Rodrigues das Neves e Baldina do Amaral das Neves, concedida no distrito Pinhalito, Diamante do Sul/PR, em 8 de junho de 2010. Fonte: CEPEDAL.

Relato de fotografias do casal: Maria de Jesus da Silva e José Mendes da Silva, concedida no distrito Pinhalito, Diamante do Sul/PR, em 8 de junho de 2010. Fonte: CEPEDAL.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. *Transformações na vida camponesa: o sudoeste paranaense*. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Universidade de São Paulo, Departamento de Ciências Sociais: São Paulo, 1981.

ADAMY, Irene Spies. *Onde está o poder?* 2008.

BACH, Arnaldo Monteiro. *Porcadeiros*. Ponta Grossa. Do Autor, 2009

BAÚ, Rosimar. *O processo de ocupação e colonização da região Oeste do Paraná: uma análise histórica da participação da indústria de madeiras Ibema (1960-1989)*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade de Passo Fundo, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas: Porto Alegre, 2006.

BLOCH, Marc. *Introdução à História*. Portugal: Europa-América, 1997.

BLOEMER, Neusa Maria Sens. *Brava gente brasileira: migrantes italianos e caboclos nos campos de Lages*. Florianópolis: Cidade Futura, 2000.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Difel, 1989.

CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. 5ª ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1979.

CHARTIER, Roger. *A história Cultural: entre práticas e representações*. 2ª ed. Alges – Portugal: Difel, 2002.

_____. O mundo como representação. In: *Estudos Avançados* 11(5), 1991. p. 173-191.

COELHO JUNIOR. *Pelas Selvas e rios do Paraná*. Curitiba/SP/RJ, Editora Guaíra Limitada, 1946.

CORRÊA, Roberto Lobato. Cidade e região no sudoeste paranaense. In: *Revista Brasileira de Geografia*, Fundação IBGE, ano 1, n.1, janeiro, 1970.

CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. 4ª ed., São Paulo: Martin Claret, 2012.

DEBONA, Marcelio Inácio. *O caboclo de Palma Sola e arredores: Depoimentos sobre as décadas de 1930 – 1960*. Dissertação (Mestrado em História), Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná: Curitiba, 2010.

DUARTE, Geni Rosa. Memória, fonte oral e ensino de História: tempo passado, desafio do presente. In: Anais do XI Encontro Regional da Associação de História – ANPUH/PR. “Patrimônio Histórico no Século XXI”. Jacarezinho, p.1-9, 2008.

_____; DEITOS, Nilceu J.; KOLING, Paulo J. *Intervenções na relação universidade / educação básica: tempo passado, desafio do presente*. Plano de trabalho: Programa de Extensão Universitária Universidade Sem Fronteiras – SETI/PR, 2007.

_____. *Intervenção na relação universidade / escola básica: memórias das lutas pela terra em pequenas comunidades paranaenses*. Plano de trabalho: Programa de Extensão Universitária Universidade Sem Fronteiras – SETI/PR, 2009.

FEBVRE, Lucien. *Combates pela história*. 3ª ed., Lisboa: Editorial Presença, 1989.

FLÁVIO, Luiz Carlos. *Memória(s) e território: elementos para o entendimento da constituição de Francisco Beltrão-PR*. Tese (Doutorado em Geografia), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista: Presidente Prudente, 2011.

GIBSON, Charles. As relações de trabalho no México durante o domínio espanhol. In: CORRÊA, Anna Maria; BELLOTTO, Manoel Lelo. *A América Latina de colonização espanhola: antologia de textos históricos*. São Paulo: HUCITEC: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979.

GREGORY, Valdir. *Os eurobrasileiros e o espaço colonial: migrações no oeste do Paraná (1940-1970)*. Cascavel: Edunioeste, 2002.

_____ ; SCHALLENBERGER, Erneldo. *Guáira: um mundo de águas e histórias*. Marechal Cândido Rondon: Editora Germânica, 2008.

GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

_____. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. 2ª ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. *O queijo e os vermes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

HALL, Stuart. *Identidades culturais na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

HAVILAND, Willian A. et. al. *Princípios de antropologia*. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e Fronteiras*. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

_____. *Raízes do Brasil*. 26ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário da Língua Portuguesa: dicionário eletrônico Houaiss*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

HUNT, L. *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

KOLING, Paulo José. Terra e poder: possibilidades e perspectivas. In: *Tempos Históricos*. Marechal Cândido Rondon: EDUNIOESTE. Vol. 13, nº1, ano XI, 1º Semestre/2009.

KRAKAUER, Siegfried. *O ornamento da massa*. São Paulo: Cosack a Iff, 2009.

LANGER, Johnni. A Nova História Cultural: Origens, Conceitos e Críticas. In: *história e-história*. UNICAMP. 02 de fevereiro de 2012. ISSN 1807-1783 Disponível em: <http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=artigos&id=186>

LANGER, Protasio Paulo. Violinistas Kaiowá/Guarani: dados etnográficos e históricos sobre os violinos de procedência missioneira no atual Mato Grosso do Sul. In: _____; CHAMORRO, Graciela (Org.s). *Missões, Militância Indigenista e Protagonismo Indígena*. XIII Jornadas Internacionais sobre as Missões Jesuíticas, Volume II. São Bernardo do Campo: Nhanduti Editora, 2012.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas, Editora da UNICAMP, 1996.

LESSA, Barbosa. *História de Chimarrão*. 2ª ed. Livraria Sulina, Porto Alegre s/d.

_____ ; CÔRTEZ, J. C. P. *Danças e Andanças da Tradição Gaúcha*. Porto Alegre, Ed. Garatuja, 1975.

MELIÁ, Bartolomeu. Potyró: la cuestión del trabajo indígena guarani. In: Anais do VIII Simpósio Nacional de Estudos Missionários. *Missões: Trabalho e Evangelização*. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Dom Bosco. Santa Rosa – RS.

_____; GRÜNBERG, Georg; GRÜNBERG, Friedl. *Los Pai Tavyterã: Etnografia guarani del Paraguay contemporâneo*. 2ª ed. Assunção: CEADUC, 2008.

MONDARDO, Marcos Leandro. *Territórios migrantes: transterritorialização e identidades em Francisco Beltrão/PR*. Dourados, MS: Editora da UFGD, 2012.

MURICY, Gen. José Candido da Silva. *Viagem ao País dos Jesuítas*. Curitiba: Imprensa oficial do Estado do Paraná. 1975.

OLIVEIRA, Thiago Augusto Divardim de. *Os porcadeiros e a prática da comunicação popular: Elementos para observação dos meios informais de comunicação e expressão cultural utilizados nas tropas de porcos em Ponta Grossa e região na primeira metade do século XX*. Ponta Grossa: Trabalho de Conclusão de Curso de Mídia, Política e Atores Sociais (monografia de especialização) Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2010.

PASSOS, Aruanã Antonio dos. Violência e justiça no sudoeste do Paraná (1920-1930). In: *Espaço Plural*, ano VIII, n. 16, 1º sem., pp. 25-32, 2007.

PIMENTEL, Alexandre; GRAMANI, Daniella; CORRÊA, Joana (orgs.). *Museu vivo do Fandango*. Rio de Janeiro: Associação Cultural Caburé, 2006.

PEREIRA, Ana Cláudia. *Do “puxirão” aos palcos: o fandango de Morretes (1975-1990)*. Trabalho de Conclusão de Curso de História (monografia de graduação), Universidade Tuiuti do Paraná, 2010.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral. In: *Projeto História*. São Paulo, PUC/SP, nº15, 1997.

_____. A Filosofia e os Fatos: narração, interpretação e significação nas memórias e nas fontes orais. Rio de Janeiro, UFF/Relume-Dumará, v.1, n. 2, 1996.

POMBO, Rocha. *História do Paraná*. Melhoramentos, Cayeiras, São Paulo, Rio de Janeiro. 1929.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE DO SUL. *Plano Diretor Participativo*. Francisco Beltrão: Lahsa Comercio de Equipamentos e Serviços Viários Ltda. s/d.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

ROCHA, João Cezar de C. (org.) *Roger Chartier; a força das representações: história e ficção*. Chapecó: Artigos, 2011.

ROCHA, Ruth. *Minidicionário*. São Paulo: Scipione, 1996.

ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969.

SILVA, Marcio Antônio Both da. *Por uma lógica camponesa: Caboclos e imigrantes na formação do agro do planalto rio-grandense – 1850-1900*. Dissertação (Mestrado em História) Departamento de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Porto Alegre/RS, 2004.

TELEGINSKI, Neli Maria. *Bodegas e bodegueiros em Irati-PR na primeira metade do século XX*. Curitiba: Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal do Paraná, 2012.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. *Paraná, Sudoeste: ocupação e colonização*. 2ª ed., Curitiba: Ed. Vicentina, 1987.

WELTER, Tânia. *O profeta São João Maria continua encantando no meio do povo: Um estudo sobre os discursos contemporâneos a respeito de João Maria em Santa Catarina*. Tese (Doutorado em Antropologia), Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina: Florianópolis, 2007.

WOLOSZYN, Noeli. Em busca da Terra: colonização e exploração de madeiras no Oeste Catarinense. *Linhas*, Florianópolis, v. 8, n. 1, jan./jun. 2007.

Autorizo a reprodução deste trabalho.

Dourados, 18 de agosto de 2014.

Anderson Arilson de Freitas

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História,
Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD,
como requisito para obtenção do título de Mestre em História

Orientador:
Prof. Dr. Protasio Paulo Langer

Dourados-MS, julho de 2014.